

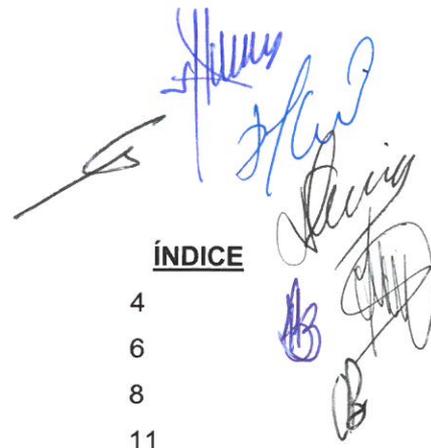
Relatório de Gestão 2015



Câmara Municipal
de Redondo

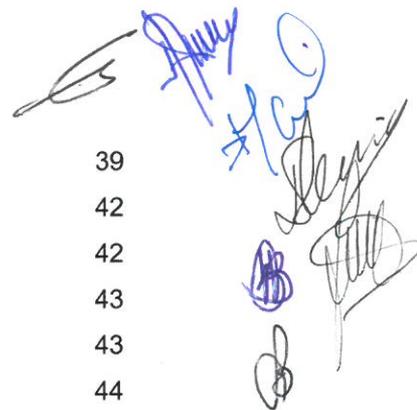


O Mundo é
REDONDO
E o Mundo

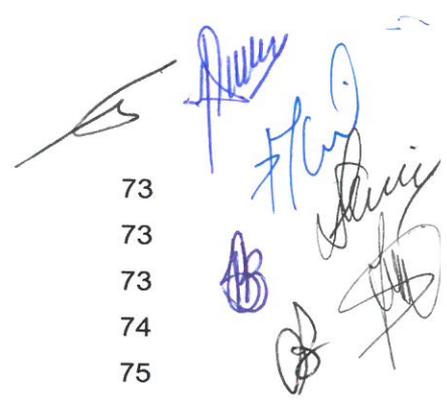


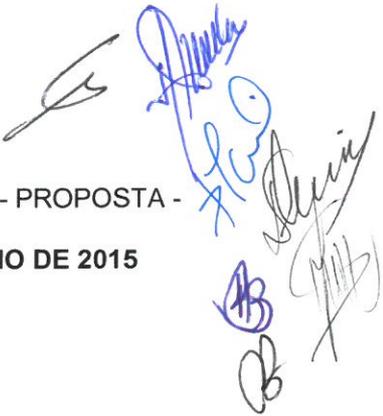
	ÍNDICE
Proposta	4
Introdução	6
Enquadramento legal	8
Caracterização da Entidade	11
Identificação	11
Número de Eleitores	11
Legislação	12
Estrutura	12
Estrutura Política	13
Estrutura Organizacional	13
Serviços de Assessoria	14
Serviço de Apoio	14
Serviços Operativos	14
Recursos Humanos	14
Identificação dos Membros do Executivo	14
Organização Contabilística	15
Informações Consideradas Relevantes	16
Contratos de Empreitada e Fornecimento	16
Indicadores de Gestão	16
Outras Informações	17
Ações Inspecivas	17
Documentos de Gestão	17
Síntese Económica de Conjuntura	17
Execução dos Documentos Previsionais	30
Análise Sumária da Execução Orçamental e Patrimonial	31
Receitas	33
Receitas Correntes	33
Receitas de Capital	33
Despesa	33
Despesas Correntes	34
Despesas de Capital	34
Saldo Orçamental e Saldo da Gerência	34
Ótica Orçamental	34
Demonstrações Financeiras	34
Plano Plurianual de Investimentos	35
Investimentos por Sectores Estruturais	36
Transferências Recebidas	38
Relação entre Receitas e Despesas Correntes de Capital	38

Controlo do Equilíbrio Orçamental Corrente e em Sentido Substancial	39
Evolução do Investimento Realizado	42
Plano de Atividades Municipais (PAM)	42
Despesas por Sectores Estruturais	43
Grandes Opções do Plano (PPI+PAM)	43
Despesa Realizada com as Grandes Opções do Plano	44
Orçamento	45
Resumo da Execução Orçamental	45
Orçamento da Receita	45
Receitas Correntes	46
Receitas de Capital	47
Análise Global da Receita	48
Evolução da Receita 2011/2015	49
Evolução da Receita em Percentagem	49
Evolução da Receita – Variações Anuais	49
Evolução da Execução Orçamental da Receita	51
Receitas Fiscais	51
Orçamento da Despesa	53
Despesas Correntes	53
Despesas de Capital	54
Análise Global da Despesa	55
Evolução da Despesa 2011/2015	56
Evolução da Despesa em Percentagem	57
Evolução da Despesa – Variações Anuais	57
Compromissos Assumidos e Não Faturados ou Compromissos Assumidos	58
por Faturar	
Fluxos de Caixa	58
Movimentos de Tesouraria	59
Indicadores Orçamentais	60
Modificações Orçamentais	63
Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	63
Modificações ao Plano de Atividades	64
Modificações ao Orçamento da Receita	64
Modificações ao Orçamento da Despesa	65
Ótica Patrimonial	66
Demonstrações Financeiras	66
Balanço	66
Análise do Balanço no Último Triénio	67
Balanço Sintético	69
Imobilizado	72



Evolução do Ativo do Município	73
Evolução doas Fundos Próprios do Município	73
Disponibilidades (Orçamentais)	73
Demonstração de Resultados (Por Natureza)	74
Resultados Operacionais	75
Custos Operacionais	75
Resultados Financeiros	75
Resultados Extraordinários	76
Resultado Líquido do Exercício	76
Indicadores de Gestão Patrimoniais	77
Dívidas de Terceiros	84
Dívidas a Terceiros (Excluindo a Banca)	85
Dívidas com Empréstimos Bancários	86
Cálculo do Limite Legal de Endividamento	87
Atividades Desenvolvidas	87
Apoio Jurídico	88
Serviço Municipal de Proteção Civil	88
Serviço de Informática	90
DAF – Divisão Administrativa e Financeira	91
DPD – Divisão de Planeamento e Desenvolvimento	107
Serviço Técnico de Obras e Serviços Urbanos	114
Serviço de Administração Urbanística	115
DSC – Divisão Sociocultural	116
Factos Relevantes Verificados Após o Encerramento do Exercício	148
Proposta de Aplicação dos Resultados	148





- PROPOSTA -

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ATINENTES AO EXERCÍCIO DE 2015

Eximos. Senhores Vereadores da Câmara Municipal
Eximo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Eximos. Senhores Membros da Assembleia Municipal

Em ordem ao preceituado no n.º 1, do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que Estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais, atentas as regras e os procedimentos contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e nos termos conjugados do preceituado na alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º, e alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, ambos, artigos, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, apresentam-se e submetem-se à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de Redondo os documentos de prestação de contas atinentes ao exercício económico-financeiro do ano de 2015.

No cumprimento deste preceito legal, o presente conjunto de documentos apresentados incluem a comparabilidade entre os objetivos previamente traçados, os meios e os métodos utilizados na execução das atividades e a avaliação dos resultados obtidos. Por isso, subjacente à sua elaboração está o propósito de informar, possibilitando, assim, uma adequada avaliação da eficácia da aplicação dos dinheiros públicos em prol da estratégia de desenvolvimento concelhio. Mais do que efetuar uma análise da documentação em que se assentam as contas do Município no ano civil transato, esta nota pretende formular uma breve síntese da atividade desenvolvida, destacando os projetos e as ações mais relevantes.

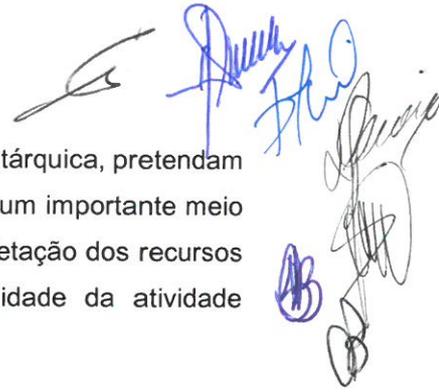
Contámos com a nossa capacidade de investimento para cumprir o princípio da gestão rigorosa, transparente e realista sem comprometer o futuro, no que respeita às responsabilidades sociais e à imagem de confiança e credibilidade que caracteriza o Município de Redondo. Por isso orgulhamo-nos de todo o trabalho desenvolvido.

Este documento é particularmente objetivo na descrição do trabalho efetuado.

Mantendo o mesmo rigor, empenho, transparência e dedicação de sempre, contamos com todos os nossos trabalhadores para assegurarmos a eficácia e a eficiência do serviço público, mantendo os níveis de satisfação dos nossos munícipes no serviço que prestámos diariamente e que contribuiu para garantir a qualidade de vida que nos distingue.

Pretende-se, ainda, deixar o testemunho de um vasto conjunto de informações capaz de habilitar os Excelentíssimos Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal e restantes

Municípios, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendam formular uma ideia da ação do seu município, através do que se julga ser um importante meio de análise de resultados e verificação do grau de eficiência e eficácia da afetação dos recursos aos objetivos realizados, bem como a interiorizarem a complexa realidade da atividade desenvolvida.



Redondo, 08 de Abril de 2016.

O Presidente da Câmara Municipal



António José Rega Matos Recto



O presente documento constitui o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras relativo ao ano de 2015, refletindo a atividade municipal desenvolvida, a organização municipal, o capital humano e a situação económica e financeira do Município de Redondo.

Pretende-se que constitua um importante instrumento de apoio à gestão autárquica, onde de uma forma rápida e simples se visualizam as informações, através dos mapas, diagramas e demais indicadores de análise apresentados, procura espelhar-se aquela que foi a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos municípios do Concelho de Redondo em particular, devidamente emoldurada no quadro de competências das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³).

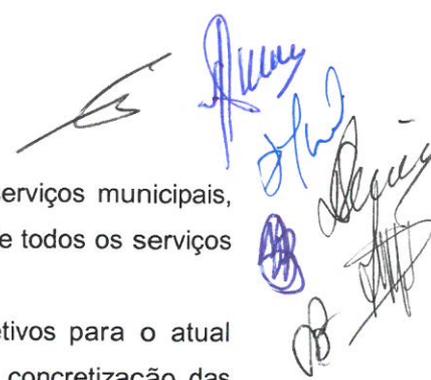
Descrevem-se as atividades mais relevantes e os projetos de investimento levados a cabo pelo Município dificilmente perceptíveis pela simples análise das informações orçamental e/ou financeira.

O Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com as normas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas do referido Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2001, aprovadas pela Resolução n.º 26/2013 da 2.ª Secção do Tribunal de Contas, publicadas na II.ª Série do Diário da República n.º 226 de 21 de novembro de 2013, para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas abrangidas pelo POCAL.

Neste pressuposto, aborda-se a situação económica e financeira do Município, nas vertentes “orçamental” e “patrimonial”.

Dos conteúdos tratados, destacamos os dados relativos à execução orçamental, através dos quais são disponibilizadas informações detalhadas sobre a execução das receitas e despesas previstas no Orçamento de 2015 e o inerente reflexo na situação patrimonial do Município (execução patrimonial).

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros, gráficos e rácios que evidenciam os dados indicados em cada capítulo. Para um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores. Elaborou-se ainda um exame detalhado às contas de balanço e demonstrações de resultados para verificação da legalidade dos procedimentos contabilísticos, que se anexa ao presente relatório.



O Relatório reflete a atividade desenvolvida por cada um dos diferentes serviços municipais, revelando uma grande diversidade da intervenção municipal e o empenho de todos os serviços e de cada um dos trabalhadores.

Integrando as linhas de desenvolvimento estratégicas definidas como objetivos para o atual mandato, os Documentos de Prestação de Contas (DPC) traduzem a concretização das orientações fixadas pelos Órgãos Autárquicos, incluídas nas Opções do Plano para 2015, dando continuidade e consolidando projetos estruturantes.

Este relatório inicia-se com um enquadramento macroeconómico, de forma a possibilitar a perceção, ainda que de uma forma ampla, do contexto em que foram desenvolvidas todas as atividades de gestão do Executivo Municipal. Com base nas projeções do Banco de Portugal apresentam-se também, de forma sucinta, as perspetivas para o presente exercício económico bem como para o próximo.

Depois desse enquadramento segue-se a informação financeira e a proposta para a aplicação de resultados, terminando com a síntese das principais atividades desenvolvidas no exercício económico de 2015 pelas principais estruturas orgânicas.

O relatório de gestão a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício - analisando em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicáveis;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia - considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos - de terceiros e a terceiros nos últimos quatro anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

ENQUADRAMENTO LEGAL¹

Os documentos de prestação de contas, sendo fundamentais para o controlo e gestão das autarquias locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade autárquica.

É da competência do órgão executivo a elaboração e a aprovação dos documentos finais, que devem ser submetidos pelo respetivo presidente à apreciação e votação do órgão deliberativo.

O Executivo Municipal apresenta, nos termos legais, o Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas² referentes ao ano financeiro de 2015, conforme o preceituado na alínea i) n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro³.

Cabe à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do nº2 do artigo 25º do referido diploma legal⁴. O documento agora apresentado foi elaborado em conformidade com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 que aprovou o novo sistema contabilístico das autarquias locais.

Os Documentos de Prestação de Contas (DPC) são apresentados conforme estabelece a Resolução n.º04/2001 – 2.ª Secção⁵ - Tribunal de Contas, de 12 Julho de 2001.

POCAL:

1 - Os documentos de prestação de contas englobam os mapas de execução orçamental, a execução anual do plano plurianual de investimento, o mapa de fluxos de caixa, bem como os anexos às demonstrações financeiras (in POCAL)

2 - Como documentos de prestação de contas das autarquias locais que remetem as contas ao Tribunal de Contas consideram-se: Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

3 - Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;

4 - Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

5 - Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Secção

Instruções Nº 01/2001 – 2ª S – Instruções Para A Organização E Documentação Das Contas Das Autarquias Locais e Entidades Equiparadas, Abrangidas Pelo Plano Oficial De Contabilidade Das Autarquias Locais (Pocal).

O Tribunal de Contas, em sessão de 12 de Julho de 2001, nos termos do disposto na alínea b) do art. 6º e alínea e) do nº 1 do art. 78º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, deliberou que as contas das autarquias locais e entidades equiparadas sujeitas ao POCAL deverão ser organizadas e documentadas de acordo com as presentes Instruções:

Documentos de prestação de contas

- Os documentos de prestação de contas são os que se encontram definidos no POCAL, bem como um terceiro conjunto não referido, todos discriminados no ANEXO I das presentes Instruções.
- Consideram-se integradas no Grupo 1 do ANEXO I as autarquias locais e entidades equiparadas cujo movimento anual da receita seja igual ou superior a 5.000 vezes o índice 100 da escala indiciária das carreiras do regime geral da função pública, arredondado de acordo com as normas legais.
- Consideram-se integradas no Grupo 2, aquelas cujo movimento anual da receita seja inferior ao limite estabelecido no número anterior.

Quadro - I Do Regime Completo

Documentos de Prestação de Contas		Fundamentação Legal		A enviar		
		POCAL	TC	CCDR	TC	INE
		Número	Número			
Balanço		5	1	X	X	X
Demonstração de Resultados		6	2	X	X	X
Mapas de Execução Orçamental	Mapa de controlo orçamental – Despesa	7.3.1	6	X	X	X
	Mapa de controlo orçamental – Receita	7.3.2	7	X	X	X
	Mapa de execução anual do PPI	7.4	8	X	X	
	Mapa dos Fluxos de Caixa	7.5	9	X	X	X
	Mapa das contas de ordem	7.5	10	X	X	X
	Mapa de operações de tesouraria	7.6	11	X	X	X
	Caracterização da entidade (a)	8.1	12		X	
	Notas ao balanço e à demonstração de resultado (a)	8.2	13		X	
	-Quadro discriminativo do ativo bruto	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das amortizações e provisões	8.2.7			X	
	-Quadro discriminativo das reavaliações (b)	8.2.11			X	
	-Quadro discriminativo das contas de ordem	8.2.26			X	
	-Quadro discriminativo das provisões acumuladas b)	8.2.27			X	
	-Quadro discriminativo do cmvmc (a)	8.2.29			X	
	-Quadro discriminativo da variação da produção(a)	8.2.30			X	
-Quadro discriminativo dos resultados financeiros	8.2.31			X		
-Quadro discriminativo dos resultados extraordinários	8.2.32			X		
Anexo às Demonstrações Financeiras	Mapa das modificações ao orçamento - Receita	8.3.1.1	14		X	
	Mapa das modificações ao orçamento - Despesa	8.3.1.2	15		X	
	Mapa das modificações ao PPI	8.3.2	16		X	
	Mapa da contratação administrativa - situação dos contratos	8.3.3	17	X	X	X
	Mapa das transferências correntes - Despesa	8.3.4.1	18		X	
	Mapa das transferências de capital – Despesa (b)	8.3.4.2	19		X	
	Mapa dos subsídios concedidos (b)	8.3.4.3	20		X	

	Mapa das transferências correntes - Receita	8.3.4.4	21		X	
	Mapa das transferências de capital - Receita	8.3.4.5	22		X	
	Mapa dos subsídios obtidos (b)	8.3.4.6	23		X	
	Mapa dos ativos de rendimento fixo (a)	8.3.5.1	24		X	
	Mapa dos ativos de rendimento variável (a)	8.3.5.2	25		X	
	Mapa dos empréstimos	8.3.6.1	26	X	X	X
	Mapa de outras dívidas a terceiros	8.3.6.2	27			
	Relatório de Gestão (c)	13	28	X	X	X

As autarquias locais devem, complementarmente aos documentos acima identificados, enviar ao Tribunal de Contas os seguintes documentos:

Quadro - II

Outros Documentos A Enviar Ao Tribunal de Contas

	Fundamentação Legal		A enviar
	POCAL	TC	Tribunal de
	Número	Número	Contas
Guia de remessa (d)		29	X
Ata da reunião em que foi discutida e votada a conta (d)		30	X
Norma de controlo interno e suas alterações (d)	2.9.9	31	X
Mapa resumo do diário de tesouraria (d)	12.2.9	32	
Mapa síntese das reconciliações bancárias (d)		33	
Mapa de fundo de maneo (d)		34	
Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais (d)		35	
Relação de acumulação de funções (d)		36	
Relação nominal de responsáveis (d)		37	X

a) Estes documentos integram o Relatório de Gestão;

b) Não se apresentam estes documentos porque não houve movimentos desta natureza em 2012;

c) O Relatório de Gestão antecede os presentes documentos anexos;

d) A apresentar apenas ao Tribunal de Contas;

Em cumprimento com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro que aprova o POCAL, o Executivo Camarário apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano financeiro de 2015. Documento que constitui um dos elementos de prestação de contas, conforme o ponto n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, atrás referidas.

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

As autarquias locais têm património e finanças próprias, dispõe o art.º 238/1 da Constituição da República Portuguesa – CRP. O regime das finanças locais em vigor foi aprovado pela Lei n.º 28/2007, de 15 de Janeiro, diploma que revogou do disposto do seu art.º 64/1 a lei n.º 42/98 de Agosto.

As receitas próprias das autarquias locais incluem obrigatoriamente as provenientes da gestão do seu património, as cobradas pela utilização/prestação dos seus serviços, os impostos que legalmente lhes são consignados, para além daquelas que são transferidas diretamente do Orçamento de Estado e ainda a comparticipada dos projetos candidatados a fundos comunitários ou provenientes de contratos-programa celebrados com o Estado.

O concelho está servido das chamadas necessidades básicas, o saneamento (abastecimento público de água, esgotos e recolha de resíduos) e eletricidade na ordem dos 96%.

Também no que concerne às vias de comunicação, graças aos investimentos entretanto realizados, é possível afirmar que correspondem às necessidades essenciais da população, encontrando-se em bom estado de conservação.

IDENTIFICAÇÃO

Município de Redondo

Praça da República

7170 – 011 Redondo

Telefone (geral): 266 989 210

Fax: 266 909 039

N.º Identificação Fiscal: 501 834 117

CAE: 75113 Administração Local

Visa a prossecução dos interesses próprios da população do Município de Redondo.

REGIME FINANCEIRO – Lei das Finanças Locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro até a entrada da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.

E-mail: geral@cm-redondo.pt

NÚMERO DE ELEITORES

De acordo com Instituto Nacional de Estatística (Censos 2011) o Concelho de Redondo possui 7.031 habitantes.

O Concelho de Redondo ocupa uma área de 369,75 Km², que corresponde a 5% do distrito de Évora, o que representa 4,2% da população residente neste distrito. Deste concelho fazem parte 2 freguesias (Redondo e Montoito). Na atividade económica os setores terciário (*comércio e serviços*) e secundário (*indústria*) empregam cerca de 78% da população ativa.

De acordo com os dados da DGAI (Direção Geral de Administração Interna) o número de eleitores recenseados a 31 de dezembro de 2013, é de 6.083 (Fonte: Listagem publicada pelo STAPE na II Série do Diário da República, N.º43, de 03/03/2014), de acordo com a estrutura proposta pelo POCAL, até aos 10.000 eleitores, distribuídos da seguinte forma;

Nacionais — cidadãos nacionais – 6.014;

UE — Cidadãos da União Europeia, não nacionais – 61;

ER — Outros cidadãos Estrangeiros Residentes em Portugal – 8;

LEGISLAÇÃO

A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução dos interesses próprios das populações, art.º 235 da Constituição da República Portuguesa – CRP. Dispõem de Mapa de Pessoal próprio, o disposto no art.º 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

As Autarquias locais têm poder regulamentar nos limites da Constituição e das leis vigentes.

Existem aprovados diversos Regulamentos, que definem um conjunto de regras de natureza administrativa, dentro das atribuições dos Município.

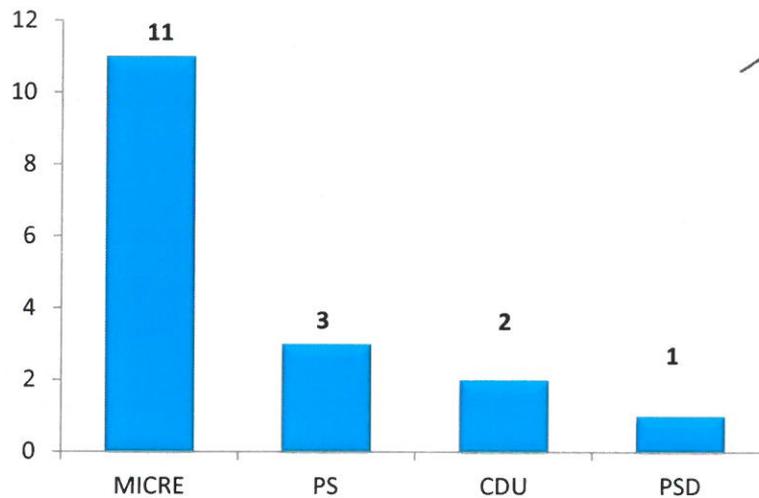
ESTRUTURA

O sistema organizativo do Município de Redondo é suportado pela existência de duas estruturas fundamentais, uma de cariz político e outra de cariz administrativo, fortemente relacionadas e interdependentes, de cujo funcionamento decorre o desenvolvimento da atividade Municipal.

ESTRUTURA POLÍTICA

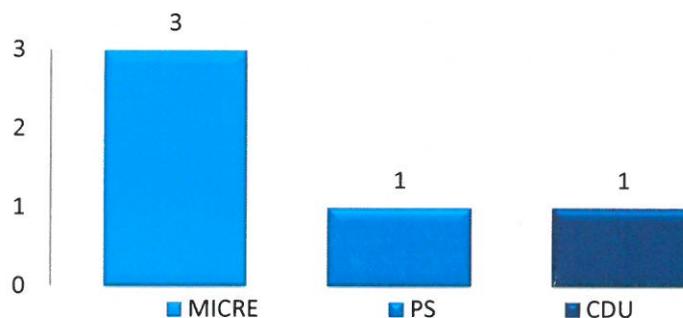
A estrutura política do Município assenta em dois órgãos representativos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros, 15 eleitos diretamente e 2 indiretamente, uma vez que assumem aquela função por inerência do cargo de Presidente de Junta das Freguesias.



A Câmara Municipal é constituída por 5 membros – 1 Presidente e 4 Vereadores - a quem compete, no quadro da descentralização administrativa previamente estabelecido, o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

Gráfico - II



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Câmara Municipal de Redondo não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

O órgão de natureza consultiva e de fiscalização é a Assembleia Municipal.

Possui Mapa de Pessoal aprovado pela Câmara Municipal em 15/11/2010, pela Assembleia Municipal de Redondo em 22/12/2010, e o Regulamento de Organização dos Serviços, que organiza a vida interna da entidade, com base no Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série – n.º 242 – 16 de Dezembro de 2010, Aviso n.º 26432/2010.

SERVIÇOS DE ASSESSORIA

Que asseguram a execução de tarefas de assessoria técnica e apoio administrativo aos órgãos políticos do Município e cuja composição é a seguinte:

1. Gabinete de Apoio à Presidência (GAP)
2. Gabinete Técnico-Jurídico (GTJ)
3. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC)
4. Serviços de Informática (SI)
5. Gabinete de Informação (GI)

SERVIÇO DE APOIO

As atividades desenvolvidas pela Divisão Administrativa e Financeira (DAF), pelo apoio que prestam às diversas unidades orgânicas, ao nível do planeamento financeiro, controlo de execução orçamental e gestão administrativa de meios humanos e materiais, constituem um suporte ao funcionamento dos restantes serviços.

SERVIÇOS OPERATIVOS

O funcionamento visa a prestação de serviços à população, num conjunto de áreas de competência identificado com os grandes objetivos estratégicos da política definida pelo Executivo Municipal para o exercício do mandato. Integram estes serviços as seguintes unidades orgânicas:

1. Divisão de Planeamento e Desenvolvimento (DPD)
3. Divisão Administrativa e Financeira (DAF)
4. Divisão de Obras e Equipamentos (DOE)

RECURSOS HUMANOS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Em resultado da eleição dos órgãos das autarquias locais do dia 29 de setembro de 2013, os membros do órgão executivo são os seguintes;

Presidente:

- António José Rega Matos Recto

Vereadores:

- José Manuel Mendes Portel
- Luís Fernando Gomes Faleiro

- Armindo Manuel Beira Ramalhosa
- David Manuel Palma Grave



NÚMERO DE VEREADORES

- O Executivo Municipal possui 4 Vereadores, 2 dos quais em regime de permanência (José Manuel Mendes Portel e Armindo Manuel Beira Ramalhosa). Não possui Vereadores a meio tempo.

ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

A contabilidade do Município de Redondo está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A..

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto pelas aplicações de Pessoal, Atendimento, Armazém, Património, Águas, Gestão de Obras Municipais, Ciclomotores, Cemitérios, Obras Particulares, Uso e Porte de Arma, Publicidade, Máquinas de Diversão, Feiras, Gestão de Máquinas, POCAL e SIADAP, que estão interligadas.

Para salvaguarda de toda a informação, são efetuadas cópias de segurança da base de dados, diariamente.

A aplicação de POCAL facilita a automatização da informação contabilística, possibilitando uma gestão financeira mais eficaz e eficiente.

As suas funcionalidades consistem:

Módulo de configuração de tipos de despesa, receita, etc., que permite uma fácil e rápida classificação contabilística dos documentos; elaboração e gestão do Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI e PAM); emissão e respetivo tratamento de documentos de forma automática, efetuando os respetivos lançamentos nos diários de movimentos, extratos, balancetes, etc., nos subsistemas de controlo orçamental, contabilidade patrimonial, contas de ordem, gestão de tesouraria, gestão de terceiros, processamento de operações de fim de exercício e emissão dos documentos de Prestação de Contas.

INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

CONTRATOS DE EMPREITADA E FORNECIMENTO

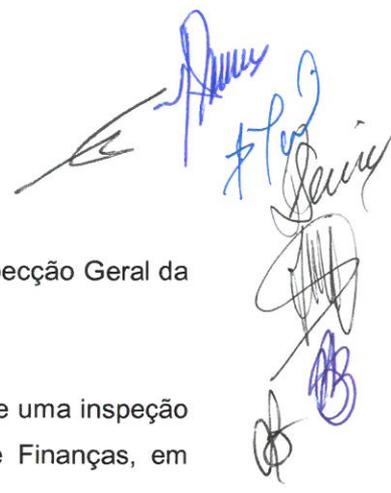
O limite para a realização de obras por administração direta é de 400.000.00€, nos termos legais e fixado pelo órgão executivo em sessão ordinária de 18/10/2013 e pelo órgão deliberativo em sessão ordinária de 28/11/2013.

INDICADORES DE GESTÃO

Quadro – III
(Valores em Euros)

FEF atribuído ao Município 2015	4.591.818,00 €
Receitas correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	6.971.226,67 €
Despesas de capital no ano anterior ao da gerência em apreciação	887.273,43 €
Despesas com Pessoal (2015)	3.636.221,61 €
Pessoal do quadro – Regime de contrato Individual de Trabalho	1.775.320,90 €
Pessoal em qualquer outra situação	144.426,05 €
Órgãos autárquicos	84.730,92 €
Outras	1.631.743,74 €
Limite dívida total 2014 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)	6.246.466,00 €
Dívida de Empréstimos de Médio/Longo Prazos:	345.957,34 €
Dívidas a receber de terceiros (2015)	1.060.506,46 €
Dívida a Terceiros (valor do balanço 31/12/2015)	679.712,90 €

OUTRAS INFORMAÇÕES



AÇÕES INSPETIVAS

Foi inspeccionado o período de 2004 a 2008 inclusivé, por parte da IGAL - Inspeção Geral da Administração Local.

Pela ordem de serviço nº 31/2012, de 05/março, foi determinada a realização de uma inspeção ordinária ao Município de Redondo, por parte da IGF – Inspeção Geral de Finanças, em cumprimento do plano de inspeções da ex-IGAL para 2011.

A presente ação abrangeu genericamente o biénio 2010/2011, tendo sido analisados processos relativos ao ano de 2012, sempre que tal se justificou, tendo em vista a oportunidade dos resultados das verificações.

DOCUMENTOS DE GESTÃO

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2015 foram aprovados pelo órgão executivo em 22/10/2014 e pelo órgão deliberativo em 19/11/2014.

SÍNTESE ECONÓMICA DE CONJUNTURA – fevereiro de 2016

Em fevereiro, os indicadores de confiança dos consumidores e de sentimento económico diminuíram na Área Euro (AE). No mesmo mês, os preços das matérias-primas e do petróleo apresentaram variações em cadeia de 1,3% e 2,6%, respetivamente (-2,2% e -19,1% em janeiro).

Em Portugal, o indicador de atividade económica desacelerou em dezembro e janeiro. O indicador de clima económico, que tinha diminuído entre setembro e janeiro, aumentou ligeiramente em fevereiro. O indicador quantitativo do consumo privado apresentou um crescimento homólogo menos intenso em janeiro, refletindo a desaceleração do consumo corrente. No mesmo mês, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) abrandou significativamente, em resultado sobretudo do comportamento da componente de construção. Em termos nominais, as exportações e importações de bens apresentaram variações homólogas de 0,7% e 0,3% em janeiro, respetivamente (0,2% e -0,5% em dezembro). Considerando a atividade económica na perspetiva da produção, é de referir que os índices de volume de negócios da indústria e dos serviços registaram variações nominais negativas em janeiro, menos acentuadas que no mês precedente, o que poderá refletir sobretudo variações negativas de preços. No caso da indústria, a variação do respetivo índice de preços manteve-se negativa e o índice de produção industrial, embora em desaceleração, manteve um crescimento positivo em janeiro. Em dezembro e janeiro, o índice de produção da construção e obras públicas acentuou a sua diminuição.

De acordo com as estimativas provisórias mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, manteve-se em 12,2% entre novembro e janeiro (13,7% em janeiro de 2015). A estimativa da população empregada (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, aumentou 1,4% em termos homólogos em dezembro e janeiro, apresentando no último mês uma variação de -0,1% face ao mês anterior.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação homóloga de 0,4% em fevereiro, taxa inferior em 0,4 pontos percentuais (p.p.) à registada no mês anterior, observando-se taxas de -0,5% e de 1,6% nas componentes de bens e serviços, respetivamente.

ENQUADRAMENTO EXTERNO

Países Clientes da Economia Portuguesa

O índice de produção industrial na AE apresentou uma variação homóloga de 1,8% em janeiro, acelerando face ao mês anterior (1,5%).

O saldo das opiniões dos empresários da indústria transformadora dos principais países clientes da economia portuguesa sobre a evolução da sua carteira de encomendas aumentou ligeiramente em fevereiro.

Sentimento Económico e Confiança dos Consumidores

Os indicadores de confiança dos consumidores na AE e na União Europeia (UE) diminuíram em fevereiro, após terem aumentado entre novembro e janeiro.

O indicador de sentimento económico diminuiu em janeiro e fevereiro na AE e na UE, suspendendo o perfil crescente iniciado no final de 2012.

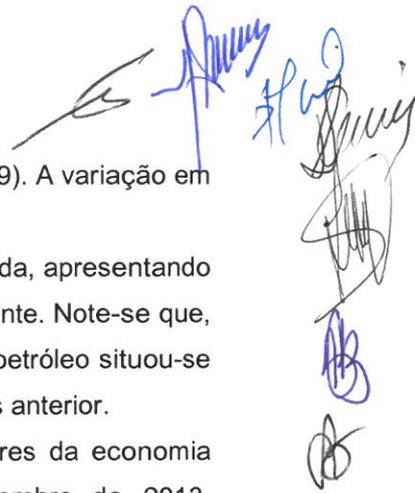
Câmbios

Em fevereiro, o índice cambial efetivo da AE aumentou 1,1%, em termos homólogos, após ter registado variações negativas sucessivas desde agosto de 2014 (depreciação de 2,4% em janeiro). Este índice apresentou uma variação em cadeia de 1,5% em fevereiro, mais 0,5 p.p. que no mês anterior.

Face ao dólar, o euro tem apresentado variações homólogas negativas progressivamente menos intensas desde maio, registando uma depreciação de 2,3% em fevereiro (variação de -6,5% no mês anterior). A variação em cadeia foi de 2,1% em fevereiro (-0,2% em janeiro). Relativamente ao iene, o euro registou uma variação homóloga de -5,4% em fevereiro (depreciação de 6,7% no mês precedente).

Preços

O índice de preços de matérias-primas, denominados em dólares, divulgado pelo The Economist, registou uma diminuição de 16,6% em termos homólogos em fevereiro, ligeiramente menos



intensa que no mês precedente (-18,1%, taxa mínima desde setembro de 2009). A variação em cadeia deste índice situou-se em 1,3% (variação de -2,2% em janeiro).

O preço do petróleo (Brent), em euros, continuou a diminuir de forma acentuada, apresentando variações homólogas de -32,8% e -35,4% em janeiro e fevereiro, respetivamente. Note-se que, não considerando médias móveis de três meses, o preço médio do barril de petróleo situou-se em 29,0 euros em fevereiro, traduzindo-se num aumento de 2,6% face ao mês anterior.

O índice de preços na produção industrial dos principais países fornecedores da economia portuguesa tem apresentado variações homólogas negativas desde setembro de 2013, registando uma taxa de -2,6% em janeiro (-3,0% no mês anterior).

A estimativa da taxa de variação homóloga do IHPC da AE situou-se em -0,2% em fevereiro (0,3% no mês precedente). Excluindo a energia e os bens alimentares não transformados do IHPC, a variação homóloga situou-se em 0,8%, menos 0,2 p.p. que em janeiro. Nos EUA, o IPC aumentou 1,4% em termos homólogos em janeiro (0,7% no mês anterior).

Desemprego

Em janeiro, as taxas de desemprego na AE e na UE, ajustadas de efeitos sazonais, continuaram a apresentar um perfil descendente, fixando-se em 10,3% e 8,9% (menos 0,1 p.p. face a dezembro). Nos EUA, a taxa de desemprego estabilizou em fevereiro em 4,9% (taxa mais baixa desde fevereiro de 2008).

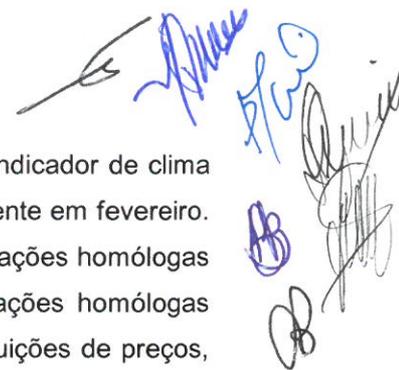
Contas Nacionais

De acordo com a estimativa mais recente divulgada pelo Eurostat, o PIB em volume aumentou, em 2015, 1,6% na AE e 1,9% na UE (0,9% e 1,4% em 2014, respetivamente). No 4º trimestre, a variação homóloga do PIB na AE estabilizou em 1,6% e situou-se em 1,8% na UE (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior). O contributo positivo da procura interna para a variação homóloga do PIB aumentou no 4º trimestre na AE e na UE, refletindo principalmente a aceleração do Investimento que passou de uma variação homóloga de 2,8% (em ambas as áreas no 3º trimestre), para 5,1% na AE e 4,5% na UE. Em sentido contrário, o consumo privado abrandou, registando variações homólogas de 1,5% na AE e 2,0% na UE (1,8% e 2,2% no 3º trimestre, respetivamente). A procura externa líquida apresentou um contributo negativo mais expressivo para a variação homóloga do PIB na AE e na UE, devido à desaceleração das exportações, que registaram uma variação homóloga de 3,6% no 4º trimestre nestas duas áreas (4,6% e 4,7% no trimestre anterior). O PIB na AE e na EU registou uma variação em cadeia de 0,3% e 0,4%, respetivamente, no 3 e 4º trimestres.

Nos EUA, o PIB registou um crescimento homólogo de 1,9% no 4º trimestre, menos 0,2 p.p. que no 3º trimestre, e uma variação em cadeia de 0,3% (0,5% no trimestre anterior).

ATIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores de Síntese



O indicador de atividade económica desacelerou em dezembro e janeiro. O indicador de clima económico, que tinha diminuído entre setembro e janeiro, aumentou ligeiramente em fevereiro. Os índices de volume de negócios da indústria e dos serviços registaram variações homólogas negativas em janeiro, menos acentuadas que no mês precedente. As variações homólogas negativas destes índices nos últimos meses poderão refletir sobretudo diminuições de preços, uma vez que o índice de produção da indústria tem apresentado variações homólogas positivas, ainda que em desaceleração em dezembro e janeiro. Por outro lado, o índice de produção da construção acentuou a sua diminuição.

Serviços

O índice de volume de negócios nos serviços (incluindo o comércio a retalho), que apresentou taxas progressivamente mais baixas entre setembro e dezembro (variação de -2,4%), registou uma variação homóloga de -2,0% em janeiro. Sem a utilização de médias móveis de três meses, observaram-se taxas de -2,2% e -2,5% em dezembro e janeiro, respetivamente.

O indicador de confiança nos serviços aumentou ligeiramente em fevereiro, interrompendo a trajetória descendente iniciada em julho. No entanto, sem a utilização de médias móveis de três meses este indicador diminuiu em fevereiro. O indicador de confiança do comércio aumentou em fevereiro, interrompendo o perfil negativo iniciado em agosto.

Indústria

O índice de volume de negócios na indústria registou uma variação homóloga de -1,9% em janeiro (-1,4% em novembro e -2,2% em dezembro). Sem a utilização de médias móveis de três meses, observaram-se taxas de -1,7% em dezembro e -3,6% em janeiro. O índice relativo ao mercado interno apresentou uma variação homóloga de -1,5% em janeiro (-3,0% no mês anterior), enquanto para o mercado externo esta taxa foi de -2,5% (-1,1% em dezembro). Tendo em conta apenas o setor das Indústrias Transformadoras, a variação homóloga do índice de volume de negócios foi -1,5% nos últimos dois meses (-0,9% em novembro).

O índice de produção na indústria apresentou uma taxa de variação homóloga de 1,1% em janeiro (2,3% em dezembro), prolongando o abrandamento registado no mês anterior. Por sua vez, o índice de produção na secção das Indústrias Transformadoras passou de uma variação homóloga de 2,3% em dezembro para 1,5% em janeiro. O indicador de confiança da indústria transformadora estabilizou em fevereiro, após ter aumentado nos dois meses anteriores. Sem a utilização de médias móveis este indicador diminuiu no último mês. O saldo das opiniões dos empresários da indústria transformadora sobre a procura global diminuiu ligeiramente, interrompendo o movimento positivo registado desde dezembro.

Construção

O índice de produção da construção apresentou uma variação homóloga de -4,5% em janeiro (-4,3% no mês anterior), prolongando a trajetória descendente iniciada em abril. Sem médias

móveis de três meses, observaram-se taxas de -5,1% e -4,3% em dezembro e janeiro. O indicador de confiança da construção e obras públicas aumentou em fevereiro, interrompendo o perfil descendente verificado entre novembro e janeiro, após ter atingido em outubro o valor mais elevado desde o final de 2009.

Contas Nacionais

No 4º trimestre de 2015, o PIB em volume aumentou 1,3% em termos homólogos (1,4% no trimestre anterior). O contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB foi ligeiramente mais negativo que no trimestre anterior, devido à desaceleração mais intensa das Exportações de Bens e Serviços relativamente à das Importações de Bens e Serviços, enquanto o contributo da procura interna manteve-se em 2,1 p.p.. Quando comparado com o trimestre anterior, o PIB em volume apresentou uma taxa de variação de 0,2% (0,1% no 3º trimestre). O contributo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB foi positivo (0,3 p.p.), devido ao aumento das Exportações de Bens e Serviços ter sido superior ao das Importações de Bens e Serviços. Em sentido contrário, o contributo da procura interna foi de -0,1 p.p. refletindo a redução do Investimento.

No conjunto do ano 2015, o PIB registou um aumento de 1,5% em volume (0,9% no ano anterior), observando-se um contributo positivo mais expressivo da procura interna e um contributo menos negativo da procura externa líquida.

CONSUMO PRIVADO

Indicador Quantitativo

O indicador quantitativo do consumo privado, disponível até janeiro, apresentou um crescimento homólogo menos acentuado, pelo segundo mês consecutivo. A evolução do indicador resultou de um contributo positivo menos expressivo da componente de consumo corrente.

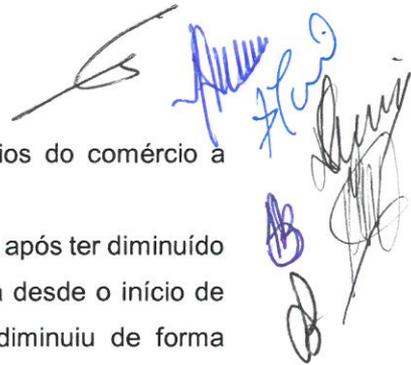
Consumo Duradouro

O indicador de consumo duradouro acelerou em janeiro, após a acentuada desaceleração registada em dezembro. A informação sobre as vendas de automóveis ligeiros de passageiros, disponível até fevereiro, revelou um crescimento homólogo de 18,5%, após um aumento de 14,0% no mês anterior.

Consumo Corrente

O indicador de consumo corrente desacelerou em janeiro, prolongando o perfil descendente observado nos dois meses precedentes. No último mês, as componentes alimentar e não alimentar registaram contributos positivos menos intensos, sobretudo no último caso.

Indicadores Qualitativos



O indicador qualitativo do consumo, baseado nas opiniões dos empresários do comércio a retalho, disponível até fevereiro, diminuiu ligeiramente.

O indicador de confiança dos Consumidores aumentou em janeiro e fevereiro, após ter diminuído nos dois meses anteriores, prolongando a tendência ascendente observada desde o início de 2013. Não considerando médias móveis de três meses, este indicador diminuiu de forma significativa em fevereiro.

Contas Nacionais

De acordo com a informação das Contas Nacionais Trimestrais, o consumo privado das famílias residentes (exclui as ISFLSF), em volume, registou uma variação homóloga de 2,4% no 4º trimestre, ligeiramente superior à taxa observada no trimestre anterior (2,3%). A componente de bens duradouros registou um crescimento homólogo de 7,7% no 3º e 4º trimestre, enquanto a componente de bens não duradouros e serviços passou de uma variação homóloga de 1,9% no 3º trimestre para 2,0%.

Em 2015, o consumo privado das famílias residentes em termos reais, acelerou para uma variação de 2,6% (2,2% no ano anterior), devido ao crescimento mais intenso da componente de bens não duradouros e serviços, com um aumento de 1,9% em 2015 (taxa de 1,3% no ano precedente). Em sentido contrário, as Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens duradouros desaceleraram, embora mantendo um crescimento acentuado (taxas de 14,6% e 11,4% em 2014 e 2015, respetivamente), refletindo sobretudo a evolução da componente automóvel.

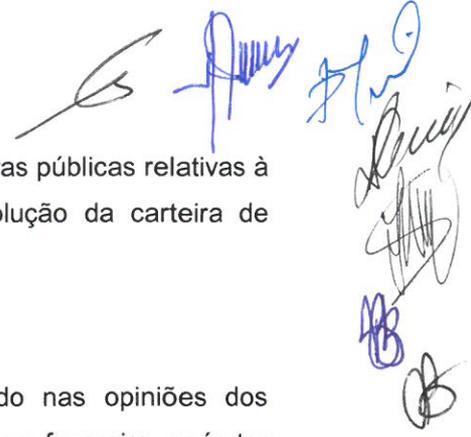
INVESTIMENTO

Indicador de FBCF

O indicador de FBCF diminuiu significativamente em janeiro, após ter aumentado no mês anterior. A evolução do indicador no último mês deveu-se sobretudo ao comportamento da componente de construção.

Construção

O indicador relativo ao investimento em construção diminuiu em janeiro, reforçando o movimento descendente registado no mês anterior. As vendas de cimento produzido em território nacional apresentaram uma redução em fevereiro, após a desaceleração verificada nos dois meses anteriores. Sem a utilização de médias móveis de três meses observou-se um crescimento homólogo em fevereiro e uma redução significativa no mês precedente. As vendas de varão para betão produzido em território nacional, com informação disponível até fevereiro, apresentaram um movimento descendente nos últimos dois meses. O licenciamento para a construção de novas habitações registou uma desaceleração significativa, passando de um crescimento homólogo de 10,1% em dezembro para 3,0% em janeiro. Por sua vez, a informação de natureza qualitativa já disponível para fevereiro aponta para alguma melhoria da atividade na construção,



tendo o saldo das opiniões dos empresários do setor da construção e obras públicas relativas à atividade corrente da empresa e o saldo das opiniões sobre a evolução da carteira de encomendas aumentado em fevereiro.

Máquinas e Equipamentos

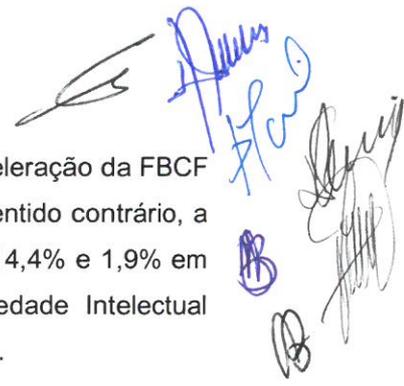
O indicador de investimento em máquinas e equipamentos, baseado nas opiniões dos empresários do comércio por grosso de bens de investimento, diminuiu em fevereiro, após ter aumentado entre julho e janeiro. No último mês, esta evolução deveu-se ao agravamento das perspetivas de atividade e de encomendas a fornecedores e das apreciações sobre o volume de vendas. É ainda de referir que as importações de máquinas e outros bens de capital e seus acessórios (excluindo material de transporte) registaram uma variação homóloga nula em janeiro, após as reduções homólogas observadas nos dois meses anteriores (-0,2% e -0,7% em novembro e dezembro, respetivamente).

Material de Transporte

O indicador referente ao investimento em material de transporte (inclui apenas a componente automóvel) diminuiu em janeiro, contrariando a aceleração verificada no mês anterior. Em janeiro, o comportamento do indicador resultou sobretudo da desaceleração das vendas de veículos ligeiros de passageiros para empresas de rent-a-car. É de referir que as vendas de veículos comerciais ligeiros apresentaram variações homólogas de 9,7% em dezembro, 7,1% em janeiro e 2,2% em fevereiro. Em sentido inverso, as vendas de veículos comerciais pesados aceleraram em janeiro e fevereiro (taxas de variação de 11,7% e 23,1%, respetivamente), após a desaceleração verificada nos quatro meses anteriores. É ainda de salientar que as importações de material de transporte passaram de uma variação homóloga de 9,7% em dezembro para 12,4% em janeiro, contrariando a desaceleração verificada no mês anterior. Esta evolução deveu-se sobretudo ao contributo positivo da componente de outro material de transporte, mas também à componente automóvel.

Contas Nacionais

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, a FBCF em volume diminuiu 0,9% m termos homólogos no 4º trimestre, após um crescimento de 2,0% no 3º trimestre. Esta evolução foi determinada, em larga medida, pela diminuição da FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos (incluindo sistemas de armamento), que passou de uma variação homóloga de -2,9% no 3º trimestre para -10,3%, e pela desaceleração da FBCF em Equipamento de Transporte, que passou de um crescimento homólogo de 36,1% no 3º trimestre para 9,1%. A FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual (inclui despesas em investigação e desenvolvimento – I&D) continuou a apresentar variações homólogas negativas, observando-se taxas de -4,0%, -4,8% no 3º e 4º trimestre, respetivamente. Por sua vez, a FBCF em Construção apresentou um crescimento mais acentuado no 4º trimestre (3,9%, face a 2,1% no trimestre anterior). Em 2015, a FBCF aumentou 3,7% em volume (2,8% em 2014), observando-se um aumento da FBCF em Construção pela



primeira vez desde 2001 (4,1%, que compara com -3,2% em 2014) e uma aceleração da FBCF em Material de Transporte (25,4%, mais 6,6 p.p. que no ano anterior). Em sentido contrário, a FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos abrandou, registando taxas de 14,4% e 1,9% em 2014 e 2015, respetivamente, enquanto a FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual apresentou uma redução de 3,3%, após uma taxa de 0,6% no ano precedente.

PROCURA EXTERNA

Indicadores Qualitativos

O saldo das opiniões relativas à procura externa, considerando as empresas da indústria transformadora com produção orientada para o mercado externo, aumentou entre dezembro e fevereiro, suspendendo o movimento negativo observado entre agosto e novembro.

Exportações de Bens

De acordo com os resultados preliminares do comércio internacional de bens, em termos nominais, as exportações passaram de uma variação homóloga de 0,2% em dezembro para 0,7% em janeiro, suspendendo o perfil descendente observado desde maio.

Em janeiro, apenas as exportações de combustíveis contribuíram negativamente para a variação homóloga das exportações de bens, refletindo o impacto das reduções de preços do petróleo e produtos petrolíferos refinados, enquanto as exportações de bens de consumo e de bens de investimento registaram os contributos positivos mais significativos.

As exportações nominais de bens com destino à AE apresentaram um crescimento homólogo de 5,0% em janeiro, menos 0,2 p.p. que em dezembro. Por sua vez, as exportações nominais de bens extracomunitárias apresentaram uma diminuição menos intensa do que a registada no mês anterior, passando de uma variação homóloga de -12,2% em dezembro para -11,1%.

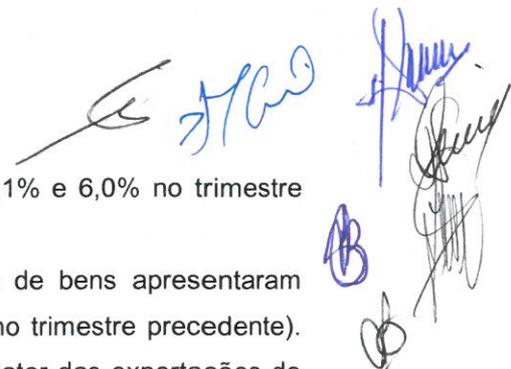
Importações de Bens

As importações nominais de bens aumentaram em termos homólogos 0,3% em janeiro (variação de -0,5% em dezembro). Em janeiro, as importações de combustíveis registaram o único contributo negativo para a variação homóloga das importações de bens, refletindo sobretudo o efeito da redução dos preços, tendo as importações de bens intermédios apresentado o contributo positivo mais expressivo.

As importações nominais de bens com origem na AE registaram um crescimento homólogo de 2,3% em janeiro (1,8% em dezembro). As importações extracomunitárias apresentaram em termos homólogos uma diminuição de 4,8% em janeiro (variação de -6,7% em dezembro).

Contas Nacionais

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, as exportações e as importações de bens, em termos nominais, passaram de variações homólogas de 3,0% e -0,1% no 3º trimestre, para 0,3% e -0,4% no 4º trimestre, respetivamente. Em volume, as exportações e as importações de bens



registaram variações homólogas de 2,2% e 5,0% no 4º trimestre (5,1% e 6,0% no trimestre anterior, pela mesma ordem).

No 4º trimestre, os deflatores das exportações e das importações de bens apresentaram reduções homólogas de 1,9% e 5,2% (variações de -2,0% e -5,7% no trimestre precedente). Excluindo o petróleo bruto e os produtos petrolíferos refinados, o deflator das exportações de bens passou de uma variação homóloga de 2,0% no 3º trimestre para 1,0% e o deflator das importações de bens registou taxas de 1,5% e -0,1% nos últimos dois trimestres, respetivamente. As exportações e as importações de serviços apresentaram uma variação homóloga de 4,7% e 1,5%, em termos nominais, no 4º trimestre (2,2% e 3,4% no trimestre anterior, respetivamente). Por sua vez, as exportações e as importações de serviços, em volume, registaram variações homólogas de 2,7% e 0,1% (taxas de 0,9% e 1,7% no 3º trimestre, pela mesma ordem).

Para o conjunto do ano 2015, as Exportações de Bens e Serviços em volume aceleraram, passando de uma taxa de variação de 3,9% em 2014 para 5,1%, devido ao crescimento mais intenso da componente de bens (taxas de 3,6% e 5,8% em 2014 e 2015, respetivamente). Por sua vez, as exportações de serviços registaram um crescimento menos acentuado, passando de uma variação de 5,0% para 3,1%. Refira-se que a desaceleração das exportações de serviços em 2015 resultou sobretudo da componente de outros serviços, continuando a verificar-se um crescimento significativo da componente de turismo. As Importações de Bens e Serviços registaram um crescimento ligeiramente mais intenso (taxas de 7,2% e 7,3% em 2014 e 2015, respetivamente), em resultado da aceleração da componente de bens. As importações de bens apresentaram um aumento de 7,8% (6,7% no ano anterior), enquanto as importações de serviços registaram uma acentuada desaceleração, com taxas de um 10,3% e 4,3% em 2014 e 2015, respetivamente.

MERCADO DE TRABALHO

Inquérito ao Emprego

De acordo com as estimativas mensais do Inquérito ao Emprego, a taxa de desemprego (15 a 74 anos), ajustada de sazonalidade, manteve-se estável em 12,2% entre novembro e janeiro (13,7% em janeiro de 2015).

A população empregada (15 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, registou um crescimento homólogo de 1,4% em dezembro e janeiro, e uma variação em cadeia de -0,1% (variação de -0,5 em dezembro).

Indicadores de Síntese

Em janeiro, a variação homóloga do indicador de emprego dos ICP foi de 0,9%, mantendo-se inalterada desde outubro e situando-se 0,4 p.p. abaixo da taxa máxima desde o final de 2001, registada em fevereiro de 2015.

O indicador qualitativo baseado nas expectativas dos empresários sobre a evolução do emprego retomou a trajetória ascendente iniciada em dezembro, atingindo em fevereiro o valor máximo da série.

Serviços

O indicador de emprego nos serviços (incluindo o comércio a retalho) aumentou 1,5% em termos homólogos em janeiro (1,4% no mês anterior), taxa ligeiramente inferior ao valor máximo observado desde o início de 2002 (1,6% em fevereiro de 2015).

O saldo das expectativas dos empresários sobre a evolução do emprego nos serviços aumentou entre novembro e fevereiro, registando no último mês o valor mais elevado da série. No comércio, as perspetivas de emprego recuperaram nos dois últimos meses, contrariando o agravamento registado entre outubro e dezembro.

Indústria

O indicador de emprego na indústria registou em janeiro uma variação homóloga de 1,2%, próxima da taxa mais elevada da série observada em março e abril de 2015 (1,4%).

Em fevereiro, o saldo das perspetivas de emprego na indústria transformadora aumentou pelo segundo mês consecutivo, após ter diminuído entre agosto e dezembro.

Construção e Obras Públicas

O indicador de emprego da construção e obras públicas apresentou uma diminuição homóloga de 4,8% em dezembro (variação de -4,1% no mês anterior).

As expectativas de emprego na construção recuperaram em janeiro e fevereiro, após o agravamento registado em novembro e dezembro.

Consumidores

O saldo das perspetivas relativas à evolução do desemprego diminuiu de forma expressiva em fevereiro, atingindo o mínimo da série iniciada em setembro de 1997.

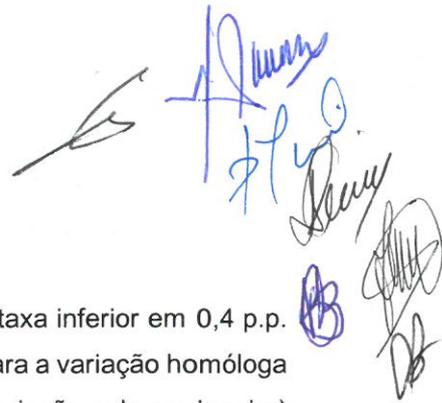
Centros de Emprego – IEFP

As ofertas de emprego registadas ao longo do mês nos centros de emprego desaceleraram desde novembro, passando de um aumento em termos homólogos de 2,9% em dezembro para 0,1% em janeiro.

O desemprego registado ao longo do mês apresentou variações homólogas negativas desde agosto, situando-se em -2,6% em janeiro (-2,2% no mês anterior).

Remunerações Médias

Segundo o MSSS, as remunerações médias mensais declaradas por trabalhador à Segurança Social aumentaram, em termos homólogos, 0,6% em janeiro (0,7% em dezembro).



PREÇOS

IPC

Em fevereiro, a taxa de variação homóloga do IPC situou-se em 0,4%, taxa inferior em 0,4 p.p. à registada no mês anterior. A classe com maior contribuição negativa para a variação homóloga do IPC foi a de “Transportes”, com uma variação homóloga de -1,3% (variação nula em janeiro) devido sobretudo à redução dos preços do sub-subgrupo dos combustíveis, seguida da classe de “Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, com uma variação homóloga de -0,6% (0,2% no mês anterior). Nas classes com contributos positivos para a variação homóloga do IPC, salientam-se as de “Bebidas alcoólicas e tabaco”, “Comunicações”, “Lazer, recreação e cultura” e de “Bens e serviços diversos”, com variações homólogas de 4,1%, 4,0%, 1,9% e 1,1%, respetivamente (4,4%, 5,3%, 1,0% e 1,6% em janeiro).

A taxa de variação média dos últimos doze meses do IPC estabilizou em 0,6% em fevereiro, mais 0,1 p.p. que em dezembro.

IPC de Bens e Serviços

Em fevereiro, o índice da componente de bens registou uma variação homóloga de -0,5% (0,2% no mês anterior). Por sua vez, o índice da componente de serviços apresentou um crescimento homólogo de 1,6% (1,5% em janeiro).

A taxa de variação média nos últimos doze meses da componente de bens do IPC estabilizou em 0,1% em fevereiro (-0,1% em dezembro). A componente de serviços apresentou um crescimento médio de 1,4% (1,3% nos três meses anteriores).

Indicador de Inflação Subjacente

O indicador de inflação subjacente (IPC total excluindo bens energéticos e alimentares não transformados) apresentou em fevereiro uma taxa de variação homóloga de 0,9%, menos 0,1 p.p. que em janeiro.

Este indicador apresentou uma taxa de variação média nos últimos doze meses de 0,8% em fevereiro (0,7% em dezembro e janeiro).

IHPC

O IHPC, cuja estrutura de ponderação difere da do IPC por incluir a despesa de não residentes no país e excluir a despesa de residentes no exterior, passou de uma taxa de variação homóloga de 0,7% em janeiro para 0,2% em fevereiro. O diferencial entre a taxa de variação homóloga do IHPC de Portugal e do IHPC estimado pelo Eurostat para a AE estabilizou em fevereiro em 0,4 p.p. (0,1 p.p. em dezembro).

Por sua vez, a taxa de variação média nos últimos doze meses deste índice estabilizou em 0,6% em fevereiro (0,5% em novembro e dezembro). Nos últimos quatro meses, esta taxa foi superior em 0,5 p.p. à da AE (mais 0,1 p.p. que o diferencial observado em setembro e outubro).

Indicadores Qualitativos

Os saldos das opiniões dos consumidores sobre a evolução passada e futura dos preços aumentaram em janeiro e fevereiro, de forma expressiva no segundo caso, suspendendo as tendências descendentes iniciadas em maio de 2012 e dezembro de 2011, respetivamente.

O saldo das expectativas de evolução dos preços praticados pelas empresas diminuiu em fevereiro em todos os setores, na indústria transformadora, na construção e obras públicas, nos serviços e no comércio, de forma ténue nos três últimos casos.

IPPI

O índice de preços na produção da indústria transformadora registou em fevereiro uma taxa de variação homóloga de -3,0% (-3,2% no mês anterior).

Excluindo a componente energética, este índice apresentou uma variação homóloga de -0,8%, menos 0,3 p.p. que em janeiro.

Índice Cambial Efetivo

O índice cambial efetivo nominal para Portugal apresentou uma variação em cadeia de 0,3% em janeiro (0,5% em dezembro). Em termos homólogos, este índice passou de uma variação de -1,7% em dezembro para -0,4% em janeiro.

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAP	Associação Automóvel de Portugal
AE	Área Euro (18)
ARAC	Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor
BCE	Banco Central Europeu
BdP	Banco de Portugal
CAE-Rev.	
3	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3
CGCE	Classificação das Grandes Categorias Económicas Rev. 3
CIMPOR	CIMPOR, Cimentos de Portugal, S.A.
CNE	Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S.A.
Com.	Comércio
Const.	Construção
CTSI	Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional
DG-	
ECFIN	Diretorate-General for Economic and Financial Affairs
EIA	Energy Information Administration
Equip.	Equipamento
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FOB	Free on Board



ICP	Indicadores de Curto Prazo
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IES	Informação Empresarial Simplificada
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
II/MSSS	Instituto de Informática do MSSS
Ind.	Indústria
INE	Instituto Nacional de Estatística, IP
Inv.	Investimento
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPI	Índice de Produção Industrial
IPPI	Índice de Preços de Produção na Indústria Transformadora
ISFLSF	Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
mm3m	Média móvel de 3 meses
mm2t	Média móvel de 2 trimestres
mm4t	Média móvel de 4 trimestres
mm12m	Média móvel de 12 meses
MSSS	Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
Neg.	Negócios
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PIB	Produto Interno Bruto
Prod.	Produção
Prov.	Provisório
p.p.	Pontos percentuais
REN	Redes Energéticas Nacionais, SGPS
SECIL	Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.
SIBS	Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.
SN	Siderurgia Nacional, S.A.
SRE	Saldo de Respostas Extremas
Transf.	Transformadora
UE	União Europeia (28)
va	Variação anualizada
vc	Variação em cadeia
vcs	Valores corrigidos de sazonalidade
ve	Valores efetivos
vh	Variação homóloga
vol.	Volume

EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS

INFORMAÇÃO DE GESTÃO

RECEITA	PREVISTA ANUAL	LIQUIDADADA	TX.REAL.	RECEBIDA	TX.REAL.
CORRENTE	7.232.028,00 €	7.310.853,07 €	101,09%	7.280.487,01 €	101%
CAPITAL	1.399.440,00 €	828.760,61 €	59,22%	902.828,77 €	65%
OUTRAS	2.019.668,33 €	2.019.512,15 €	99,99%	2.019.512,15 €	100%
TOTAL	10.651.136,33 €	10.159.125,83 €	95,38%	10.202.827,93 €	96%

DESPESA	PREVISTA ANUAL	COMPROMETIDA	TX.REAL.	PAGA	TX.REAL.
CORRENTES	8.183.836,33 €	7.270.590,20 €	88,84%	7.011.360,92 €	85,67%
CAPITAL	2.467.300,00 €	1.179.678,29 €	47,81%	980.804,64 €	39,75%
TOTAL	10.651.136,33 €	8.450.268,49 €	79,34%	7.992.165,56 €	75,04%

SALDO DE TESOURARIA ORÇAMENTAL	DO ANO	ACUMULADO
RECEBIDA - PAGA	2.210.662,37 €	4.229.798,70 €

SALDO CONTABILISTICO	DO ANO	ACUMULADO
LIQUIDADADA - COMPROMETIDA	1.708.857,34 €	3.727.993,67 €

COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NAO PAGOS	458.102,93€
---	-------------

FACT. EM RECEÇÃO E CONFERÊNCIA	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	0	0	0

TOTAL DE FACTURAS POR PAGAR	DE ANOS ANTERIORES	DO ANO	TOTAL
	0 €	153.640,28 €	153.640,28 €

TOTAL DE FACTURAS POR VENCIMENTO	VENCIDAS	A 30 DIAS	SUPERIOR
	0 €	155.500,34 €	1.860,06 €

EMPRESTIMOS OBTIDOS	SALDO INICAL	DEBITOS DO ANO	CREDITOS DO ANO	SALDO FINAL
A CURTO PRAZO	0	0	0	28.829,78 €
A LONGO E MEDIO PRAZO	374.787,12 €	28.829,78 €		317.127,56 €

ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Pretende-se, neste capítulo proceder a uma breve síntese dos elementos relativos à execução orçamental e patrimonial de 2015, nomeadamente, no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais variáveis.

Quadro – IV

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (TRIÉNIO 2013/2015)

Un. Euros

ANO	NATUREZA e)	RECEITAS			DESPESAS		
		Previstas b)	Cobradas c)	Taxa exec.	Previstas b)	Pagas	Taxa exec.
1	2	3	4	5=(4/3*100)	6	7	8=(7/6*100)
	Saldo inicial	2 945 688	2 945 688	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	1 020	102,00			
2013	Correntes	5 869 388	5 962 285	101,58	8 475 888	7 279 341	85,88
	Capital	4 874 463	1 767 869	36,27	5 214 651	912 895	17,51
	Total	13 690 539	10 676 852	77,99	13 690 539	8 192 236	59,84
	Saldo inicial	2 484 626	2 484 626	100,00			
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 000	2 820	282,00			
2014	Correntes	6 990 000	6 971 226	99,73	7 815 626	7 162 330	91,64
	Capital	1 979 000	887 273	44,83	3 639 000	1 164 479	32,00
	Total	11 454 626	10 345 945	90,32	11 454 626	8 326 809	72,69
2015	Saldo inicial	2 019 136	2 019 136	100,00			

Reposições não abatidas nos pagamentos	532	376	70,64			
Correntes	7 232 028	7 280 487	100,67	8 183 836	7 011 361	85,67
Capital	1 399 440	902 829	64,51	2 467 300	980 805	39,75
Total	10 651 136	10 202 828	95,79	10 651 136	7 992 166	75,04

OBSERVAÇÕES:

a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capítulos da classificação econômica.

b) No orçamento final modificado.

c) Receita cobrada bruta.

RECEITAS

O total geral da receita cobrada pelo Município de Redondo apresenta o montante de 8.183.691,60€ (95,8% de execução), dos quais 7.280.487,01€ correspondem a receitas correntes (89% do total da receita), 902.828,77€ correspondem a receitas de capital (11% do total da receita) e 375,82€ outras receitas.

Quadro – V

TAXAS DE EXECUÇÃO ANUAL DA RECEITA NO TRIÊNIO DE 2013/2015

RUBRICAS	PREVISÃO / EXECUÇÃO		
	2013	2014	2015
Saldo inicial	100,0%	100,0%	100,0%
Reposições não Abat. aos Pag.tos	102,0%	282,0%	70,6%
Receita Corrente	101,6%	99,7%	100,7%
Receita de Capital	36,3%	44,8%	64,5%
Receita Total Disponível	78,0%	90,3%	95,8%

A execução orçamental da receita atingiu os 95,8%, relativamente à receita cobrada bruta.

RECEITAS CORRENTES

Para a estrutura das receitas correntes, são as transferências correntes que maior peso detém, com 64,3%, 4.679.291,87€, seguindo-se os impostos diretos com 15,4%, 1.117.799,90€ a venda de bens e serviços correntes com 10,3%, 750.807,05€, e os rendimentos de propriedade com 4,0%, 288.092,86€.

RECEITAS DE CAPITAL

No que diz respeito à estrutura das receitas de capital, 851.732,27€ correspondem a transferências de capital 94,3% e 50.840,00€ correspondem a venda de bens de investimento 5,6%.

DESPESA

O total geral da despesa paga pelo Município de Redondo apresenta o montante 7.992.165,56€, dos quais 7.011.360,92€ são despesas correntes 87,7% do total da despesa e 980.804,64€ são despesas de capital 12,3% do total da despesa.

DESPESAS CORRENTES

Para a estrutura das despesas correntes, são as despesas com pessoal que maior peso detém com 51,9% 3.636.221,61€, seguindo-se as despesas com aquisição de bens e serviços com 37,8% 2.652.608,68€.

DESPESAS DE CAPITAL

Para a estrutura das despesas de capital são as aquisições de bens que maior peso detém com 91,7%, 899.446,42€ seguindo-se a rubrica de ativos financeiros com 5,3% 51.869,00€.

SALDO ORÇAMENTAL E SALDO DA GERÊNCIA

Do confronto de Receitas e Despesas realizadas, resultou um saldo orçamental de 191.526,04€ e um saldo de gerência de 2.010.662,37€, que transitará para a gerência seguinte.

ÓTICA ORÇAMENTAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A execução orçamental da despesa atingiu os 75,4%.

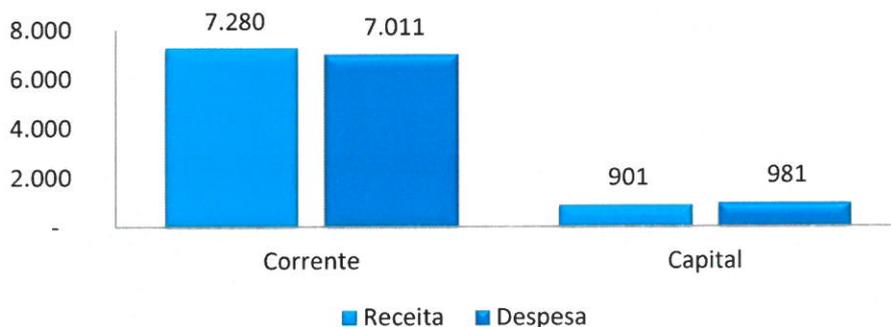
Quadro – VI

EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA MUNICIPAL - TRIÊNIO DE 2013/2015

RUBRICAS	VALORES ABSOLUTOS (Euros) (execução)			TAXA DE VARIAÇÃO (evolução da execução)	
	2013	2014	2015	2013/2014	2014/2015
1 - Saldo inicial	2 945 688	2 484 626	2 019 136	-15,65%	-18,73%
2 - Reposições não Abat. aos Pag.tos	1 020	2 820	376	176,47%	-86,67%
3 - Receita Corrente	5 962 285	6 971 226	7 280 487	16,92%	4,44%
4 - Despesa Corrente	7 279 341	7 162 330	7 011 361	-1,61%	-2,11%
5 - Receita de Capital	1 767 869	887 273	902 829	-49,81%	1,75%
6 - Despesa de Capital	912 895	1 164 479	980 805	27,56%	-15,77%
7 - Receita Total Disponível (1+2+3+5)	10 676 862	10 345 945	10 202 828	-3,10%	-1,38%
8 - Despesa Total (4+6)	8 192 236	8 326 809	7 992 166	1,64%	-4,02%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Gráfico III



PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Neste ponto tratamos da execução do Plano Plurianual de Investimentos, que fornece informação sobre a execução financeira dos projetos, reportada a 31 de dezembro de cada ano. O PPI deve ser organizado e estruturado por objetivos, programas, projetos e, eventualmente, ações e elaborado numa base móvel de 4 anos. Assim, O PPI elaborado em 2013 correspondeu ao quadriênio de 2014 a 2017 e reflete os consumos financeiros dos projetos iniciados em 2015, com percussões financeiras e de tesouraria, nesse ano ou em anos subsequentes. Traduzem, ainda, os gastos monetários de projetos iniciados em anos económicos anteriores mas, cuja execução material e ou financeira se projeta em 2015 ou mesmo para além desta data. Com esta informação é possível determinar os projetos/ações que se concluem no ano económico em apreço, e quais os que continuam nos anos seguintes, bem como qual o montante total despendido em cada projeto/ação, já iniciado ou a iniciar, neste caso, em 2015.

Na medida em que o Plano Plurianual de Investimentos é elaborado de acordo com a classificação funcional (Ponto 10.1 do POCAL), isso permite analisar as principais divisões de despesas. Em primeiro lugar, as **funções gerais**, que dizem respeito à administração geral, proteção civil. Em segundo lugar, as **funções sociais** dizem respeito à educação, saúde, ação social, habitação, serviços coletivos (incluindo ordenamento do território, saneamento e abastecimento de água), cultura e desporto. Em terceiro lugar, as **funções económicas** de investimentos em agricultura, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo. Por último, as **outras funções** que agrupam as operações da dívida autárquica e as transferências entre administrações. O Quadro seguinte mostra essa distribuição global, revelando os valores percentuais para apreender a importância relativa de cada uma das quatro grandes categorias.

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI.

Importa enfatizar o desempenho global na ordem dos 39,15% da dotação total com uma despesa correspondente na ordem dos 952 mil de euros e compromissos de 1.151 mil euros, em 2014 o PPI teve uma execução de 1.064 mil euros, 25,15% da dotação total.

INVESTIMENTOS POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – VII
(Valores em euros)

OBJ PROG	DESCRIÇÃO	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			EXEC. FINANC	EXEC. FINANC
		ANOS			ANOS	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
		ANO	SEGUINTE	TOTAL	ANTERIORES			% (a)	% (b)
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	424.000,00	594.500,00	1.018.500,00		263.988,29	263.988,29	62.26	25.92
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	20.000,00	52.000,00	72.000,00					
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	18.500,00	53.500,00	72.000,00		1.109,64	1.109,64	6.00	1.54
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	20.500,00	58.500,00	79.000,00		174,22	174,22	0.85	0.22
2.4.1.	HABITAÇÃO	6.000,00	18.000,00	24.000,00		2.230,08	2.230,08	37.17	9.29
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	572.594,70	198.000,00	770.594,70		547,33	547,33	0.10	0.07
2.4.3.	SANEAMENTO	41.000,00	78.000,00	119.000,00		14.204,13	14.204,13	34.64	11.94
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	177.500,00	184.500,00	362.000,00		64.544,18	64.544,18	36.36	17.83
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	19.500,00	38.500,00	58.000,00		4.822,83	4.822,83	24.73	8.32
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO NATUREZA	75.500,00	188.500,00	264.000,00		14.781,72	14.781,72	19.58	5.60
2.5.1.	CULTURA	100.000,00	365.500,00	465.500,00		1.855,98	1.855,98	1.86	0.40
2.5.2.	DESPORTO RECREIO E LAZER	45.500,00	117.500,00	163.000,00		4.088,42	4.088,42	8.99	2.51
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	6.500,00	23.000,00	29.500,00		485,22	485,22	7.46	1.64
3.1.1.	CAMINHOS AGRÍCOLAS	30.000,00	90.000,00	120.000,00		11.543,44	11.543,44	38.48	9.62
3.2.1.	INDÚSTRIA	10.000,00	60.000,00	70.000,00		7.792,77	7.792,77	77.93	11.13
3.2.2.	ENERGIA	16.500,00	49.500,00	66.000,00		10.155,46	10.155,46	61.55	15.39
3.3.1.	TRANSPORTE RODOVIÁRIOS	650.752,82	3.112.500,00	3.763.252,82		497.447,19	497.447,19	76.44	13.22
3.3.4.	SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO	4.000,00	12.000,00	16.000,00					
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	70.683,48	211.050,44	281.733,92					
3.4.2.	TURISMO	59.100,00	175.000,00	234.100,00		334,96	334,96	0.57	0.14
4.2.1.	RELAÇÕES COM OUTRAS ESTRUTURAS	11.500,00	27.000,00	38.500,00					
4.3.1.	CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	51.869,00	311.214,45	363.083,45		51.869,00	51.869,00	100.00	14.29
TOTAL GERAL.		2.431.500,00	6.018.264,89	8.449.764,89	0	951.974,86	951.974,86	39.15%	11.27%

De seguida, apresenta-se uma análise do investimento de 2013, 2014 e 2015:

[Handwritten signatures and initials]

Quadro – VIII

(Valores em Euros e arredondados)

INVESTIMENTOS		ANOS			2013/2014	2014/2015
Aquisição de bens de capital		2013	2014	2015	(%)	(%)
70101	TERRENOS	102.356 €	21.783 €	- €	-78,72%	-100,00%
70102	HABITAÇÕES	12.362 €	3.640 €	2.230 €	-70,56%	-38,73%
70103	EDIFÍCIOS	65.422 €	83.335 €	92.516 €	27,38%	11,02%
70104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	89.454 €	239.919 €	20.963 €	168,20%	-91,26%
70106	MATERIAL DE TRANSPORTES	188.977 €	144.005 €	44.734 €	-23,80%	-68,94%
70107	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	22.594 €	5.518 €	66.307 €	-75,58%	1101,56%
70108	SOFTWARE INFORMÁTICO	85.609 €	18.630 €	48.746 €	-78,24%	161,65%
70109	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	1.212 €	1.417 €	412 €	16,91%	-70,92%
70110	EQUIPAMENTO BÁSICO	22.859 €	26.440 €	18.103 €	15,67%	-31,53%
70111	FERRAMENTOS E UTENSÍLIOS	1.655 €	923 €	1.695 €	-44,22%	83,61%
70112	ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	4.850 €	- €	- €	0,00%	0,00%
70113	INVESTIMENTOS INCORPÓREOS	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
70115	OUTROS INVESTIMENTOS	22.252 €	524 €	4.000 €	-97,65%	663,39%
70205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
70207	MAQUINARIA E EQUIPAMENTO- LOCAÇÃO FINANCEIRA	- €	10.552 €	10.188 €	0,00%	-3,45%
70301	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
70303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	186.517 €	501.137 €	589.553 €	168,68%	17,64%
70305	BENS DE PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
70306	OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	- €	- €	- €	0,00%	0,00%
TOTAL DA RUBRICA		806.119€	1.057.822€	899.447€		
VARIAÇÃO TOTAL (Euros)			251.703€	-158.375€		
VARIAÇÃO TOTAL (%)			23,79%	-17,61%		

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

Quadro – IX

(Valores em Euros)

TRANSFERÊNCIAS	TOTAL			Δ	Δ
	2013	2014	2015	13/14	14/15
Administrações públicas					
<i>Orçamento de Estado</i>					
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro					
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Corrente	2.768.249,00	3.727.275,00	3.894.660,00	34,64%	4,49%
Fundo de Equilíbrio Financeiro - Capital	1.490.595,00	414.142,00	432.740,00	-72,22%	4,49%
Fundo Social Municipal	106.592,00	106.592,00	119.273,00	0,00%	11,90%
Participação Fixa no IRS	119.197,00	113.074,00	145.145,00	-5,14%	28,36%
Outros	175.533,82	243.261,12	184.489,32	38,58%	-24,16%
Estado-Participação. Comunitária Projetos. Cofinanciados	413.993,10	450.481,09	418.992,27	8,81%	-6,99%
Serviços e fundos autónomos	308.692,85	285.980,67	298.266,99	-7,36%	4,30%
Administração Local	49.220,69	118.325,20	37.457,56	140,40%	-68,34%
TOTAIS	5.432.073 €	5.459.131 €	5.531.024 €	0,50%	1,32%

RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES DE CAPITAL

Nos subcapítulos seguintes é feita uma análise da estrutura das receitas e das despesas e, de certa forma, é feita também uma análise da relação entre as despesas e receitas correntes e de capital.

No entanto, para uma melhor leitura dos dados, apresenta-se uma seguinte análise da relação entre receitas e despesas de capital e correntes.

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO
SUBSTANCIAL

Quadro – X

Un: Euros

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS	DESPESAS PAGAS	EQUILÍBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO a)	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				Valor Absoluto	Valor Relativo		EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO b)	EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO c)
1	2	3	4	5=3-4	6=3/4*100	7	8=(3) / (4+(7-7 ANO N-1))*100	9=(3) / (4+7)*100
2012	Saldo orçamental inicial	2 945 688						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 020						
	Correntes	5 962 285	7 279 341	- 1 317 056	81,91%	157 053	130,44	145,73
	Capital	1 767 869	912 895					
	Total	10 676 862	8 192 236					
2013	Saldo orçamental inicial	2 484 626						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 820						
	Correntes	6 971 226	7 162 330	- 191 104	97,33%	268 045	122,61	120,37
	Capital	887 273	1 164 479					
	Total	10 345 945	8 326 809					
2014	Saldo orçamental inicial	2 019 136						
	Reposições não abatidas nos pagamentos	376						
	Correntes	7 280 487	7 011 361	269 126	103,84%	214 307	128,52	124,33
	Capital	902 829	980 805					
	Total	10 202 828	7 992 166					

OBSERVAÇÕES:

a) Na coluna relativa à "Outras Dívidas a Terceiros de Curto Prazo" não são considerados os valores das operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores.

b) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros" no fim e início do ano)).

c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano. Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Outras dívidas a terceiros no final do exercício)).

Quadro – XI
Equilíbrio Efetivo

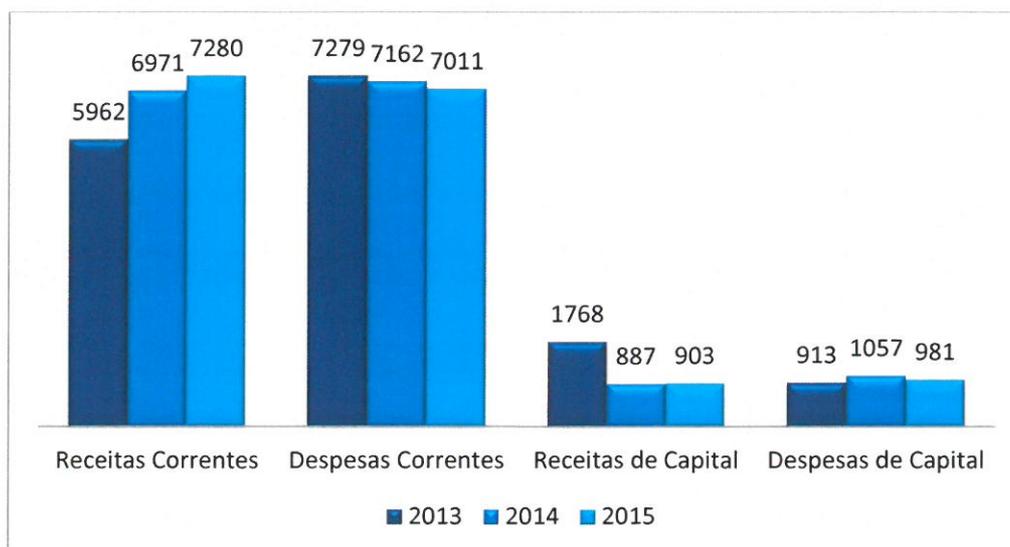
RELAÇÃO RECEITA / DESPESA	2013	2014	2015	13/14	14/15
Receitas correntes	5.962.285 €	6.971.227 €	7.280.487 €	16,92%	4,44%
Despesas correntes	7.279.341 €	7.162.330 €	7.011.361 €	-1,61%	-2,11%
Saldo Corrente	-1.317.056 €	-191.103 €	269.126 €	85,49%	240,83%
Receitas de capital	1.767.869 €	887.273 €	902.829 €	-49,81%	1,75%
Despesas de capital	912.895 €	1.164.479 €	980.805 €	27,56%	-15,77%
Saldo Capital	854.974 €	-277.206 €	-77.976 €	-132,42%	71,87%
Outras Receitas	1.020 €	2.820 €	376 €	176,47%	-86,67%
SALDO TOTAL	-461.062 €	-465.489 €	191.526 €	-0,96%	141,15%
Saldo Inicial	2.945.688 €	2.484.626 €	2.019.136 €	-15,65%	-18,73%
Saldo Final	2.484.626 €	2.019.136 €	2.210.662 €	-18,73%	9,49%

Fonte: Orçamento inicial; Mapa dos fluxos de caixa

Foi, assim, apurado um *excedente* corrente de 269.126€, respeitando-se a regra do equilíbrio substancial do orçamento estatuída pela alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL.

Quanto ao equilíbrio formal, as receitas orçamentais ultrapassaram as despesas orçamentais em cerca de 192 mil de euros, que, associados ao excedente orçamental transitado da gerência anterior, possibilitaram a obtenção de um saldo de 2.210.662 €, o qual transitou para a gerência de 2016.

Gráfico – IV



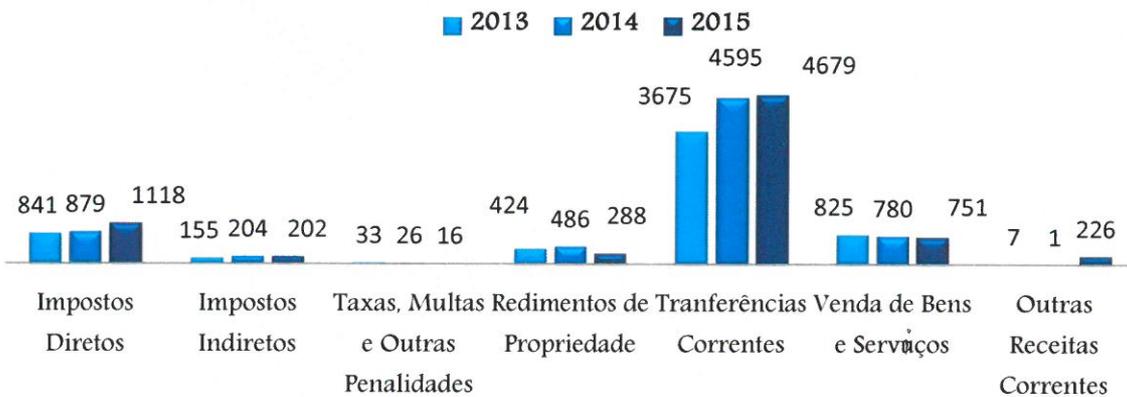
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Como se pode verificar no quadro abaixo, o aumento das receitas correntes deu-se em apenas em três capítulos, nos impostos diretos que aumentaram cerca de 239 mil euros, cerca de 27,2%, as transferências correntes que aumentaram cerca de 85 mil euros, cerca de 1,8%, em relação ao ano anterior, e por último as outras receitas correntes com cerca de 224 mil euros, em relação ao ano anterior, referente a regularização de saldos de recibos de água.

Quadro – XII

RECEITAS CORRENTES	2013	2014	2015	13/14	14/15
IMPOSTOS DIRETOS	840.782,66 €	878.539 €	1.117.800 €	4,49%	27,23%
IMPOSTOS INDIRETOS	155.489,01 €	204.281,88	202.096,88	31,38%	-1,07%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	33.940,15 €	25.765,17	16.462,64	-24,09%	-36,11%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	424.204,76 €	486.294,08	288.092,86	14,64%	-40,76%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.675.373,58 €	4.594.507,99	4.679.291,87	25,01%	1,85%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS	825.450,05 €	780.011,30	750.807,05	-5,50%	-3,74%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.044,34 €	1.826,76	225.935,81	-74,07%	12268,12%
TOTAL	5.962.285 €	6.971.227 €	7.280.487 €	16,92%	4,44%

Gráfico – V



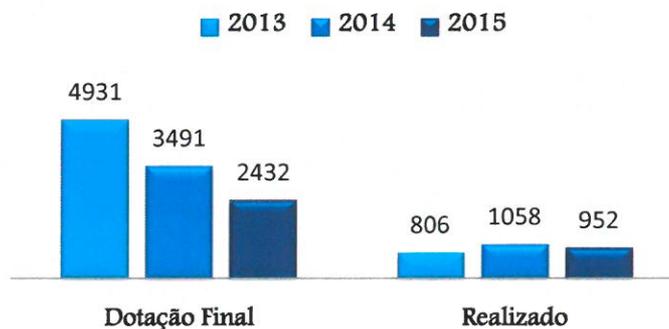
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO REALIZADO

Quadro – XIII

Designação	2013	2014	2015
Dotação Final	4.931.351 €	3.490.700 €	2.431.500€
Realizado	806.000 €	1.057.822 €	951.975 €
Tx. Realização	16,34%	30,30%	39,15%

Verifica-se uma diminuição no investimento realizado face a 2014 de cerca de 10,0%, com um montante de 106 mil euros.

Gráfico – VI



PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

O PAM teve uma execução na ordem dos 82,5% da despesa definida. Esta execução corresponde a cerca de 1,9 milhões de euros de despesa.

DESPESA POR SECTORES ESTRUTURAIS

Quadro – XIV

Obj	Descrição	2011		Execução	2012		Execução
		Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira	Montante Previsto	Montante Exe.	Financeira
		Ano	Total	Anual (a)	Ano	Total	Anual (a)
1.1.1.	Administração geral	330.800,00	265.931,13	80,39%	433.800,00	293.192,78	67,59%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	1.300,00	419,97	32,31%	1.500,00	70,92	4,73%
2.1.1.	Ensino não superior	170.300,00	147.545,17	86,64%	163.900,00	124.793,81	76,14%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	300,00	0,00	0,00%	5.300,00	1.794,99	33,87%
2.3.2.	Acção social	32.900,00	27.815,20	84,54%	33.300,00	28.876,76	86,72%
2.4.1.	Habitação	1.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
2.4.2.	Ordenamento do Território	0,00	0,00	0,00%	7.500,00	0,00	0,00%
2.4.3.	Saneamento	428.125,89	422.973,60	98,80%	336.000,00	298.865,14	88,95%
2.4.4.	Abastecimento de água	424.600,00	416.260,84	98,04%	405.100,00	374.458,87	92,44%
2.4.5.	Resíduos sólidos	145.500,00	144.896,25	99,59%	135.000,00	107.086,39	79,32%
2.4.6.	Protecção do meio ambiente e conservação da natureza	200,00	0,00	0,00%	200	0,00	0,00%
2.5.1.	Cultura	376.500,00	298.934,53	79,40%	493.550,00	450.828,37	91,34%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	93.200,00	88.641,18	95,11%	81.300,00	78.435,79	96,48%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	1.000,00	102,20	10,22%	1.000,00	118,63	11,86%
3.2.2.	Energia	100,00	0,00	0,00%	100	0,00	0,00%
3.3.4.	Sistemas de informação	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
3.4.1.	Mercados e feiras	300,00	0,00	0,00%	12.000,00	795,75	6,63%
3.4.2.	Turismo	300,00	0,00	0,00%	5.300,00	0,00	0,00%
3.4.3.	Agenda local XXI	100,00	0,00	0,00%	100	0,00	0,00%
3.4.4.	Geminação	100,00	0,00	0,00%	100	0,00	0,00%
3.5.1.	Associações de Desenvolvimento Local e outras	700,00	157,56	22,51%	400	0,00	0,00%
4.1.1.	Empréstimos	0,00	0,00	0,00%	35.500,00	28.829,78	81,21%
4.1.2.	Juros	0,00	0,00	0,00%	3.000,00	1.261,01	42,03%
4.2.1.	Transferencias Entre Administrações	122.900,00	114.451,26	93,13%	123.900,00	90.285,50	72,87%
TOTAL		2.130.226 €	1.928.129 €	80,68%	2.277.850,00	1.879.694,49	82,52%

GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI + PAM)

No final de 2015 a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e do Plano de Atividades Municipais (PAM), na ótica da despesa realizada (faturada), tinham-se aproximado dos 60,1% do financiamento definido. Esta execução corresponde a cerca de 2,8 milhões de euros de despesa.

DESPESA REALIZADA COM AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Quadro – XV

Proj.	Designação	Dotação Inicial	Dotação Atual	Compromissos	Pagamento	Exec. Anual
1.1.1.	Administração geral	485.300,00	857.800,00	565.006,06	557.181,07	64,96%
1.2.1.	Proteção civil e luta contra incêndios	21.500,00	21.500,00	7.099,14	70,92	0,33%
2.1.1.	Ensino n o Superior	178.900,00	182.400,00	129.357,20	125.903,45	69,03%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	300,00	5.300,00	1.794,99	1.794,99	33,87%
2.3.2.	Ação social	43.800,00	53.800,00	29.050,98	29.050,98	54,00%
2.4.1.	Habitação	6.000,00	6.000,00	2.230,08	2.230,08	37,17%
2.4.2.	Ordenamento do território	403.094,70	580.094,70	547,33	547,33	0,09%
2.4.3.	Saneamento	386.000,00	377.000,00	336.367,65	313.069,27	83,04%
2.4.4.	Água	383.600,00	582.600,00	466.051,05	439.003,05	75,35%
2.4.5.	Resíduos sólidos	164.500,00	154.500,00	124.343,52	111.909,22	72,43%
2.4.6.	Proteção do meio ambiente e conservação	69.700,00	75.700,00	14.781,72	14.781,72	19,53%
2.5.1.	Cultura	391.750,00	593.550,00	457.232,35	452.684,35	76,27%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	94.600,00	126.800,00	82.524,21	82.524,21	65,08%
2.5.3.	Outras atividades cívicas e religiosas	7.500,00	7.500,00	603,85	603,85	8,05%
3.1.1.	Caminhos agrícolas	30.000,00	30.000,00	11.543,44	11.543,44	38,48%
3.2.1.	Indústria	10.000,00	10.000,00	7.792,77	7.792,77	77,93%
3.2.2.	Energia	16.600,00	16.600,00	10.155,46	10.155,46	61,18%
3.3.1.	Transportes rodoviários	553.752,82	650.752,82	497.447,19	497.447,19	76,44%
3.3.4.	Sistemas de Informação	4.000,00	4.000,00	-	-	0,00%
3.4.1.	Mercados e feiras	91.683,48	82.683,48	57.651,91	795,75	0,96%
3.4.2.	Turismo	69.400,00	64.400,00	334,96	334,96	0,52%
3.4.3.	Agenda local XXI	100,00	100,00	-	-	0,00%
3.4.4.	Geminação	100,00	100,00	-	-	0,00%
3.5.1.	Equipamento rural e urbano	400,00	400,00	-	-	0,00%
4.1.1.	Empréstimos	35.500,00	35.500,00	28.829,78	28.829,78	81,21%
4.1.2.	Juros	3.000,00	3.000,00	1.261,01	1.261,01	42,03%
4.2.1.	Transferências	119.400,00	135.400,00	97.575,98	90.285,50	66,68%
4.3.1.	Realização do Capital do Fundo de Apoio Municipal	51.869,00	51.869,00	51.869,00	51.869,00	100,00%
TOTAL		3.622.350,00	4.709.350,00	2.981.451,63	2.831.669,35	60,13%

ORÇAMENTO

Para avaliar a Execução do Orçamento, apresentam-se os mapas seguintes:

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As disponibilidades financeiras do Município de Redondo, na Gerência de 2015, da conta de execução orçamental foram as seguintes:

Quadro – XVI

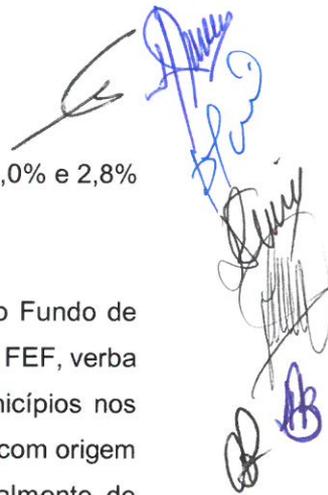
	2013	2014	2015
Saldo da Gerência Anterior (2012/2013/2014)	2.945.688,06 €	2.484.625,89 €	2.019.136,33 €
Receita cobrada na Gerência	7.731.174,10 €	7.861.320,07 €	8.183.691,60 €
Total	10.676.862,16 €	10.345.945,96 €	10.202.827,93 €
Despesa efetuada na Gerência	8.192.236,27 €	8.326.809,63 €	7.992.165,56 €
Saldo para a Gerência seguinte (2014/2015/2016)	2.484.625,89 €	2.019.136,33 €	2.210.662,37 €

ORÇAMENTO DA RECEITA

O orçamento da receita foi inferior ao do ano de 2014 em cerca de 338 mil euros. A taxa de execução foi de 95,7%.

Uma análise mais pormenorizada da composição da receita arrecadada pelo Município de Redondo, encontra-se refletida no quadro XVII.

As fontes de financiamento municipal que, em 2015, assumiram maior relevância no Município de Redondo foram as transferências, quer correntes quer de capital, com uma taxa de 54,2% e as vendas de bens e serviços que pesaram 7,4%. Também os impostos diretos e os rendimentos de propriedade se destacaram no cômputo da receita total, embora de forma bastante menos



pronunciada do que as rubricas anteriormente mencionadas, já que representava 11,0% e 2,8% da receita global arrecadada.

Nas rubricas de transferências encontram-se os montantes transferidos através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), dos fundos comunitários e ainda outras transferências. O FEF, verba proveniente do Orçamento de Estado, e que corresponde à participação dos municípios nos impostos do Estado, constituiu a fonte de receita mais relevante do total das receitas com origem em transferências correntes e de capital, representando 68,2% destas. O FEF foi igualmente, de forma isolada, a receita com maior peso relativo no total das receitas municipais, tendo atingido 52,9%.

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA DAS RECEITAS: RECEITAS CORRENTES E RECEITAS DE CAPITAL

A inscrição contabilística da receita autárquica obedece ao disposto no classificador económico apresentado no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, sendo agrupada de acordo com a sua natureza económica em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. Em cada um destes grupos económicos a receita é ainda classificada em capítulos como a seguir se apresenta.

RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Embora numa execução inferior à dotação inicial, os cerca de 6,9 milhões de euros representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da autarquia.

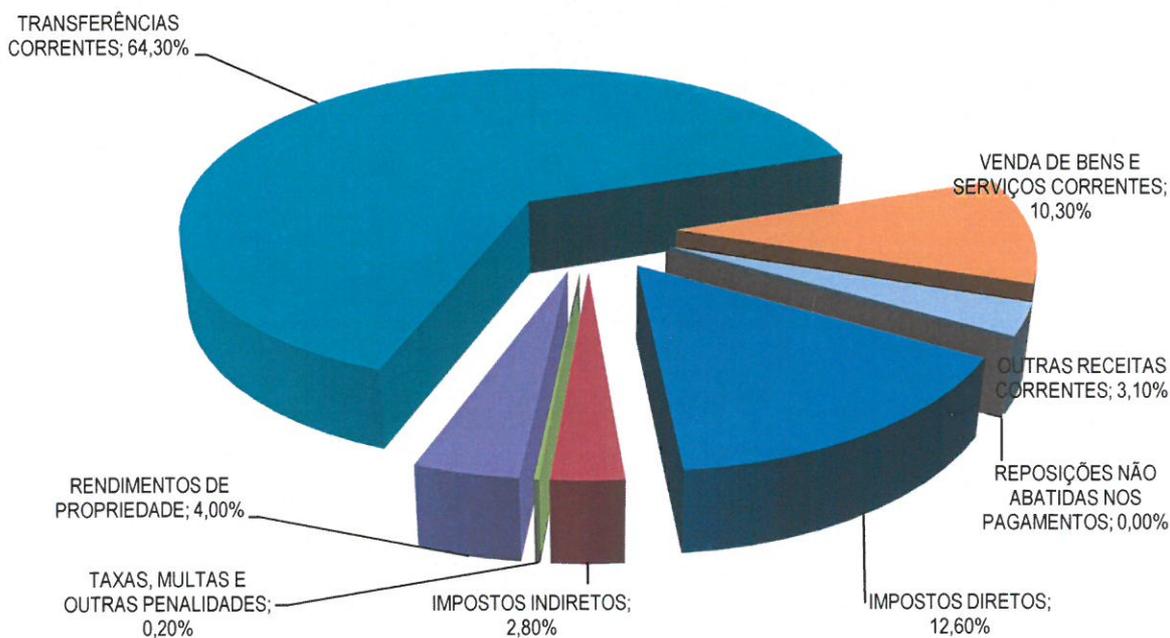
As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento de Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, e as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Regional de Educação do Alentejo (DREA), para apoio ao programa de "Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico" e de "Generalização do Ensino do Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo".

Como se pode observar as receitas mais relevantes advêm dos impostos diretos (IMT, IMI, IMV, e Derrama), das transferências correntes da Administração Central – Orçamento de Estado (FEF, FSM, IRS), e da venda de bens e serviços. Nesta rubrica assume maior expressão a receita com a distribuição de água.


Quadro – XVII

Código	Descrição	Dotação	Execução		2014/2015	Execução
			2014	2015		
1	IMPOSTOS DIRETOS	883.500,00 €	865.222,34 €	1.113.143,45 €	28,7%	126,0%
2	IMPOSTOS INDIRETOS	182.000,00 €	203.959,60 €	201.789,40 €	-1,1%	110,9%
4	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	28.700,00 €	25.765,17 €	16.462,64 €	-36,1%	57,4%
5	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	401.400,00 €	486.294,08 €	288.092,86 €	-40,8%	71,8%
6	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.899.028,00 €	4.593.850,89 €	4.679.291,87 €	1,9%	95,5%
7	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	831.800,00 €	779.797,84 €	750.237,47 €	-3,8%	90,2%
8	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.600,00 €	1.826,76 €	225.935,81 €	12268,1%	4034,6%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	532,00 €	2.819,97 €	375,82 €	-86,7%	70,6%
Total da Receitas Correntes Cobradas		7.232.560,00 €	6.959.536,65 €	7.275.329,32 €	100,00%	100,6%

Gráfico – VII
Peso da Rubrica / Receita Corrente



RECEITAS DE CAPITAL

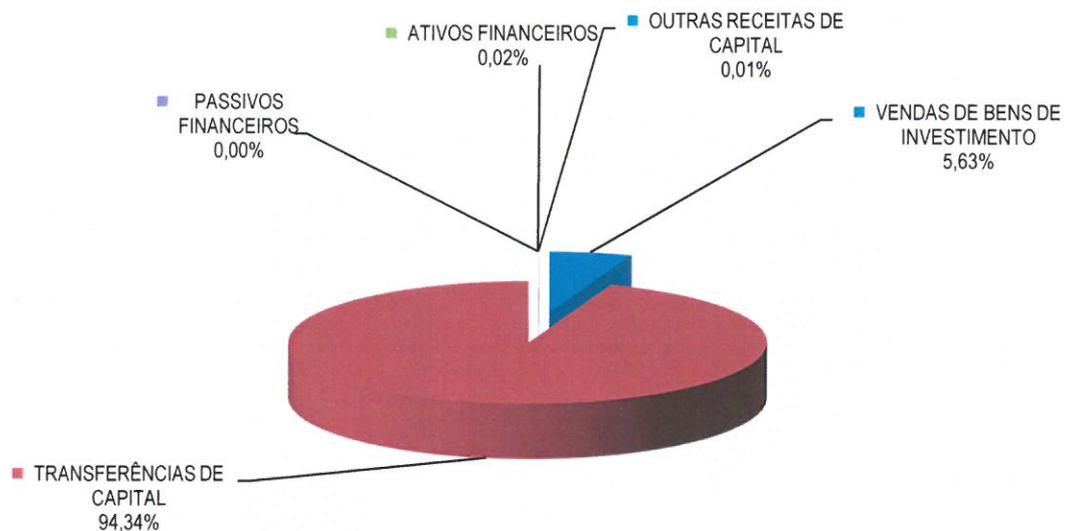
Em relação às receitas de capital, o Município de Redondo continua, inevitavelmente, muito dependente das transferências provenientes de terceiros. Como se pode constatar, as transferências de capital representam cerca de 94,3% do total da Receita de Capital. Nestes 852

mil euros estão as transferências do Orçamento do Estado e a transferências provenientes de fundos comunitários de projetos cofinanciados.

Quadro – XVIII

Código	Descrição	Dotação	Execução		2014/2015	Execução
			2014	2015		
9	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	36.200,00 €	20.974,34 €	50.840,00 €	142,4%	140,4%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.361.740,00 €	864.623,09 €	851.732,27 €	-1,5%	62,5%
11	ATIVOS FINANCEIROS	1.300,00 €	1.676,00 €	147,00 €	-91,2%	11,3%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	0	0	0	0,0%	0,0%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	200,00 €	0	109,5	0,0%	54,8%
Total da Receitas Correntes Cobradas		1.399.440,00€	887.273,43€	902.828,77€	100,0%	64,5%

Gráfico – VIII
Receitas de Capital / Receita Capital
Peso da rubrica



ANÁLISE GLOBAL DA RECEITA

A receita global arrecadada no exercício económico ascende a 8,2 milhões de euros. Se lhe somarmos o saldo da Gerência anterior atinge os 10,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de execução na ordem dos 95,7%.

A taxa de execução da receita de capital ficou nos 64,5%. Esta situação é essencialmente originada pela dificuldade que os organismos gestores dos fundos comunitários têm na transferência atempada dos montantes correspondentes à despesa justificada apresentada e também ao atraso na realização de algumas obras comparticipadas.

EVOLUÇÃO DA RECEITA 2011/2015

Quadro – XIX

Evolução da Distribuição da Receita – Corrente/Capital

(Valores em
Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	6.125.795	5.898.196	5.963.305	6.971.227	7.280.487
RECEITAS DE CAPITAL	3.633.156	3.168.821	1.767.869	890.093	902.829
RECEITA TOTAL	9.758.951	9.067.016	7.731.174	7.861.320	8.183.316

Quadro – XX

Evolução das Receitas em % (Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas Capital / Receitas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	62,8%	65,1%	77,1%	88,7%	89,0%
RECEITAS DE CAPITAL	37,2%	34,9%	22,9%	11,3%	11,0%
RECEITA TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro – XXI

Evolução das Receitas – Variação Anual em % (n / n-1)

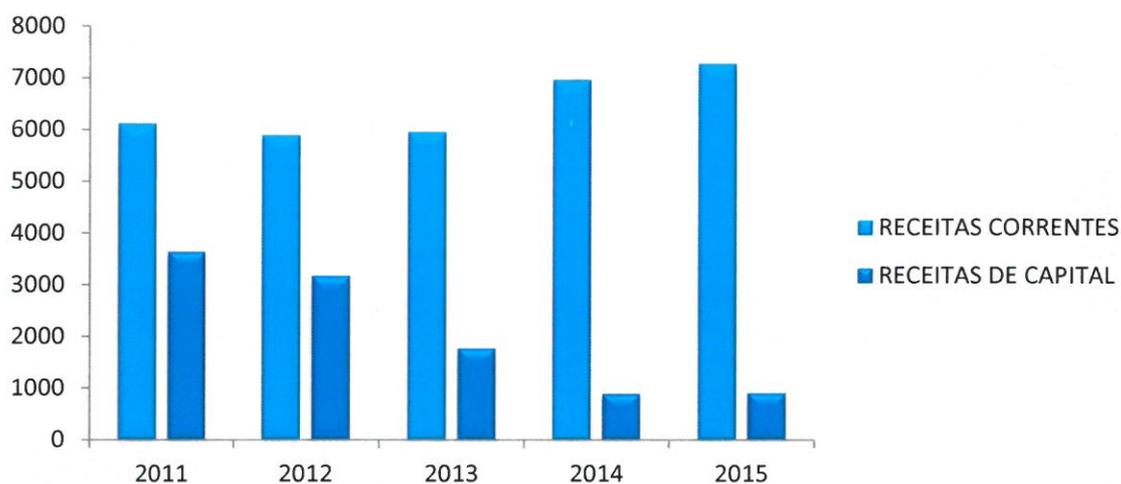
(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES	2,0%	-3,7%	1,1%	16,9%	4,4%
RECEITAS DE CAPITAL	-33,5%	-12,8%	-44,2%	-49,7%	1,4%
RECEITA TOTAL	-14,9%	-7,1%	-14,7%	1,7%	4,1%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

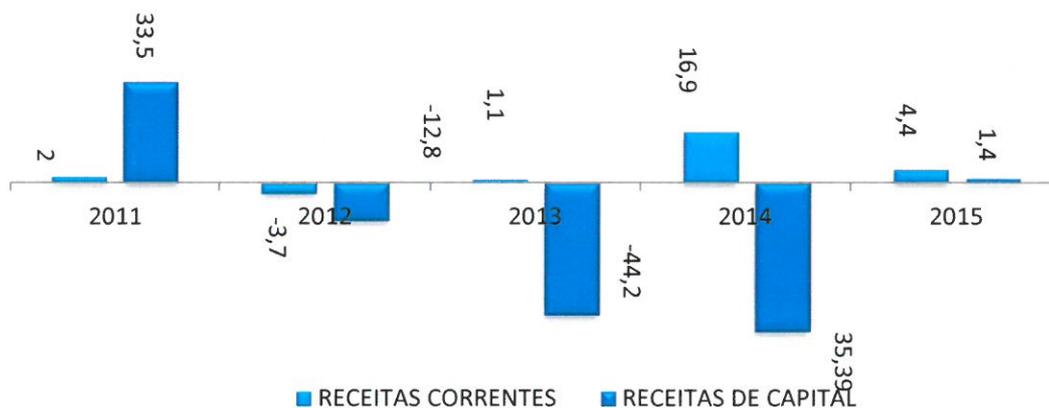
EVOLUÇÃO DA RECEITA EM PORCENTAGEM

Gráfico – IX



EVOLUÇÃO DA RECEITA - VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico – X



Do ponto de vista das componentes mais significativas na Estrutura da Receita de 2015, não considerando o Saldo da Gerência, destacam-se:

- Verbas provenientes do Orçamento do Estado (OE) com um peso de 60,6% na receita total - um claro sintoma da dependência do Município face ao Estado e também reflexo de uma interioridade territorial;
- Verbas provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) com um peso de 5,1% na receita, evidência clara do bom aproveitamento dos fundos comunitários efetuados neste exercício.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Quadro – XXII

Rubricas/anos	2013		2014		2015	
		%		%		%
	Valor €	Receita	Valor €	Receita	Valor €	Receita
FEF	4.258.844,00 €	55,09%	4.361.083,00 €	55,48%	4.591.818,00 €	63,12%
Águas	353.748,50 €	4,58%	297.107,28 €	3,78%	263.422,05 €	3,62%
Contrib. Autárquica/IMI	594.798,81 €	7,69%	619.198,28 €	7,88%	820.802,43 €	11,28%
Sisa/IMT	110.423,66 €	1,43%	139.584,48 €	1,78%	187.219,17 €	2,57%
Taxas multas outras penal.	33.940,15 €	0,44%	12.998,13 €	0,17%	16.462,64 €	0,23%
Loteamentos e obras	5.610,62 €	0,07%	11.306,36 €	0,14%	3.645,00 €	0,05%
Restantes rubricas	2.373.808,36 €	30,70%	2.420.042,47 €	30,78%	1.391.584,21 €	19,13%
Total Receita	7.731.174,10 €	100,00%	7.861.320,00 €	100,00%	7.274.953,50 €	100,00%

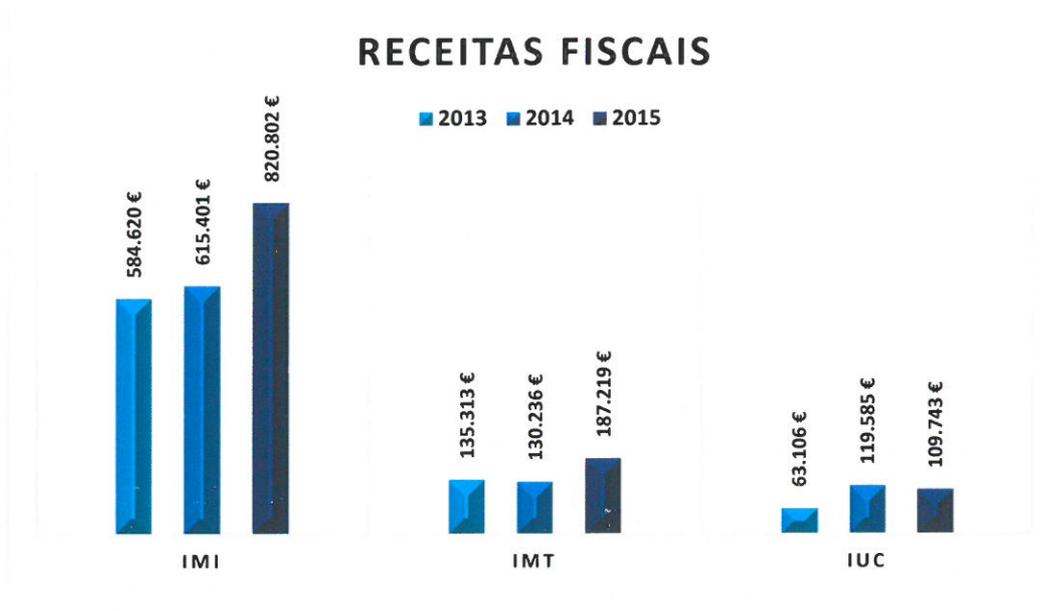
Nota: o valor de 820.802,43€ registado no Imposto Municipal de sobre Imóveis, IMI, tem 161.603,75€ a mais, valor este que deveria ser registado no Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, por lapso no Documento de Receita Individual n.º930/2015 foi colocado o código IMSI - Imposto Municipal de sobre Imóveis, onde deveria ser colocado o código ITOI - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, assim os valores a considerar são: IMI – 659.198,68€, IMT – 348.822,92€.

Receitas Fiscais

As Receitas Fiscais constituem a principal fonte de financiamento da atividade municipal.

Incluem-se nesta classificação o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Imposto Municipal sobre Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), o Imposto Único de Circulação (IUC) e a Derrama (Isenta).

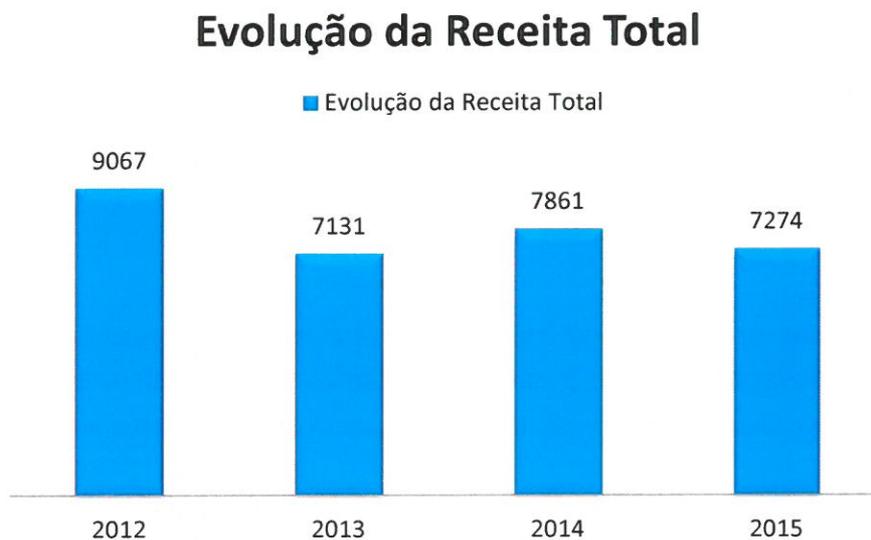
Gráfico – X



Ver nota do Quadro – XXII

O peso da Receita Fiscal na Receita Corrente é de cerca de **15,3%**, Receita Total é de cerca de **10,9%**.

Gráfico – XI



A taxonomia das despesas públicas para todo o sector da Administração esta definida no classificador económico das despesas (Decreto-Lei no 26/2002, de 14 de Fevereiro). As despesas são agrupadas pela sua natureza económica em despesas correntes e despesas de capital. Cada um destes grupos é constituído por um conjunto de capítulos de agregados económicos com a denominação apresentada nos quadros abaixo.

O orçamento de 2015, inferior ao do ano transato em cerca de 338 mil euros, teve compromissos que representaram 97,9% do orçamento e uma realização de 75,0%.

Por sua vez as despesas correntes pagas representaram 87,7% do total executado e as despesas de capital 12,3%.

DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes, com uma execução de 85,7%, representam cerca de 7 milhões de euros. Na sua composição é notório o peso da rubrica "Despesas com pessoal" e a de "Aquisição de Bens e Serviços". Estas duas rubricas representam 89,7% da despesa total. Porém, o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver uma estratégia de contenção da despesa com estas duas rubricas, (menos cerca de 214 mil euros em 2014 e 60 mil euros em 2015) procurando contudo, não diminuir a qualidade dos serviços prestados à população, bem pelo contrário, procura melhorar essa prestação através da reafectação dos recursos existentes e de uma melhor gestão e controlo das aquisições.

Quadro – XXIII

Designação	Dotação	Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2014/2015
		2014	2015			
1 DESPESAS COM O PESSOAL	4.032.136,33	4.030.275,11	3.636.221,61	51,86%	90,18%	-9,78%
2 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.307.700,00	2.318.308,97	2.652.608,68	37,83%	80,19%	14,42%
3 JUROS E OUTROS ENCARGOS	3.500,00	2.244,97	1.261,01	0,02%	36,03%	-43,83%
4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	531.200,00	357.725,54	431.292,91	6,15%	81,19%	20,57%
5 SUBSÍDIOS	246.500,00	384.005,44	246.469,14	3,52%	99,99%	-35,82%
6 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.800,00	69.769,68	43.507,67	0,62%	69,28%	-37,64%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	8.183.836,33	7.162.329,71	7.011.361,02	100,00%	85,67%	-2,11%

Gráfico – XII



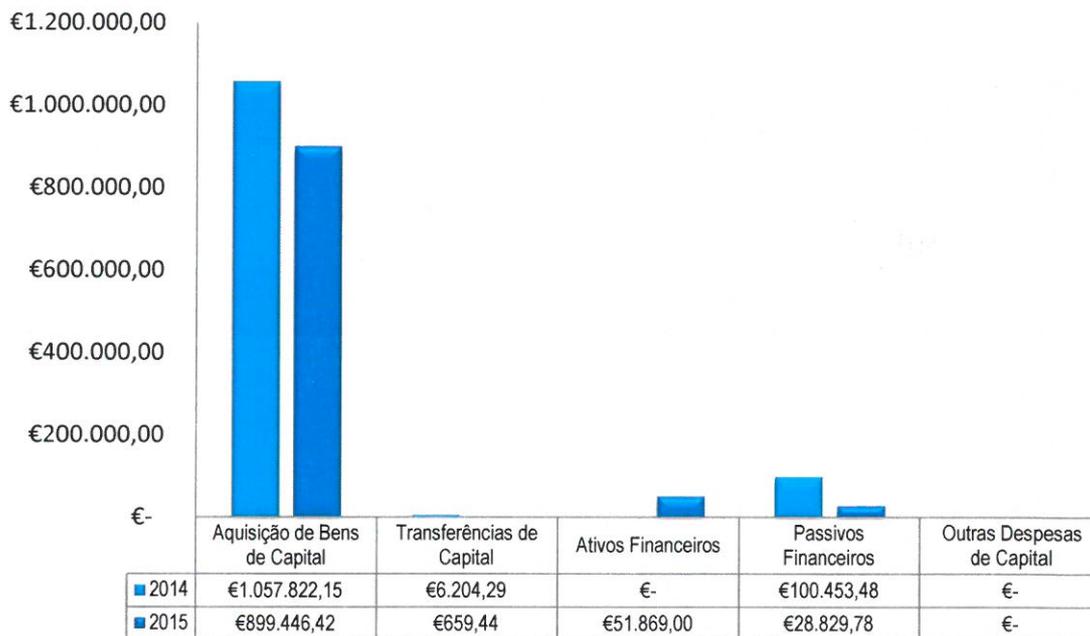
DESPESAS DE CAPITAL

O investimento direto do Município de Redondo, inicialmente previsto com 2,5 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital teve uma taxa de execução de 38,3%.

Quadro – XXIV

Designação	Dotação	Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2014/2015
		2014	2015			
7 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	2.348.131,00	1.057.822,15	899.446,42	91,70%	38,30%	-14,97%
8 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31.500,00	6.204,29	659,44	0,07%	2,09%	-89,37%
9 ATIVOS FINANCEIROS	52.069,00	0,00	51.869,00	5,29%	99,62%	100,00%
10 PASSIVOS FINANCEIROS	35.500,00	100.453,48	28.829,78	2,94%	81,21%	-71,30%
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	100,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	2.467.300,00	1.164.479,92	980.804,64	100,00%	39,75%	-15,77%

Gráfico – XIII



ANÁLISE GLOBAL DA DESPESA

Quadro – XXV
Exercício Económico de 2015

Designação		Execução		Peso da Rubrica	Tx. Exec..	2014/2015
		2014	2015			
Correntes	8.183.836,33 €	7.162.329,71 €	7.011.361,02 €	87,73%	85,67%	-2,11%
Capital	2.467.300,00 €	1.164.479,92 €	980.804,64 €	12,27%	39,75%	-15,77%
Total Geral	10.651.136,33 €	8.326.809,63 €	7.992.165,66 €	100,00%	75,04%	-4,02%

Com base no quadro abaixo, podemos verificar que a evolução da despesa corrente tem sido de alguma forma contida, tendo diminuído 1,6% em 2014 face a 2013 e 2,11% em 2015 face a 2014. Já, a despesa de capital registou uma diminuição de 15,77% face a 2014.

EVOLUÇÃO DA DESPESA 2011/2015

Quadro – XXVI

Evolução da Distribuição da Despesa – Corrente/Capital

(Valores em Euros e arredondados)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2011	2012	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES	7.458.031	6.718.606	7.279.341	7.162.330	7.011.361
DESPESAS DE CAPITAL	3.488.104	2.016.075	912.895	1.164.480	980.805
DESPESA TOTAL	10.946.135	8.734.681	8.192.236	8.326.810	7.992.166

Quadro – XXVII

Evolução das Despesas em % (Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2011	2012	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES	68,13%	76,92%	88,86%	86,02%	87,73%
DESPESAS DE CAPITAL	31,87%	23,08%	11,14%	13,98%	12,27%
DESPESA TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Quadro – XXVIII

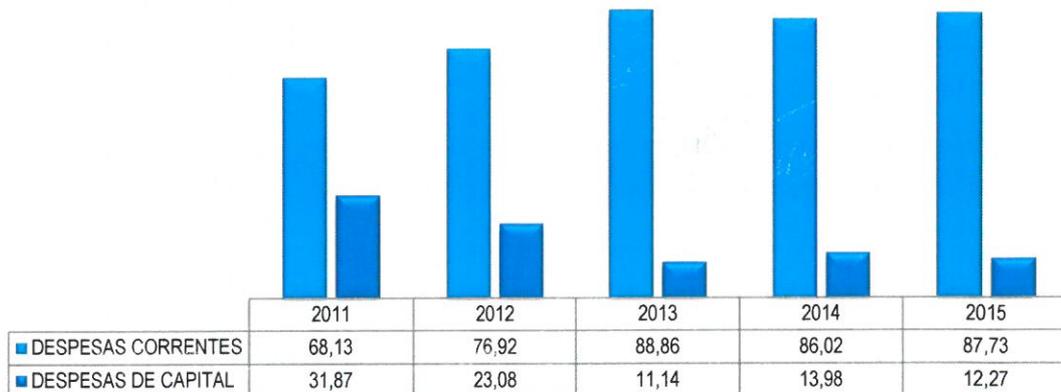
Evolução das Despesas – Variação Anual em % (n / n-1)

(Valores percentuais)

DESIGNAÇÃO/ANOS	2011	2012	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES	8,3%	-9,9%	8,3%	-1,6%	-2,1%
DESPESAS DE CAPITAL	15,9%	-42,2%	-54,7%	27,6%	-15,8%
DESPESA TOTAL	10,6%	-20,2%	-6,2%	1,6%	-4,0%

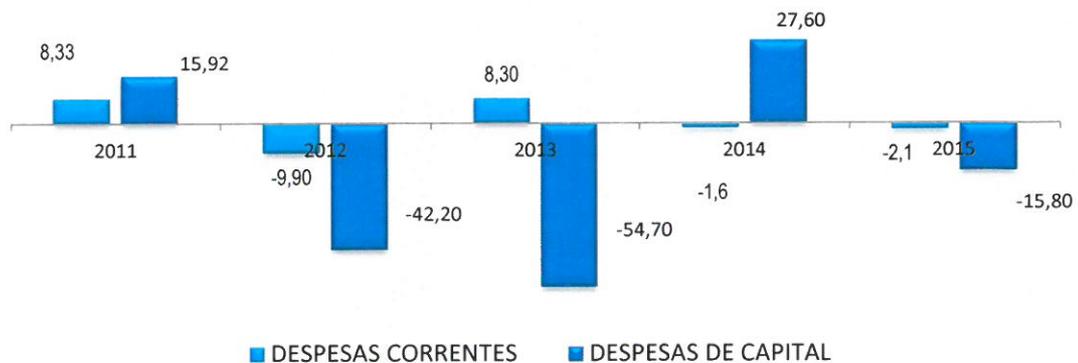
EVOLUÇÃO DA DESPESA EM PORCENTAGEM

Gráfico - XIV



EVOLUÇÃO DA DESPESA - VARIAÇÕES ANUAIS

Gráfico - XV



Do ponto de vista das componentes mais significativas na estrutura da despesa destacam-se:

- As despesas com pessoal - que representam 45,5% da despesa total e 51,9% da despesa corrente;
- As aquisições de bens e serviços correntes - com um peso de 33,2% sobre o total da despesa e 37,8% da despesa corrente.

**COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO FATURADOS OU COMPROMIS-SOS
ASSUMIDOS POR FATURAR**

Quadro – XXIX

DESCRIÇÃO	2012	2013	2014	2015
1 - Compromissos totais assumidos	9.649.502 €	8.830.430 €	9.997.407 €	8.450.268 €
2 - Despesas totais pagas	8.734.680 €	8.192.236 €	8.326.810 €	7.992.166 €
3 - Outras dívidas a terceiros (curto prazo)	163.863 €	157.053 €	268.045 €	214.307 €
Diferença [1- (2+3)]	750.959 €	481.141 €	1.402.552 €	243.796 €

Na análise do quadro apresentado conclui-se que os compromissos assumidos no exercício, são superiores às despesas totais realizadas, o que demonstra que a despesa é comprometida antes de ser faturada.

FLUXOS DE CAIXA

Neste mapa devem ser discriminados as importâncias relativas a todos os pagamentos e recebimentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria ou contas de ordem.

Nele se evidenciam também os saldos de operações orçamentais, de operações de tesouraria e de contas de ordem da gerência anterior e para a gerência seguinte.

Articula-se com os mapas de execução orçamental, relativos à despesa e à receita, bem como com os mapas de operações de tesouraria e de contas de ordem.

Quadro – XXX

RECEBIMENTOS			D 14/15	PAGAMENTOS			D 14/15
Saldo da gerência anterior....		2.147.021,52	-17,66%	Despesas orçamentais....		7.992.165,56	-4,02%
Execução orçamental....	2.019.136,33		-18,73%	Correntes....	7.011.360,92		-2,11%
Operações de tesouraria...	127.885,19		4,08%	Capital...	980.804,64		15,77%
Receitas orçamentais....		8.183.691,60	4,10%	Operações de tesouraria...		745.585,85	3,52%
Correntes.....	7.280.487,01		4,44%	Saldo para a gerência seguinte...		2.309.182,06	7,55%
Capital.....	902.828,77		1,75%	Execução orçamental...	2.210.662,37		9,49%
Outras.....	375,82		-86,67%	Operações de tesouraria...	98.519,69		22,96%
Operações de tesouraria....		716.220,35	-1,24%				
Total....		11.046.933,47	-1,31%	Total...		11.046.933,47	-1,31%

As receitas totalizaram cerca de 8,2 milhões de euros, 89% dos quais de correntes e 11% de capital. Durante o mesmo período as despesas situaram-se nos cerca de 8 milhões de euros. Desta forma o saldo de gerência sofreu um aumento de 2,1 milhões de euros para 2,3 milhões de euros.

MOVIMENTOS DE TESOURARIA

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Quadro – XXXI

Resumo da Conta de Gerência do ano de 2015			
Designação	Operações	Operações de	Total
	Orçamentais	Tesouraria	
(1) Saldo transitado de 2014 a)	2.019.136,33	127.885,19	2.147.021,52
(2) Receitas arrecadadas	8.183.691,60	716.220,35	8.899.911,95
(3) Despesas pagas	7.992.165,56	745.585,85	8.737.751,41
Saldo a transitar para 2016 (1+2-3)	2.210.662,37	98.519,69	2.309.182,06

a) Incorporado em 2015

INDICADORES ORÇAMENTAIS

Quadro – XXXII

INDICADORES	2013		2014		2015		VARIACÃO (pontos percentuais)		
							2013/2014	2014/2015	2013/2015
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial)	10 676 862	10 345 945	124,25%	10 202 828	127,66%	-6,08	3,41	-2,67
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
2	Receita Corrente Cobrada	5 962 285	6 971 226	97,33%	7 280 487	103,84%	15,42	6,51	21,93
	Despesa Corrente Paga	7 279 341	7 162 330		7 011 361				
3	Receita Corrente Cobrada	5 962 285	6 971 226	88,68%	7 280 487	88,97%	11,56	0,29	11,85
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	7 731 174	7 861 319		8 183 316				
4	Despesa Corrente Paga	7 279 341	7 162 330	86,02%	7 011 361	87,73%	-2,84	1,71	-1,13
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
5	Receita Total Disponível+Passivos Financeiros Cobrados	10 676 862	10 345 945	124,25%	10 202 828	127,66%	-6,08	3,41	-2,67
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
6	Receitas Próprias Cobradas	2 298 080	2 399 368	28,81%	2 652 292	33,19%	0,76	4,37	5,13
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
7	Fundos Municipais	225 789	219 666	2,76%	4 327 400	54,15%	-0,12	51,51	51,39

	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
8	Receita Corrente Cobrada Localmente	1 290 639	1 293 897	15,54%	1 281 298	16,03%	-0,22	0,49	0,28
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
9	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)			0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Receita Total Disponível	10 676 862	10 345 945		10 202 828				
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)			0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
11	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)			0,00%		0,00%	0,00	0,00	0,00
	Investimento (PPI)	806 119	1 057 822		899 446				
12	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	101 934	102 698	1,24%	30 091	0,38%	-0,01	-0,86	-0,87
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
13	Amortização de Empréstimos de MLP	97 728	100 453	1,19%	28 830	0,36%	0,01	-0,85	-0,83
	Despesa Total Paga	8 192 236	8 326 809		7 992 166				
14	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	101 934	102 698	0,95%	30 091	0,29%	0,04	-0,70	-0,66
	Receita Total Disponível	10 676 862	10 345 945		10 202 828				
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	101 934	102 698	14	30 091	4	0,11	-10,33	-10,22
	População	7 031	7 031		7 031				
16	Compromissos Assumidos para o Exercício	8 830 430	9 997 407	105,76%	8 450 268	102,97%	10,56	-13,35	-2,79

	Despesas totais realizadas e facturadas	8 349 289		8 594 854		8 206 472				
17	Despesa Total Paga	8 192 236	92,77%	8 326 809	83,29%	7 992 166				1,81
	Compromissos Assumidos para o Exercício	8 830 430		9 997 407		8 450 268			-9,48	11,29
18	Saldo Final Orçamental da Gerência	2 484 626	1582,03%	2 019 136	753,28%	2 210 662			-828,75	278,26
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	157 053		268 045		214 307				
	Outras dívidas a terceiros de curto prazo (exceto OT)	157 053	1,88%	268 045	3,12%	214 307			1,24	-0,51
19	Despesas totais realizadas e facturadas	8 349 289		8 594 854		8 206 472				0,73
20	Receita Total Disponível	10 676 862	1688,59%	10 345 945	1609,43%	10 202 828			-79,16	211,64
	Dívida Municipal em sentido lato	632 294		642 832		560 264				132,48
21	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	10 676 862	1688,59%	10 345 945	1609,43%	10 202 828			-79,16	211,64
	Dívida Municipal em sentido lato	632 294		642 832		560 264				132,48
22	Dívida financeira de MLP	475 241	4,45%	374 787	3,62%	345 957			-0,83	-0,23
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	10 676 862		10 345 945		10 202 828				-1,06
23	Dívida Municipal em sentido lato	632 294	90	642 832	91	560 264			1	-12
	População	7 031		7 031		7 031				-10

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS

Modificações ao Orçamento Inicial

Verificaram-se diversas modificações/alterações e revisões aos instrumentos previsionais (Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) relacionadas, no essencial, com uma deficiente previsão de receitas e despesas de capital/correntes.

Quadro – XXXIII

Constantes da Contabilidade				
Lançamento Orçamento:	1		Ano Contabilístico:	2015
Data de Deliberação:	19-11-2014		Data trabalho:	31-12-2015
Alterações e Revisões ao orçamento				
Total Modificações: 39				
	Despesa	Receita	PPI	PAM
Alteração	37	0	14	26
Revisão	1	1	1	1

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, foram efetuadas 14 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro - XXXIV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos / 2015				
Financiamento total		Financiamento Definido		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	Dotação inicial	Dotação corrigida	
1.777.631,00€	2.379.631,00€	1.777.631,00€	2.431.500,00€	653.869,00€

MODIFICAÇÕES AO PLANO DE ATIVIDADES

Em relação ao Plano de Atividades, foram efetuadas 26 alterações e 1 revisão, para inclusão do saldo da gerência anterior, envolvendo as seguintes modificações:

Quadro – XXXV

(Valores em Euros)

Modificações ao Plano Atividades / 2015		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
1.844.719,00€	2.277.850,00€	433.131,00€

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA

Em relação ao Orçamento da Receita para 2015, foi efetuada 1 revisão orçamental, para inclusão do saldo da gerência anterior.

Quadro – XXXVI

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Receita / 2015		
Financiamento total		Total da Modificação (diferença)
Dotação inicial	Dotação corrigida	
8.632.000,00€	10.651.136,33€	2.019.136,33€

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Em relação ao Orçamento para 2015, foram efetuadas 1 revisão orçamental, uma para inclusão do saldo da gerência anterior e outra para inscrição de rubricas não previstas, e 37 alterações ao orçamento da despesa.

O resumo do total das alterações aos orçamentos da receita e da despesa apresenta-se de seguida.

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Quadro – XXXVII

(Valores em Euros)

Modificações ao Orçamento da Despesa / 2015	
Dotações iniciais	8.632.000 €
Reforços/Inscrições	3.944.870 €
Saldo da Gerência Anterior	2.019.136 €
Diminuições/Anulações	1.925.734 €
Dotação após alterações	10.651.136 €
Reposições abatidas nos pagamentos	- €
Dotações corrigidas	10.651.136 €

Tal como foi anteriormente mencionado, as alterações verificadas aos orçamentos da receita e da despesa destinaram-se a:

- No caso das receitas, incluir o saldo da gerência anterior e outras receitas não previstas;
- No caso das despesas, utilizar o saldo da gerência anterior e reforçar e/ou anular despesas não previstas inicialmente.

ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através da Resolução n.º1/2004 inclui nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica, muito similar a apresentada pelas empresas públicas e privadas. O balanço e a demonstração dos resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia na base do acréscimo ou do princípio da especialização dos exercícios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O presente capítulo tem por objetivo proceder a uma avaliação económica dos resultados alcançados pelo Município de Redondo ao longo do exercício de 2015, bem como da sua situação patrimonial e financeira em 31 de Dezembro do mesmo ano.

BALANÇO

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

Reflete a situação financeira e patrimonial de uma determinada pessoa jurídica num dado momento, ou seja, compara-se (balanceia-se) o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos fundos próprios (ou situação líquida).

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de Dezembro de 2015.

Reservas, Subsídios e Doações	1 491 637,28	4,3%	1 500 262,53	4,7%	1 478 915,37	4,8%	8 625,25	1%	0%	-21 347,16	-1%	-12 721,91	0%
Resultados transitados	-10 436 325,25	-30,1%	-12 131 583,62	-38,1%	-15 102 740,08	-49,1%	-1 695 258,37	16%	-59%	-2 971 156,46	24%	-4 666 414,83	-118%
Resultado Líquido do exercício	-1 695 258,37	-4,9%	-2 971 156,46	-9,3%	-1 050 209,88	-3,4%	-1 275 898,09	75%	-44%	1 921 546,58	-65%	645 648,49	16%
Total dos Fundos Próprios	34 729 175,39	100%	31 842 565,24	100%	30 771 008,20	100%	-2 886 610,15	-8%	-100%	-1 070 957,04	-3%	-3 957 567,19	-100%
Passivo													
Provisões	0,00	0,0%	313 765,48	2,1%	381 531,42	2,7%	313 765,48	%	39%	67 765,94	22%	381 531,42	193%
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	475 240,60	3,4%	374 787,12	2,5%	345 957,34	2,5%	-100 453,48	-21%	-13%	-28 829,78	-8%	-129 283,26	-66%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	239 105,71	1,7%	774 437,22	5,3%	679 712,90	4,8%	535 331,51	224%	67%	-94 724,32	-12%	440 607,19	223%
Acréscimos e diferimentos	13 182 038,43	94,9%	13 236 964,21	90,0%	12 686 374,80	90,0%	54 925,78	0%	7%	-550 589,41	-4%	-495 663,63	-251%
Total do Passivo	13 896 384,74	100%	14 699 954,03	100%	14 093 576,46	100%	803 569,29	6%	100%	-606 377,57	-4%	197 191,72	1%
Total dos Fundos Próprios e do Passivo	48 625 560,13		46 542 519,27		44 861 584,66		-2 083 040,86	-4%		-1 677 334,61	-4%	-3 760 375,47	-8%

Procedimento de Controle (Total Ativo/Total Fundos Próprios + Passivo)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

PESO NO ATIVO DOS:													
Fundos próprios	71%	68%	69%										
Passivo - total	29%	32%	31%										
Passivo - Acréscimos e diferimentos	27%	28%	28%										

PESO NA VARIÇÃO DO ATIVO DOS:													
Fundos Próprios	-135%	-64%	-105%										
Passivo	39%	-36%	5%										
Acréscimos e diferimentos	-3%	-33%	-13%										

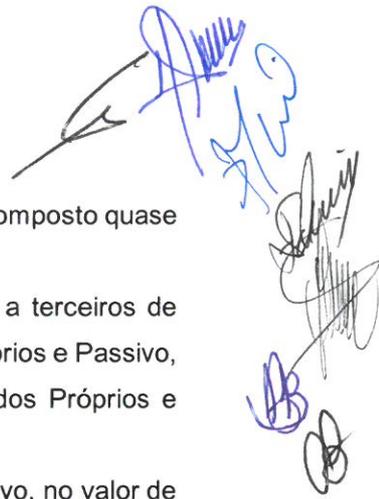
Página 68 de 148

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2015.

Balanço Sintético

Quadro – XXXIX

ATIVO					PASSIVO				
	2014		2015			2014		2015	
Imobilizado.	42.977.896 €	92,3%	41.145.092 €	91,7%	Fundos Próprios.	31.842.566 €	68,4%	30.771.009 €	68,6%
Bens de domínio público	23.871.040 €	51,3%	22.564.445 €	50,3%	Património	45.445.043 €	97,6%	45.445.043 €	101,3%
Imobilizações incorpóreas	12.459 €	0,0%	7.385 €	0,0%	Ajustamentos de partes de capital em empresas	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Imobilizações corpóreas	17.851.710 €	38,4%	17.324.655 €	38,6%	Reservas de reavaliação	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Investimentos Financeiros	1.242.687 €	2,7%	1.248.606 €	2,8%	Reservas legais	1.343.327 €	2,9%	1.321.723 €	2,9%
					Subsídios	115.225 €	0,2%	155.401 €	0,3%
					Resultados transitados	-12.131.584€	-22,4%	-15.102.740€	-33,7%
					Resultados líquidos do exercício	-2.971.156 €	-3,6%	-1.050.210€	-2,3%
					Doações	1.535 €	0,0%	1.792 €	0,0%
Circulante.	3.564.623 €	7,7%	3.719.493 €	8,3%	Passivo.	14.386.188 €	32,1%	14.093.576 €	31,4%
Existências	166.389 €	0,4%	126.089 €	0,3%	Provisões para riscos e encargos	313.765 €	0,7%	381.531 €	0,9%
D vidas de Terceiros - Curto prazo.	1.168.233 €	2,5%	1.060.506 €	2,4%	Dividas a terceiros - M/L Prazo	374.787 €	0,8%	345.957 €	0,8%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa.	2.147.022 €	4,6%	2.309.182 €	5,1%	Dividas a terceiros - Curto Prazo	774.437 €	1,7%	679.713 €	1,5%
Acréscimos e diferimentos.	82.981 €	0,2%	223.716 €	0,5%	Acréscimos e diferimentos	13.236.964 €	28,4%	12.686.375 €	28,3%
Total do Ativo	46.542.519 €	100%	44.864.585 €	100%	Total dos Fundos Próprios + Passivo	46.542.519 €	100%	44.864.585 €	100%



- Analisando o Balanço sintético acima apresentado, constatamos que o Ativo é composto quase na sua totalidade por imobilizado (91,7%).

- O Passivo reparte-se em exigível a curto, médio e longo prazos. As dívidas a terceiros de médio/longo prazo fixaram-se em 345.957€, representando 0,8% dos Fundos Próprios e Passivo, e as dívidas de curto prazo em 697.713€, e que representam 1,5% dos Fundos Próprios e Passivo.

- Relativamente às provisões para riscos e encargos, representam 0,9% do Passivo, no valor de 381.531€, referem-se a processos judiciais interpostos contra o município, por parte das empresas:

Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A., no valor de 40.000,00€, Proc.n.º210/10.2BEBJA, referente ao processo da “**EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA REGIONAL 381 – ARRUAMENTOS NA ALDEIA DA SERRA – REDONDO**”, sendo que a empresa foi excluída por entrega da proposta fora de prazo. A mesma contestou a exclusão solicitando a nulidade da deliberação, ou em alternativa uma indemnização de 40.000,00€.

Condop – Construções e Obras Públicas, S.A., no valor de 273.765,48€, Proc.n.º336/10.2BECBR, referente à “**EMPREITADA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DE REDONDO**”. Foram emitidas faturas sobre trabalhos não executados que a câmara não reconhece.

- Relativamente aos Fundos Próprios, representam 68,4% do total do Ativo e fixaram-se, em 2015, em 30.772 milhões de euros.

Finalidade

Normalmente reportado ao encerramento do exercício económico reflete a posição financeira e patrimonial da autarquia, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da autarquia.

Informação prestada

Aspetos a considerar na elaboração do Balanço:

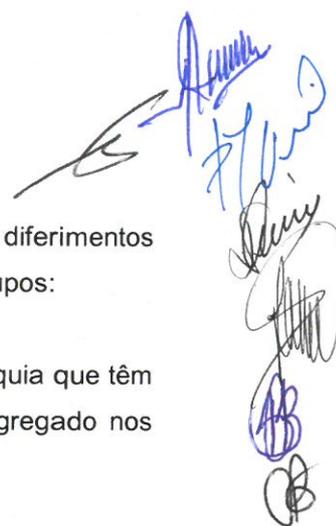
– Em cada conta devem figurar, além dos valores do exercício que se encerra, os correspondentes ao exercício anterior;

– Não se podem modificar os critérios de contabilização de um exercício para o outro, a não ser em casos quais se indicam e justificam nas notas ao balanço;

– Não é obrigatória a apresentação de contas com saldos nulos quer no exercício, quer no exercício antecedente;

– Pode fazer-se uma desagregação mais detalhada das contas que aparecem no modelo;

– A separação das dívidas entre curto e médio/longo prazos têm em conta o prazo previsto para o vencimento, considerando-se médio/longo prazos quando for superior a um ano (contado a partir da data de encerramento do exercício).



Observações

Ativo – inclui os bens e direitos da entidade, assim como os acréscimos e diferimentos (acréscimos de proveitos e custos diferidos) e está estruturado em três grandes grupos:

A) **Ativo imobilizado** – composto pelos elementos do património da autarquia que têm carácter permanente e que não são destinados a venda. O imobilizado é desagregado nos seguintes elementos:

- Bens de domínio público;
- Imobilizações incorpóreas;
- Imobilizações corpóreas;
- Investimentos financeiros.

B) **Ativo circulante** – representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto pelos seguintes grupos:

- Existências;
- Dívidas a receber;
- Disponibilidades.

C) **Acréscimos e diferimentos** – acréscimos de proveitos e custos diferidos.

Passivo – representa as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados, e é constituído por:

- Dívidas a terceiros a médio e longo prazo;
- Dívidas a terceiros a curto prazo;
- Acréscimos e diferimentos.

Fundos Próprios – medida residual na demonstração da posição financeira (ativos menos passivos) podendo ser positivo ou negativo. Os Fundos Próprios englobam o património, bem como as reservas e os resultados da autarquia e desagregam-se nas seguintes contas:

- a) Património;
- b) Reservas;
- c) Resultados transitados;
- d) Resultado líquido do exercício.

Nestes termos, da análise do balanço e dos indicadores financeiros anexos a este relatório, destaca-se o seguinte:

- O imobilizado líquido total ascende a 41.145.092€, o que significa que, comparativamente a 2014, diminuiu cerca de 1,8 milhões de euros;
- O rácio que mede o grau de cobertura deste imobilizado por capitais permanentes é próximo de 45,0%, o que revela uma cobertura adequada, este indicador avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor

inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo;

- A liquidez geral é adequada, revelando um rácio de 547%;
- A autonomia financeira é atipicamente elevada, com um rácio de 69%.

Face a estes indicadores, facilmente se conclui que o município continua a possuir uma inegável robustez financeira.

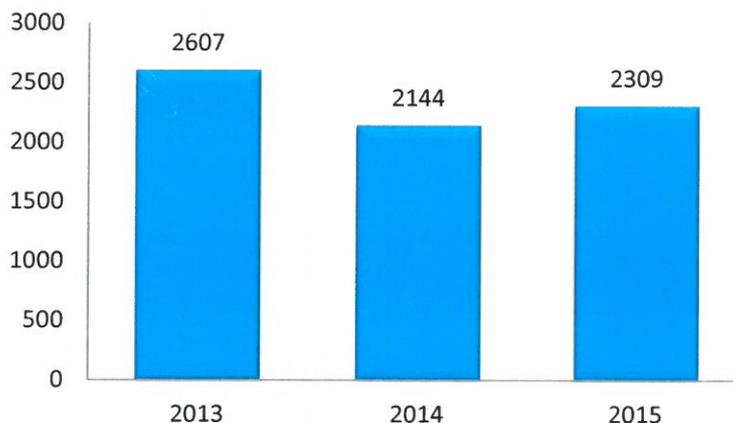
Em relação aos equilíbrios das contas do município, nas perspetivas de curto ou médio e longo prazo, e face à boa evolução registada há vários anos, pode afirmar-se que as questões de ordem financeira não comprometem a sua atividade futura.

IMOBILIZADO

Quadro – XL

RÚBRICAS	2013	2014	2015
Bens de domínio público			
Terrenos e recursos naturais	1.177.615,93 €	1.177.615,93 €	1.177.615,93 €
Edifícios	69.641,81 €	68.674,56 €	67.707,31 €
Outras construções e infraestruturas	23.375.542,81 €	22.091.089,57 €	21.293.778,42 €
Imobilizações em curso	198.358,52 €	533.660,04 €	25.343,22 €
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	17.343,43 €	12.459,46 €	7.385,45 €
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2.250.288,15 €	2.268.105,43 €	2.208.877,43 €
Edifícios e outras construções	15.038.964,50 €	14.642.711,22 €	14.189.045,83 €
Equipamento básico	477.005,26 €	338.618,00 €	370.683,64 €
Equipamento de transporte	455.731,08 €	476.268,98 €	398.076,08 €
Ferramentas e utensílios	4.919,35 €	3.689,00 €	3.860,67 €
Equipamento administrativo	123.365,97 €	77.606,62 €	114.327,48 €
Outras imobilizações corpóreas	47.188,86 €	44.710,72 €	39.784,02 €
Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Investimentos financeiros			
Partes de Capital	76.483,94 €	77.365,31 €	152.405,00 €
Obrigações e títulos de participação	0,00 €	363.083,45 €	363.083,45 €
Investimentos em imóveis	872.904,31 €	802.237,85 €	733.117,84 €
TOTAL	44.185.353,92 €	42.977.896,14 €	41.145.091,77 €

Gráfico - XVI



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (POR NATUREZA)

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2015.

O Município de Redondo encerrou as suas contas relativas ao exercício económico de 2015 com um resultado líquido de (-1.050.209,88€), fundamentado pelo desempenho nos resultados operacionais.

Para a formação do resultado líquido do exercício contribuíram os seguintes componentes:

Quadro – XLIV

RESULTADOS	2013	2014	2015	Crescimento	% Cresc.
				(2014-2015)	
Resultados Operacionais	-2.679.110,22	-3.452.952,52	-2.083.754,32	-1.369.198,20 €	66,61%
Resultados Financeiros	436.288,82	325.308,62	301.708,65	-23.599,97 €	-7,82%
Resultados Correntes	-2.242.821,40	-3.127.643,90	-1.782.045,67	1.345.598,23 €	76,63%
Resultado Líquido do Exercício	-1.695.258,37	-2.971.156,43	-1.050.209,88	1.920.946,58 €	183,07%

Finalidade

A demonstração de resultados por natureza é o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (custos e proveitos) de uma autarquia ou entidade equiparada, durante um determinado período (normalmente um ano) e que serve para avaliar a aplicação dos recursos utilizados. A demonstração de resultados tem por objetivo apresentar o resultado do exercício, evidenciando os custos e os proveitos pela sua natureza.

O ativo imobilizado é constituído, em larga medida, por Edifícios e Outras Construções integrados quer no domínio público, quer no domínio privado municipal. No âmbito das operações de investimento/(des)investimento municipal, revela o elevado esforço efetuado pelo Município.

Quadro – XLI

EVOLUÇÃO DO ATIVO DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Acréscimos e Diferimentos	107.617,75 €	82.980,55 €	223.715,51 €	140.734,96 €
Restante Ativo	48.517.942,38 €	46.459.538,72 €	44.640.869,15 €	-1.818.669,57 €
ATIVO TOTAL	48.625.560,13 €	46.542.519,27 €	44.864.584,66 €	-1.677.934,61 €

Quadro – XLII

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO

Un: Euros

DESCRIÇÃO	2013	2014	2015	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Património	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	45.445.042,79 €	- €
Restantes Fundos Próprios	-10.715.867,40 €	-13.602.477,55 €	-14.674.034,59 €	-1.071.557,04 €
FUND. PRÓPRIOS TOTAIS	34.729.175,39 €	31.842.565,24 €	30.771.008,20 €	-1.071.557,04 €

DISPONIBILIDADES (ORÇAMENTAIS)

Quadro – XVIII

Un: Euros

	2013	2014	2015
CAIXA			
CAIXA TESOURARIA	2.453,92€	2.895,30€	3.957,44 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	895.401,68 €	499.265,36€	480.323,90 €
BANCO BPI, SA	11.683,99 €	45.209,15€	98.669,33 €
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO	70.567,17 €	70.454,54€	7.666,62 €
BANCO ESPÍRITO SANTO	787.791,78 €	704.180,20€	92.641,30 €
MILLENIUM BCP	839.595,43 €	825.016,97€	1.625.923,47 €
TOTAL GERAL	2.607.493,97 €	2.147.021,52€	2.309.182,06 €

RESULTADOS OPERACIONAIS

Quadro – XLV

PROVEITOS OPERACIONAIS	2013	2014	2015	Crescimento	% Cresc.
				(2014-2015)	
Venda e Prestação de Serviços	924.932,41 €	1.000.919,94 €	900.277,40 €	-100.642,54 €	-11,18%
Impostos e taxas	833.823,77 €	907.739,71 €	1.130.545,00 €	222.805,29 €	19,71%
Transf. e Sub. Obtidos	5.117.008,95 €	5.008.275,55 €	5.435.248,44 €	426.972,89 €	7,86%
Trabalhos Própria Entidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	%
Proveitos Suplementares	3.900,00	0,00 €	5.000,00 €	5.000,00€	100,00%
TOTAL	6.879.665,13 €	6.916.935,20 €	7.471.070,84 €	554.135,64 €	7,42%

CUSTOS OPERACIONAIS

Quadro – XLVI

CUSTOS OPERACIONAIS	2013	2014	2015	Crescimento	% Cresc.
				(20014-2015)	
CMVMC	945.351,31 €	849.460,41 €	839.302,97 €	-10.157,44 €	-1,21%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.940.993,53 €	2.140.750,47 €	2.047.655,37 €	-93.095,10 €	-4,55%
Custos com Pessoal	4.146.506,87 €	4.255.107,39 €	3.969.128,68 €	-285.978,71 €	-7,21%
Amortizações do exercício	2.204.853,38 €	2.364.458,71 €	2.315.636,18 €	-48.822,53 €	-2,11%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	269.989,93 €	357.725,54 €	337.864,96 €	-19.860,58 €	-5,88%
Provisões do exercício	0,0€	356932,78€	11.317,83 €	-345.614,95 €	-3.053,72%
Outros Custos Operacionais	51.080,33 €	45.452,42 €	33.919,17 €	-11.533,25 €	-34,00%
TOTAL	9.558.775.35 €	10.369.887.72 €	9.554.825.16 €	-815.062.56 €	-8,53%

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2015, os Resultados Financeiros apresentam um valor positivo de 301.709€. Os Proveitos Financeiros são essencialmente provenientes da concessão da exploração da rede elétrica em baixa e complementarmente de juros obtidos de depósitos à ordem, a prazo e de aplicações de curto prazo, sendo suficientes para cobrirem os Custos Financeiros que são originados pelos juros suportados com os empréstimos de Médio/Longo Prazo.

Quadro – XLVII

VALOR €

PROVEITOS FINANCEIROS	2013	2014	2015	CUSTOS FINANCEIROS	2013	2014	2015
Proveitos e Ganhos Financeiros	512.554€	399.391€	373.531€	Custos e Perdas Financeiras	76.265€	74.083€	71.822€
TOTAL	512.554€	399.391€	373.531€	TOTAL	76.265€	74.083€	71.822€

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os proveitos e ganhos extraordinários são derivados fundamentalmente de “diferimentos” dos subsídios obtidos para financiamento de investimento, ao ritmo das amortizações do exercício dos bens financiados. Os custos e perdas extraordinários dizem respeito, fundamentalmente, à correção de dívidas por cobrar que influenciaram em igual valor os proveitos.

Quadro – XLVIII

PROVEITOS EXTRAORDINARIOS	2013	2014	2015	CUSTOS EXTRAORDINARIOS	2013	2014	2015
	Proveitos e Ganhos Extraordinários	713.606€	809.447€		1.113.780€	Custos e Perdas Extraordinários	381.944,38€
TOTAL	713.606€	809.447€	1.114.380€	TOTAL	381.944,38€	652.959€	393.262€

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Quadro – XLIX

PROVEITOS TOTAIS	2013	2014	2015	CUSTOS E PERDAS	2013	2014	2015
Proveitos Totais	8.105.825€	8.125.773€	8.958.382€	Custos e Perdas do Exercício	10.008.592€	11.096.930€	10.008.592€
TOTAL	8.105.825€	8.125.773€	8.958.382€	TOTAL	10.008.592 €	11.096.930€	11.096.930€
Resultado Líquido					-1.695.258€	-2.971.157€	-1.050.210€

O Resultado Líquido do Exercício apresenta um valor negativo de 1 milhão de euros, contribuindo para isso os resultados correntes (resultados operacionais + resultados financeiros).

Os resultados operacionais resultam das atividades decorrentes do Município ao passo que os resultados financeiros se devem sobretudo aos juros dos empréstimos obtidos. O valor positivo dos resultados extraordinários deve-se essencialmente à redução dos proveitos diferidos.

Apresentando-se resultado com um valor negativo, embora resulte das explicações anteriormente apresentadas, propõe-se que seja transferido para resultados transitados.

INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAS

Da análise do Balanço, facilmente se verifica a saudável situação financeira do Município, como se demonstrou na análise orçamental atrás ilustrada.

No entanto, para melhor comprovar esta situação apresentam-se indicadores que permitem avaliar a capacidade financeira no exercício económico findo.

A elaboração de indicadores de gestão deve ter em consideração a natureza da pessoa coletiva que é a autarquia, nomeadamente, quanto à composição do seu ativo, onde preponderam os bens de investimento de natureza pública. Considerou-se útil recorrer a um conjunto de indicadores clássicos na análise económica e financeira, de forma a possibilitar uma análise tão completa quanto possível da situação patrimonial e financeira do Município de Redondo, na medida em que a mesma pode e deve constituir um elemento de apoio à gestão.

Quadro – L
Sustentabilidade a médio e longo prazos

INDICADORES	2013		2014		2015		VARIACÃO (pontos percentuais)		
							2010/2011	2011/2012	2010/2012
1	Solvabilidade I	Fundo Patrimonial	34 729 175	31 842 565	30 771 008	218,34%	-33,30	1,72	-31,58
		Passivo	13 896 385	14 699 954	14 093 576				
2	Solvabilidade II	Ativo Líquido	48 625 560	46 542 519	44 864 585	318,33%	-33,30	1,72	-31,58
		Passivo	13 896 385	14 699 954	14 093 576				
3	Solvabilidade Adaptado	Ativo Líquido Total-Bens do Domínio Público Líquidos	23 804 401	22 671 479	22 300 140	158,23%	-17,07	4,01	-13,07
		Passivo	13 896 385	14 699 954	14 093 576				
4	Autonomia Financeira	Fundo Patrimonial	34 729 175	31 842 565	30 771 008	68,42%	-3,01	0,17	-2,83
		Ativo Líquido	48 625 560	46 542 519	44 864 585				
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZOS									



 Página 78 de 148

EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO											
5	Liquidez Geral	Ativo Circulante	4 440 206	828,36%	3 564 623	460,29%	3 719 493	547,22%	-368,07	86,93	-281,14
		Passivo Circulante	536 025		774 437		679 713				
6	Liquidez Imediata	Disponibilidades	2 607 494	486,45%	2 147 022	277,24%	2 309 182	339,73%	-209,21	62,49	-146,72
		Passivo Circulante	536 025		774 437		679 713				
7	Prazo médio de Pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (exceto Empréstimos+O T+Caug. e gar. de fornec. em dinheiro). Aquisição de Bens e Serviços/Transf erências e subsídios no ano	69 091	9	99 957	11	113 643	13	2	1	4
			2 875 578		3 243 055		3 308 915				
8	Prazo médio de Pagamento - imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12 Aquisição de Imobilizado no ano	100 182	62	129 384	48	91 786	42	-14	-6	-20
			588 656		983 806		790 279				
9	Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes	22 319 296	50,51%	18 980 388	44,16%	18 430 591	44,79%	-6,35	0,63	-5,72

ENDIVIDAMENTO											
15	Endividamento	Passivo	13 896 385	28,58%	14 699 954	31,58%	14 093 576	31,41%	3,01	-0,17	2,83
		Ativo Líquido	48 625 560		46 542 519		44 864 585				
16	Endividamento de MLP	Dívidas de MLP	475 241	0,98%	374 787	0,81%	345 957	0,77%	-0,17	-0,03	-0,21
		Ativo Líquido	48 625 560		46 542 519		44 864 585				
17	Endividamento - Empréstimos de MLP	Empréstimos de MLP	475 241	0,98%	374 787	0,81%	345 957	0,77%	-0,17	-0,03	-0,21
		Ativo Líquido	48 625 560		46 542 519		44 864 585				
18	Endividamento de CP	Dívidas de Curto Prazo	239 106	0,49%	774 437	1,66%	679 713	1,52%	1,17	-0,15	1,02
		Ativo Líquido	48 625 560		46 542 519		44 864 585				
19	Endividamento - Empréstimos de CP	Empréstimos de Curto Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00
		Ativo Líquido	48 625 560		46 542 519		44 864 585				
20	Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP	475 241	3,42%	374 787	2,55%	345 957	2,45%	-0,87	-0,09	-0,97

Quadro – LI
Indicadores de equilíbrio de MLP do Município

INDICADORES	2013	2014	2015	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Solvabilidade I	250%	217%	218%	-31,58
Solvabilidade II	350%	317%	318%	-31,58
Solvabilidade Adaptado	171%	154%	158%	-13,07
Autonomia Financeira	71%	68%	69%	-2,83

A solvabilidade, ou a capacidade de solver compromissos assumidos (passivo) com recurso a fundos próprios ou ao ativo total revela apenas uma diminuição de 33 p.p.. Contabilisticamente, os fundos próprios representam 218% do passivo total, sendo que o ativo representa cerca de 318% do passivo, refletindo uma situação líquida positiva.

O indicador da solvabilidade adaptado, atendendo ao ativo líquido sobre o passivo, surge devido aos bens de domínio público não representarem liquidez ou possível meio de liquidez dos municípios. Assim, temos em 2015 um grau de solvabilidade de 158%.

A autonomia financeira aumento de cerca de 1% representado 69%, devido ao aumento do Ativo fundo e do patrimonial, evidenciando assim a mesma dependência do Município face a financiamentos externos.

Quadro – LII
Indicadores de equilíbrio de CP do Município

INDICADORES	2013	2014	2015	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Liquidez Geral	828%	460%	547%	-281,14
Liquidez Imediata	486%	277%	340%	-146,72
Prazo médio de Pagamento	9	11	13	4
Prazo médio de Pagamento - imobilizado	62	48	42	-20

A Liquidez Geral revela a capacidade do Município em pagar os encargos a curto prazo.

A Liquidez Imediata relaciona só o valor existente em Disponibilidades com o passivo circulante.

Quadro – LIII

Indicadores de imobilizações Município

INDICADORES	2013	2014	2015	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Indicador das imobilizações I	51%	44%	45%	-5,72
Indicador das imobilizações II	79%	74%	75%	-3,81
Indicador das imobilizações III	30%	32%	32%	1,44
Indicador das imobilizações IV	1%	2%	2%	0,44
Percentagem de imobilizado líquido total	91%	92%	92%	0,84
Percentagem de imobilizado líquido de BDP	51%	51%	50%	-0,75

Quadro – LIV

Indicadores de endividamento Município

INDICADORES	2013	2014	2015	VARIAÇÃO NO TRIÊNIO
Endividamento	29%	32%	31%	2,83
Endividamento de MLP	1%	1%	1%	-0,21
Endividamento - Empréstimos de MLP	1%	1%	1%	-0,21
Endividamento de CP	0%	2%	2%	1,02
Endividamento - Empréstimos de CP	0%	0%	0%	0,00
Estrutura de Endividamento I	3%	3%	2%	-0,97
Estrutura de Endividamento II	2%	5%	5%	3,10

O grau de endividamento do Município, atendendo à relação passivo/ativo líquido, aumentou para 31%.

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Quadro – LV

	2011	2012	2013	2014	2015
Empréstimos Concedidos	0 €	0 €	16.178 €	15.323 €	14.321 €
Contribuintes c/c	4.053 €	6.735 €	13.429 €	14.270 €	12.249 €
Utentes c/c	778.244 €	870.481 €	861.625 €	447.896 €	193.991 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	107.609 €	107.609 €	104.684 €	0 €	-7.891 €
Estado e outros entes públicos	122.452 €	0 €	840,49 €	2.761 €	10.222 €
Administração autárquica	0 €	28.000 €	98.525 €	69.863 €	344.790 €
Outros devedores	13.819 €	108.261 €	483.074 €	617.972 €	492.825 €
TOTAL	1.026.177 €	1.121.086 €	1.578.355 €	1.168.085 €	1.060.506 €



Gráfico – XVII



DÍVIDAS A TERCEIROS (EXCLUINDO A BANCA)

Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), embora se verifique um aumento em valores absolutos, em termos relativos no último ano, a dívida a terceiros assume um peso de 8,5% no total da despesa paga.

Quadro – LVI

	2011	2012	2013	2014	2015
Dívidas a Terceiros	313.277,85 €	287.026,61 €	239.105,71 €	774.437,22€	679.712,90€
TOTAL	313.277,85 €	287.026,61 €	239.105,71 €	774.437,22€	679.712,90€

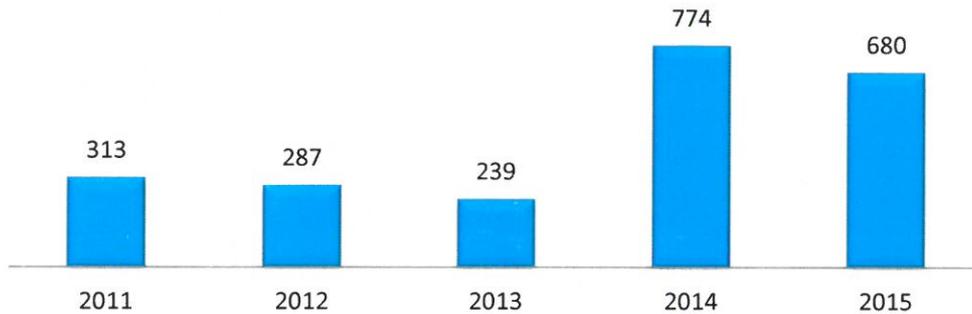
A composição desta dívida de 679.712,90€, é a seguinte:

- 420.451,41€, dizem respeito a valores retidos para entrega a terceiros (Estado e outras entidades);
- 13.834,95€, dizem respeito a valores de clientes e utentes com cauções;
- 245.426,54€, correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado, com faturas em conferência, a maioria delas emitidas no final do ano económico mas com entrada na autarquia depois de 31 de Dezembro, motivo pelo qual nunca poderiam ter

sido pagas até ao final do ano, ainda a abater o valor de 56.856,16€, referente a faturas que se encontram em contencioso (Divida não reconhecida) pela CMR.

- Apenas 153.640,28€ correspondem à dívida a fornecedores (conta corrente) e a fornecedores de imobilizado refletida orçamentalmente, que já se encontrava lançada na contabilidade até 31 de Dezembro;

Gráfico – XVIII
Dívida a Terceiros

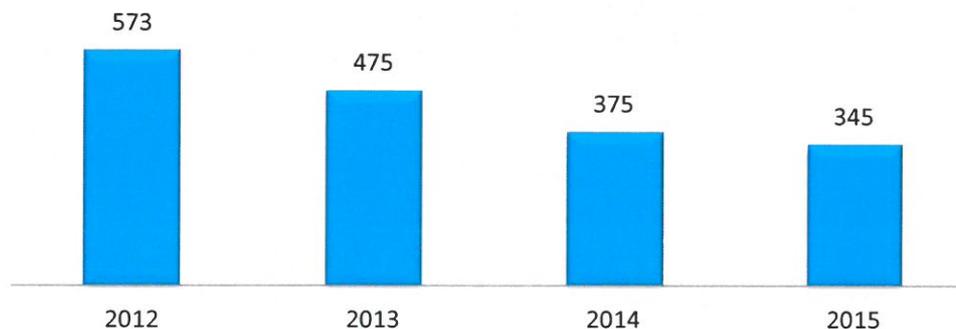


DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS (em 31 de Dezembro)

Quadro – LVII

Empréstimo a Médio e Longo Prazo	2012	2013	2014	2015
Dívida a 31 de Dezembro	572.968,83 €	475.240,60 €	374.787,12€	345.957,34€
TOTAL	572.968,83 €	475.240,60 €	374.787,12€	345.957,34€

Gráfico – XIX



O montante dos empréstimos e o endividamento líquido municipal estão sujeitos a limites, fixados em função de uma percentagem da soma de um conjunto de receitas municipais.

CÁLCULO DO LIMITE DA DÍVIDA

A Lei n.º73/2013 de 03 de setembro, no seu art.º 52, fixa como limite a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Quadro – LVIII

Limite da Dívida – Valores de referência

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.877.904	5.962.285	6.971.277	18.811.466	6.270.489

Com a entrada em vigor da nova Lei das Finanças Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro, os conceitos de endividamento municipal foram alterados sendo que, no ano em análise, os municípios estão sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, os contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

O executivo municipal desenvolveu importante esforço, recorrendo a todos os mecanismos legais, económico-financeiros, técnicos e administrativos ao seu alcance, para que se concretizassem, tanto quanto possível, as atividades previstas, tendo procurado atingir os melhores resultados possíveis, na prossecução dos objetivos definidos.

Não é demais referir que esse quadro referencial foi delineado aquando da definição das prioridades para o quadriénio de 2014/2017, apontando para sete vetores de atuação ou objetivos estratégicos a desenvolver numa perspetiva de curto e/ou médio prazo e que são:

APOIO JURÍDICO

Das competências do Apoio Jurídico destacam-se as seguintes: elaboração de informações, emissão pareceres técnico – jurídicos, acompanhamento de processos gratuitos e contenciosos, nomeadamente os que incidam sobre as petições diversas, reclamações, recursos, sindicâncias, inquéritos e estatuto disciplinar, acompanhamento de processos litigiosos, elaboração de regulamentos, posturas, contratos e outros instrumentos jurídicos, no âmbito das competências de todos os serviços camarários e com vista à prossecução das atribuições do Município de Redondo, bem como o apoio jurídico nessas matérias e em processos de parcerias.

Assim e nesta conformidade, as competências do Apoio Jurídico foram desenvolvidas pelas Técnicas Superiores Juristas afetas a este serviço no ano de 2015, cujas tarefas abrangeram toda a vasta gama de matérias da competência deste Município, designadamente:

- Apoio jurídico na área das contraordenações, que se traduziu em especial na instrução e elaboração de propostas de decisões;
- Acompanhamento da elaboração e alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, designadamente dos planos de pormenor e urbanização em curso;
- Elaboração de Regulamentos Municipais;
- Elaboração de respostas e fornecimento de elementos solicitados pelos Tribunais;
- Elaboração de informações e despachos no âmbito de processos de queixa e reclamações apresentadas à autarquia, tendo em vista a notificação dos particulares e entidades externas de que se destaca a Inspeção-geral da Administração Local;
- Elaboração de informações e despachos no domínio de processos de licenciamento de obras particulares;
- Emissão de informações na área da contratação pública;
- Elaboração e colaboração de protocolos e contratos;
- Apoio e acompanhamento de procedimentos na área de aquisição de bens e serviços e empreitadas;
- Colaboração na elaboração de programas e cadernos de encargos de concursos;
- Apoio jurídico ao Executivo Municipal;
- Apoio Jurídico às Juntas de Freguesia;
- Prestação de apoio a todos os serviços municipais.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal. O SMPC adequa-se ao exercício da função de proteção e socorro, em função das características da população e dos riscos existentes no município.

Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se desenvolveu em 2015 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas:

- Aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, pela Comissão Nacional de Proteção Civil a 16 de julho de 2015. O PMEPC de Redondo foi publicado a 18 de agosto de 2015 na Resolução n.º39/2015 do Diário da República.
- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verifiquem situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações.
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais
- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Participação no exercício "A Terra Treme", no dia 6 de novembro, com o objetivo de preparação e autoproteção para o risco sísmico, com a duração de um minuto, no qual os trabalhadores do Município participaram em grupo.
- Elaboração dos Planos de Emergência Internos dos Centros Escolares de Redondo e Montoito, ainda em fase de conclusão;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Realização de exercício CPX PROCIV 7.2. Exercício Distrital onde se simulou uma situação meteorológica adversa que afetou intensamente o Distrito de Évora. Estiveram presentes todos os membros da Comissão Municipal da Proteção Civil e teve como objetivos:
 - Treinar e testar os procedimentos previstos nos Planos de Emergência de Proteção Civil;
 - Testar os procedimentos de comunicações entre o patamar distrital e municipal;
 - Exercitar a articulação operacional entre o CDOS, o CCOD, os APC e os SMPC envolvidos;
 - Exercitar os procedimentos e ações das CMPC e CCOD perante uma situação de exceção;
 - Consolidar a doutrina e os conceitos nos âmbitos do SIOPS.

Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal:

- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);

- Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;
- Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI;
- Apoio e participação em exercício CPX em Estremoz;
- Tratamento de dados cartográficos em articulação com o ICNF;
- Colaboração com o Gabinete de Proteção civil do Município de Alandroal para a realização de ações de sensibilização;
- Elaboração de pareceres sobre Parcelas de Gestão de Combustíveis no Alandroal;
- Apoio na elaboração de um plano para realização de um Parque Florestal no Alandroal;
- Participação em reuniões e formações no CDOS Évora;
- Participações em reuniões de planeamento de DFCl, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
- Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
- Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
- Elaboração de um Plano de Gestão Florestal para o Município do Alandroal;
- Revisão da cartografia das Faixas de Gestão de Combustível dos quatro Municípios;
- Elaboração de candidaturas ao programa "Floresta Comum", para aquisição de plantas com vista à reflorestação de diversas áreas nos concelhos de Alandroal e Redondo;
- Apoio técnico à realização de um passeio micológico no concelho de Redondo;
- Apoio técnico na proposta de recuperação da Ribeira de Monte Virgem, no concelho de Redondo.

SERVIÇO DE INFORMÁTICA

No ano de 2015 o Gabinete de Informática desenvolveu tarefas de gestão e manutenção de todo o parque informático quer da Câmara Municipal quer das Juntas de Freguesia e centros escolares de Redondo e Montoito.

Atividades mais relevantes:

- Manutenção, gestão e administração de toda a infraestrutura (Rede e Sistemas);
- Conceção, administração, manutenção e exploração dos sistemas informáticos centrais, redes de comunicações, intranet e bases de dados instaladas, incluindo os respetivos sistemas de proteção, segurança e controlo de acessos;
- Supervisionamento técnico de todos os processos de contratação de equipamento, mantendo um registo atualizado dos equipamentos e sistema central instalado;



- Conservação e segurança ativa e passiva dos equipamentos informáticos;
- Gestão e manutenção de todo o parque informático;
- Gestão e manutenção da aplicação de “workflow” existente;
- Elaboração das necessidades de recursos, equipamentos e suportes lógicos;
- Levantamento de necessidades e desenvolvimento de aplicações internas que visam facilitar tarefas/rotinas diárias dos utilizadores;
- Garantir o help-desk diário a todos os utilizadores dos diversos serviços do Município de Redondo.
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento constante de aplicações internas recorrendo a tecnologias “Open Source” para a sua implementação (PHP, MYSQL, etc.);
- Autoformação diária, como requisito de uma carreira que exige uma adaptação permanente a novos conteúdos.
- Acompanhamento da migração do sistema de Gestão da Base de Dados Bibliográfica da Biblioteca Municipal e Escolar (Khoa).
- Manutenção do parque tecnológico dos novos centros escolares de Redondo e Montoito (infraestrutura tecnológica, quadros interativos, vídeo vigilância, etc.).
- Implementação de dois novos servidores na cloud no DataCenter do Distrito de Évora.
- Importação, integração e produção das bases de dados do Software de Gestão autárquica (Medidata)

DAF – DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Naquelas que são as suas competências, a Divisão Administrativa e Financeira coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial de acordo com os recursos existentes, nomeadamente, na elaboração dos projetos dos documentos de gestão previsionais, no controlo e execução dos mesmos, e na elaboração e apresentação da prestação de contas e do relatório de gestão, coligindo todos os documentos facultados pelos restantes Departamentos e demais Serviços Municipais.

É também a Divisão de apoio técnico e instrumental do Município e procura avaliar a conformidade do desempenho com os planos previamente definidos, nomeadamente com o Orçamento e com o Plano de Atividades, discriminando os objetivos atingidos, bem como o grau de execução dos projetos/atividades.

SUBUNIDADE ORGANICA DE RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são imprescindíveis para o normal funcionamento da autarquia.

À Secção de Recursos Humanos incumbe, em articulação com os diversos serviços municipais, proceder à gestão e administração dos recursos humanos da autarquia, distribuídos pelas

respetivas áreas de atuação, dentro do regime legal vigente, providenciando: pelo correto aproveitamento e conhecimento dos recursos humanos existentes; pelo seu recrutamento e integração; pela sua valorização, desenvolvimento e manutenção, bem como pela sua adequada separação.

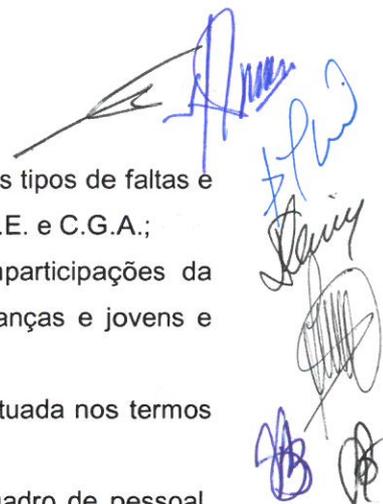
O peso da despesa com pessoal representado na despesa total obriga a que a administração autárquica tenha um cuidado redobrado na sua gestão, tratando-se de um dos ativos mais importantes, deve fazer-se uma afetação eficaz e eficiente desse recurso.

A Câmara Municipal, à data de 31 de dezembro, dispunha, no seu mapa de pessoal de 206 trabalhadores, em regime de contrato de trabalho em função pública por tempo indeterminado (incluindo 3 comissões de serviço).

AREA DE ATUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS:

- Organização e atualização dos processos individuais dos trabalhadores;
- Organização e tratamento de todo o expediente relativo a processos de contagem de tempo, aposentação, acidentes em serviço e doenças profissionais;
- Instrução dos processos referentes à atribuição de abono de família para crianças e jovens e outras prestações familiares;
- Inscrições/reinscrições de trabalhadores na A.D.S.E., Caixa Geral de Aposentações, Instituto de Solidariedade e Segurança Social, bem como a elaboração dos respetivos mapas de entrega de descontos;
- Elaboração e entrega de mapas de descontos do pessoal inscrito na Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município de Redondo;
- Elaboração de listagens de remunerações para efeitos de seguro de acidentes em serviço, bem como da relação de descontos para seguros de grupo efetuados nas remunerações de alguns trabalhadores;
- Elaboração e entrega mensal à Direção-Geral dos Impostos da Declaração Mensal de Remunerações, de ficheiro em formato oficial, referente a rendimentos e respetivas retenções, de todos os trabalhadores do Município;
- Elaboração e entrega à Direção-Geral dos Impostos, até ao final do mês de fevereiro, de um ficheiro de formato oficial, referentes aos rendimentos e respetivas retenções, relativos ao ano anterior, para os trabalhadores independentes;
- Recolha e tratamento dos dados para fins estatísticos e de gestão, designadamente quanto à assiduidade, trabalho extraordinário, ajudas de custo, participação na doença, acidentes em serviço, entre outros;

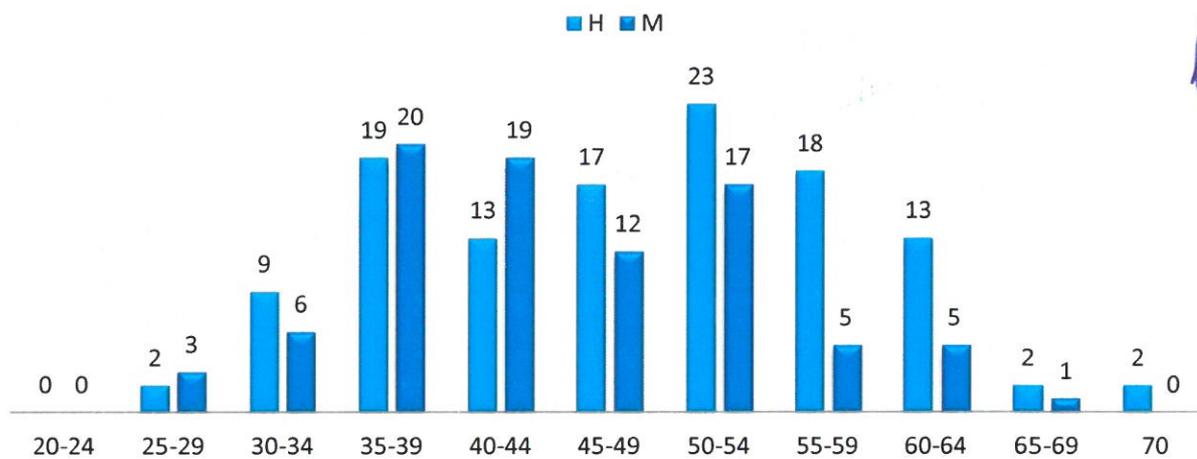
- Controle da assiduidade dos trabalhadores através da verificação de todos os tipos de faltas e licenças e organização dos pedidos de submissão a Juntas Médicas da A.D.S.E. e C.G.A.;
- Processamento através de meios informáticos, das remunerações, comparticipações da A.D.S.E., horas extraordinárias, ajudas de custo, abono de família para crianças e jovens e demais prestações familiares, pensões e outros abonos;
- Elaboração de estimativa das importâncias para despesas com pessoal efetuada nos termos do POCAL, destinada ao Orçamento Municipal;
- Recolha e tratamento informático do cadastro do pessoal, assiduidade, quadro de pessoal, dados relativos a abonos auferidos para efeitos de liquidação de I.R.S., etc.;
- Assegurar o expediente e arquivo de documentos e de processos;
- Conferência e elaboração do mapa de férias;
- Informar e submeter a despacho superior, requerimentos e demais petições dos trabalhadores e todos os assuntos com eles relacionados;
- Levantamento de dados para elaboração do Balanço Social e proceder à sua entrega até 1 de abril;
- Controlo dos descontos das pensões de alimentos, judiciais e das penhoras, ordenadas pelas entidades competentes, informando a Secção de Contabilidade para proceder à sua entrega mensal. Proceder às atualizações decorrentes das mudanças remuneratórias dando conhecimento aos vários intervenientes das alterações efetuadas;
- Atendimento dos trabalhadores sobre os diversos assuntos tratados no Sector.
- Execução de todas as ações administrativas necessárias ao bom funcionamento do setor;
- Atualização do Mapa de Pessoal;
- Atendimento ao público sobre pedidos de emprego, concursos, contratos, transferências, requisições e demais assuntos;



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o escalão etário e género, em
31/12-2015

Faixa Etária	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
Menos de 20 anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
20-24	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
25-29	H	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	2,43%
	M	0	0	2	0	1	0	0	0	0	3	
	T	0	0	4	0	1	0	0	0	0	5	
30-34	H	0	0	3	0	3	3	0	0	0	9	7,28%
	M	0	0	2	0	1	3	0	0	0	6	
	T	0	0	5	0	4	6	0	0	0	15	
35-39	H	0	1	2	2	4	10	0	0	0	19	18,93%
	M	0	0	5	0	6	9	0	0	0	20	
	T	0	1	7	2	10	19	0	0	0	39	
40-44	H	0	0	3	0	2	8	0	0	0	13	15,53%
	M	0	0	4	0	6	9	0	0	0	19	
	T	0	0	7	0	8	17	0	0	0	32	
45-49	H	0	1	3	0	2	11	0	0	0	17	14,08%
	M	0	0	2	0	2	8	0	0	0	12	
	T	0	1	5	0	4	19	0	0	0	29	
50-54	H	0	1	0	1	1	20	0	0	0	23	19,42%
	M	0	0	2	0	6	9	0	0	0	17	
	T	0	1	2	1	7	29	0	0	0	40	
55-59	H	0	0	0	0	6	12	0	0	0	18	11,17%
	M	0	0	0	1	0	4	0	0	0	5	
	T	0	0	0	1	6	16	0	0	0	23	
60-64	H	0	0	0	0	1	12	0	0	0	13	8,74%
	M	0	0	0	1	0	4	0	0	0	5	
	T	0	0	0	1	1	16	0	0	0	18	
65-69	H	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	1,46%
	M	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	
	T	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	
70 ou mais	H	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0,97%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Total de Efetivos	H	0	3	13	3	19	78	0	0	2	118	57,28%
	M	0	0	17	2	22	47	0	0	0	88	42,72%
	T	0	3	30	5	41	125	0	0	2	206	

Gráfico – XX



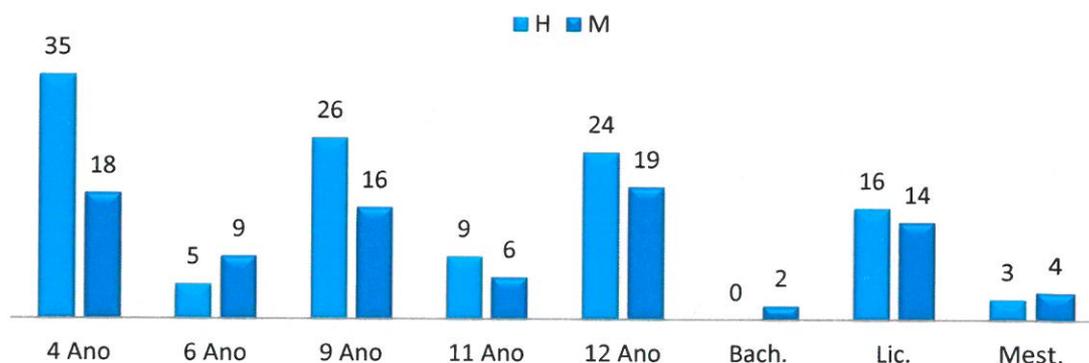
A nível de estrutura etária, verificamos que 19,42% dos trabalhadores tem entre os 50 – 54 anos e 18,93% tem entre os 35 – 39 anos.

Quadro – LX

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de escolaridade e género, em 31-12-2015

Nível de Escolaridade	Sexo	Dirigente Superior	Dirigente Intermédio	Técnico superior	Informática	Ass. Técnico	A.op.	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
4 Anos de esc. (4ª classe)	H	0	0	0	0	0	35	0	0	0	35	
	M	0	0	0	0	0	18	0	0	0	18	
	T	0	0	0	0	0	53	0	0	0	53	25,73%
6 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	1	4	0	0	0	5	
	M	0	0	0	0	0	9	0	0	0	9	
	T	0	0	0	0	1	13	0	0	0	14	6,80%
9 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	2	24	0	0	0	26	
	M	0	0	0	0	2	14	0	0	0	16	
	T	0	0	0	0	4	38	0	0	0	42	20,39%
11 Anos de escolaridade	H	0	0	0	0	4	5	0	0	0	9	
	M	0	0	0	0	4	2	0	0	0	6	
	T	0	0	0	0	8	17	0	0	0	15	7,28%
12 Anos de escolaridade	H	0	0	0	2	12	10	0	0	0	24	
	M	0	0	0	0	14	5	0	0	0	19	
	T	0	0	0	2	26	15	0	0	0	43	20,87%
Bacharelato	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	
	T	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2	0,97%
Licenciatura	H	0	3	10	1	0	0	0	0	2	16	
	M	0	0	13	0	1	0	0	0	0	14	
	T	0	3	23	1	1	0	0	0	2	30	14,56%
Mestrado	H	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3	
	M	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4	
	T	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7	3,40%
Doutoramento	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de efetivos	H	0	3	13	3	19	78	0	0	2	118	57,28%
	M	0	0	19	0	21	48	0	0	0	88	42,72%
	T	0	3	32	3	40	126	0	0	2	206	

Gráfico – XXI



Relativamente às habilitações literárias, 52,9% dos trabalhadores tem entre o 4.º e 9.º ano de escolaridade, 20,8% tem o 12.º ano de escolaridade, 14,5% tem licenciatura e 11,8% estão distribuídos pelos restantes níveis de escolaridade.

Quadro – LXI

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género, em 31-12-2015

Relação Jurídica	Sexo	Dirigente superior	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass. Operário	Bombeiros	Pessoal Apoio Educativo	Outros Grupos (b)	Total Geral	Total %
Comissão de serviço	H	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	1,46%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3	
CTFP por tempo indeterminado	H	0	0	13	3	19	78	0	0	0	113	97,57%
	M	0	0	19	0	21	48	0	0	0	88	
	T	0	0	32	3	40	126	0	0	0	201	
CTFP a termo resolutivo certo	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
CTFP a termo resolutivo incerto	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outras situações (d)	H	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0,97%
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	
Total de efectivos	H	0	3	13	3	19	78	0	0	2	118	57,28%
	M	0	0	19	0	21	48	0	0	0	88	42,72%
	T	0	3	32	3	40	126	0	0	2	206	

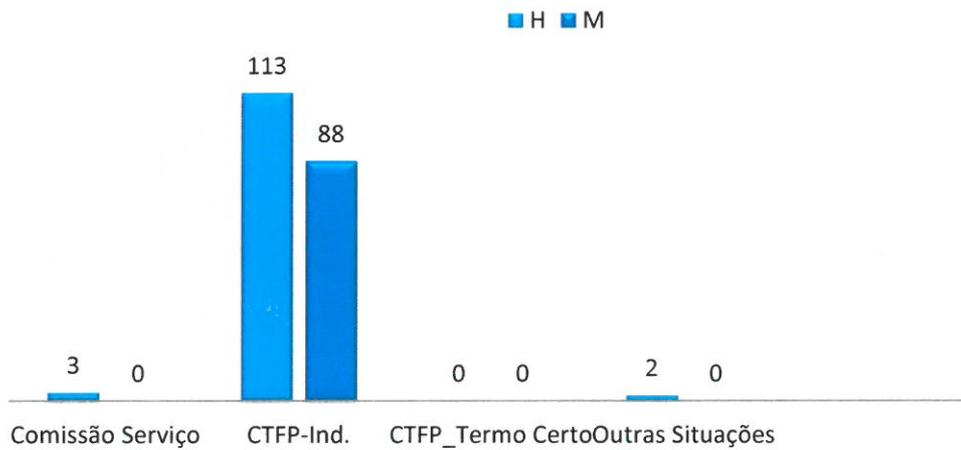
(a) Inclui pessoal de chefia

(b) Inclui todos os outros grupos profissionais

(c) Considera apenas os funcionários provenientes de outros serviços

(d) Outras situações não contempladas nos agrupamentos principais

Gráfico - XXII



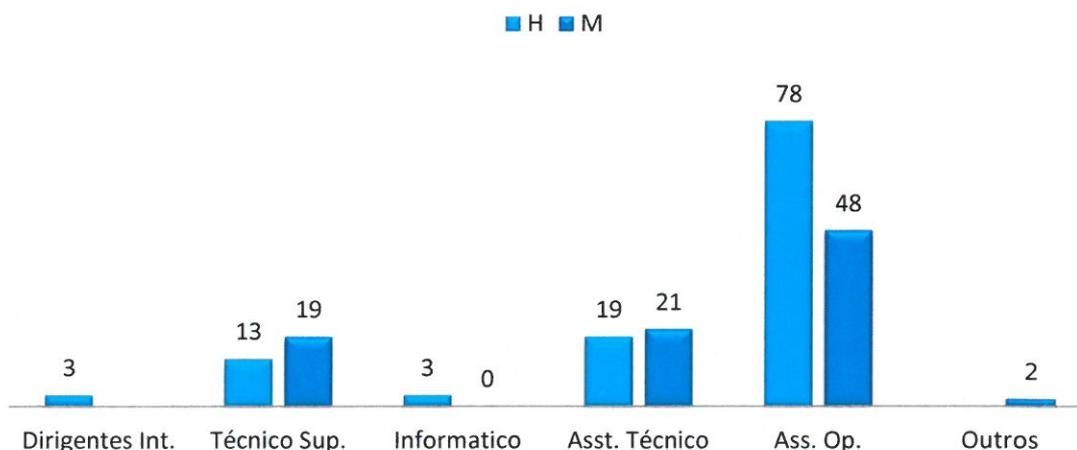
Da análise do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

- Dos 206 funcionários do Município, 57,3% são do sexo masculino e 42,7% do sexo feminino;
- O grupo de pessoal com maior relevância é o dos Assistentes Operacionais, com 126 elementos (dos quais 38,1% são do sexo feminino e 61,9% do sexo masculino), que representam 61,7% do efetivo;

Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo o nível de antiguidade e género, em 31-12-2015

Ag. Antiguidade	Sexo	Dig. Superior	Dirigente Intermediários	Técnico Superior	Informática	Ass. Técnico	Ass.Op.	Bombeiros	Policia Municipal	Outros Grupos	Total Geral	Total %
até 5 anos	H	0	2	3	1	2	15	0	0	0	23	
	M	0	0	1	0	0	15	0	0	0	16	
	T	0	2	4	1	2	30	0	0	0	39	18,93%
5 a 9	H	0	0	4	0	5	15	0	0	0	24	
	M	0	0	12	0	0	14	0	0	0	26	
	T	0	0	16	0	5	29	0	0	0	50	24,27%
10 a 14	H	0	1	4	0	2	9	0	0	0	16	
	M	0	0	2	0	13	15	0	0	0	30	
	T	0	1	6	0	15	24	0	0	0	46	22,33%
15 a 19	H	0	0	1	2	2	17	0	0	0	22	
	M	0	0	1	0	3	3	0	0	0	7	
	T	0	0	2	2	5	20	0	0	0	29	14,08%
20 a 24	H	0	0	0	0	5	7	0	0	0	12	
	M	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3	
	T	0	0	0	0	8	7	0	0	0	15	7,28%
25 a 29	H	0	0	1	0	2	8	0	0	2	13	
	M	0	0	3	0	2	1	0	0	0	6	
	T	0	0	4	0	4	9	0	0	2	19	9,22%
30 a 34	H	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	2,43%
35 a 39	H	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3	1,46%
40 ou mais anos	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Total de efetivos	H	0	3	13	3	19	78	0	0	2	118	57,28%
	M	0	0	19	0	21	48	0	0	0	88	42,72%
	T	0	3	32	3	40	126	0	0	2	206	

Gráfico – XXIII



Assim, pode-se concluir que, dos 206 funcionários com vínculo à Administração Local, 18,9% tem menos de 5 anos de antiguidade, enquanto no termo oposto, apenas 1,4% conta já com mais de 35 anos de antiguidade.

Após análise dos recursos existentes, podemos passar às principais atividades emanadas pela Subunidade de Recursos Humanos:

Admissões

- No ano 2015 não houve abertura de procedimentos concursais para admissão contratados por tempo indeterminado e determinado, com a exceção da contratação de 2 técnicos na área de inglês e musica para o funcionamento das atividades de enriquecimento curricular, AEC's;
- Organização, preparação e conclusão de projetos, no âmbito da Iniciativa Emprego 2015, de candidaturas relativas aos programas Contrato Emprego Inserção (subsídio de desemprego);
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito da Iniciativa Emprego 2015, de candidaturas relativas aos Programas Inserção+ (subsídio rendimento mínimo de inserção);
- Organização, preparação e conclusão, no âmbito candidaturas relativas ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local, PEPAL 2015/2016.

Formação /Avaliação

- Em execução de despacho superior procedeu-se à inscrição de 13 trabalhadores, em ações de formação num total de 161 horas.

:

Aposentações/saídas

No ano de 2015 houve duas aposentações por limite de idade e duas saídas voluntárias.

Higiene e Segurança no Trabalho (HST)

Relativamente à HST, os recursos humanos têm como principal objetivo apoiar toda a estrutura que constitui a Câmara Municipal de Redondo no que concerne à melhoria das condições de segurança e de higiene no trabalho. Enquadrado nestas atribuições tem-se vindo a desenvolver esforços para implementar um sistema de medicina no trabalho para dar resposta às necessidades nesta matéria. Atendendo à inexistência de Recursos Humanos para implementar e desenvolver esta área, foram adquiridos serviços a empresa especializada na área.

Acidentes de trabalho

No ano de 2015 ocorreram 17 acidentes de trabalho, dos quais 8 foram referentes a trabalhadores integrados em projetos do IEPF - programa emprego inserção e programa emprego inserção +.

ATENDIMENTO E GESTÃO DOCUMENTAL

O Serviço de Atendimento e Gestão Documental no desempenho das suas funções deu o apoio administrativo necessário ao funcionamento dos órgãos autárquicos, Câmara Municipal e Assembleia Municipal e executou as mais diversas funções inerentes ao serviço e outras que se mostraram necessárias à articulação entre todos os serviços municipais.

No decorrer dos trabalhos de funcionamento da Assembleia Municipal foi efetuado o registo de entrada de 63 documentos, foram expedidos 114 ofícios e foram elaboradas 5 atas, resultantes das 5 reuniões realizadas no ano de 2015, procedeu-se à elaboração das convocatórias e à organização da documentação respetiva, elaboração de editais, de modo a publicitar as reuniões e as respetivas deliberações, elaboração das folhas de presença e folhas de votação dos pontos da ordem de trabalhos das reuniões e elaboração da documentação necessária ao pagamento das senhas de presença dos membros eleitos.

Para funcionamento do órgão executivo, Câmara Municipal, foi dado o apoio administrativo na organização da documentação necessária à realização das reuniões, foram secretariadas as 23 reuniões realizadas no ano de 2015, das quais resultou a elaboração de 23 atas. As deliberações tomadas nas reuniões foram encaminhadas para todos os serviços de modo a serem desenvolvidos os procedimentos tidos por convenientes, foram ainda publicitadas nos lugares públicos e no site oficial da Câmara Municipal, também as atas foram publicitadas no site oficial da Câmara Municipal.

Foi prestado todo o apoio administrativo aos membros eleitos para os órgãos autárquicos.

No âmbito do Atendimento e Gestão Documental foram desempenhadas as funções tendo como principal objetivo dar resposta rápida e eficaz às solicitações do cidadão / munícipe, articular a sua ação com as diferentes áreas dos serviços municipais, nomeadamente, no registo e tramitação de toda a documentação apresentada no serviço, arrecadar receitas provenientes dos serviços prestados no balcão único municipal e receita proveniente do fornecimento de água, fazer o atendimento telefónico e encaminhamento das chamadas recebidas, efetuar ligações telefónicas para o exterior a pedido dos diversos serviços.

Procedeu-se à receção de pedidos, organização, instrução e emissão dos respetivos documentos de autorização referente aos processos adstritos ao serviço, designadamente: 14 processos de licença especial de ruído para festas, 4 processos de licenciamento de queimadas; 15 processos de renovação de carta de caçador.

95 processos referentes ao serviço de cemitério (73 inumações, 6 trasladações, 4 processos de aquisição de sepultura e 12 pedidos diversos).

No âmbito do licenciamento municipal foram tratados 4 processos de ocupação de espaço público.

No âmbito do licenciamento zero, através da plataforma nacional do balcão do empreendedor, foram tratados 25 processos, sendo 10 processos referentes a instalação de estabelecimento, 2 processo de encerramento de estabelecimento, 5 comunicações de horário de funcionamento (deixou de haver a obrigatoriedade de comunicar o horário a partir de março de 2015), 5 processos de ocupação de espaço público e 2 processos de alojamento local.

Foram rececionados e tramitados 765 processos de água (224 contratos de fornecimento de água, 186 pedidos de averbamento, 153 pedidos de interrupção de fornecimento, 8 pedidos de substituição de contador, 19 pedidos de mudança da sítio de contador, 27 pedidos de ramais de água e esgoto, 74 pedidos diversos, e 121 pedidos de pagamento de água em prestações e respetivos acordos de pagamento).

Foram rececionados e tramitados 441 pedidos para limpeza de fossas sépticas.

Foram recebidas, registadas e tramitadas para o serviço de desporto, 77 inscrições para utilização da piscina coberta de Redondo e foram emitidos mensalmente os documentos de cobrança da mensalidade devida pelos utilizadores da piscina coberta e do pavilhão desportivo. Na sequência da assinatura do acordo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Redondo e a Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, com vista à implementação e comercialização do Cartão Jovem Municipal EYC de Redondo, foram rececionados os pedidos e emitidos dois cartões jovem municipal.

Foram rececionados e tratados 96 pedidos de passe escolar para o ano letivo 2015/2016. Foi efetuado o registo mensal e conferência dos valores devidos pelos passes escolares e emitidos os documentos de cobrança dos passes sujeitos ao pagamento da mensalidade.

Foram rececionados e tramitados todos os processos e requerimentos referentes ao serviço de urbanismo, num total de 539 registos, foram também emitidos, pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental, alvarás de licença de construção e alvarás de licença de utilização.

Prestou-se apoio ao Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo, através do fornecimento imediato, aos munícipes, de plantas de localização.

Foram emitidos pelo Serviço de Atendimento e Gestão Documental 4369 documentos de receita individual e recebidos 3587 documentos, foram ainda emitidos e recebidos pelo serviço 520 documentos de receita coletivos.

Foram registados, digitalizados e tramitados no Sistema Integrado de Documentos e Atendimento Municipal 13.462 documentos entrados e foi efetuado o registo e digitalização referente à expedição de 4701 documentos.

Foi dada colaboração ao gabinete de inserção profissional através do controlo das apresentações periódicas dos beneficiários das prestações de desemprego.

Foi dado apoio à secção de pessoal, no atendimento e encaminhamento de desempregados que se apresentam com oferta de emprego. No âmbito da abertura do procedimento concursal comum para constituição da relação jurídica por tempo indeterminado para ocupação de vários postos de trabalho, foi dado todo o apoio ao serviço de recursos humanos, tendo sido efetuado atendimento e dado apoio aos candidatos na formalização das candidaturas, foi efetuado o registo, digitalização e tramitação de todas as candidaturas apresentadas e foram também elaboradas as listas ordenadas de todas as candidaturas, por cada concurso.

Foram emitidos e renovados Registos de Certificados de Cidadão da União Europeia e enviada a informação mensal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Procedeu-se à emissão e renovação de registos de promotor público de espetáculos, emissão de licenças de representação e envio mensal da respetiva informação à Inspeção-geral de Atividades Culturais.

SERVIÇO DE CONTABILIDADE

O serviço de contabilidade coordenou, planificou e desenvolveu de forma integrada as atividades que se enquadram nos domínios da gestão económica, financeira e patrimonial.

Organizacionalmente, a atividade desenvolvida é dividida em 3 sectores:

Contabilidade

Além de executar e participar na organização dos processos inerentes à eficiente execução orçamental, de preparar os registos e apuramentos referentes aos valores arrecadados a entregar a outras entidades, realizou as ações e demais procedimentos que se enunciam:

- Ao nível do funcionamento da aplicação informática de contabilidade, promoveu-se a manutenção da mesma, com o respetivo acompanhamento técnico e apoio do Gabinete de Informática, tendo em vista a contínua melhoria das funcionalidades da aplicação na elaboração das tarefas diárias;
- Com o objetivo de atingir uma crescente otimização das ferramentas da aplicação informática e procedimentos internos, com celeridade e diminuição de custos com o consumo de material de escritório, no processamento de faturas e respetivas autorizações de pagamento procedeu-se à reunião de vários documentos de forma a reduzir substancialmente a emissão de ordens de pagamento e ainda progrediu-se no sentido de se reunir despesas em ordens de pagamento coletivas, resultando num menor número de registos;
- Atualização e controlo dos processos de empréstimos a médio e longo prazo;



A Contabilidade efetuou registros diários que podem ser traduzidos em número de documentos processados:

Documentos de Despesa	2014	2015
Propostas de Cabimento	1761	1888
Requisições Externas	1829	1875
Faturas	2517	2691
Movimento de Estorno	152	130
Ordens de Pagamento	3131	3248
Ordens de Pagamento Tesouraria	327	537
Recibos	1	1
Reposições de Pagamentos	12	26
Documentos de Receita	2014	2015
Guias de Receita	73	79
Guias de Faturas	2019	3671
Guias Individuais	2790	1096
Documentos Coletivos	1575	1441
Guias de Recebimento	4654	4681
Recebimento de Guias Coletivos	1551	1612
Anulação de Receita	24556	2257
Estorno de Receita	1	1
Diversos	2014	2015
Num. de Terceiro	4846	5248
Movimentos Bancários	5705	5964
Notas de Lançamento	11520	12087
N. Pendentes WF	1	1
Caderneta Bancos	365	333
Afetação de Custos	38375	43241
Pedidos Aut. Despesa	1	1
Garantia / Caução	1	7

1. Patrimônio

Apurar o Ativo Bruto, nomeadamente, o Imobilizado, que compreende os investimentos financeiros, as imobilizações corpóreas e incorpóreas e os bens de domínio público, para elaboração do Balanço, que para além de obrigatório é um mapa que agrega informação financeira importante, nomeadamente, para a análise da situação Patrimonial, na medida em que se obtém informação não só das transações passadas que envolveram pagamentos no

exercício, como de obrigações e direitos a pagar e a receber relativos a exercícios futuros é da competência anual do Património.

Igualmente importante e também da competência anual do Património é apurar as Amortizações do Exercício, para o mapa contabilístico que apresenta os resultados das operações económicas (Custos e Proveitos) e que serve para avaliar como foram aplicados os recursos utilizados, a Demonstração de Resultados.

Nesta conformidade, no âmbito das suas competências, foram desenvolvidas as diligências infra mencionadas e no que concerne à classificação patrimonial, para elaboração do Balanço e da Demonstração de Resultados, procedeu-se à classificação de faturas e reconciliação entre os registos destas na classe 4- Imobilizado, do Ativo por parte da Contabilidade e os valores inventariados na mesma classe por parte dos seus serviços, de forma a apurar-se inequivocamente os bens novos que integram a referida classe e a fazer corresponder os valores das alterações patrimoniais (beneficiações, depreciações, amortizações, etc.) aos bens que já se encontram em cadastro.

Foram inventariados, durante o ano de 2015:

- 0 Bens Imóveis de Domínio Privado;
- 4 Bens Imóveis de Domínio Público;
- 175 Bens Móveis;
- 0 Viatura;
- 1 Imobilizações incorpóreas;
- 7 Abates de Bens Imóveis;
- 1013 Abates de Bens Móveis;
- 0 Abates de Viaturas;
- 1 Abates de Imobilizações incorpóreas;
- 40 Valorizações;
- 0 Desvalorizações.

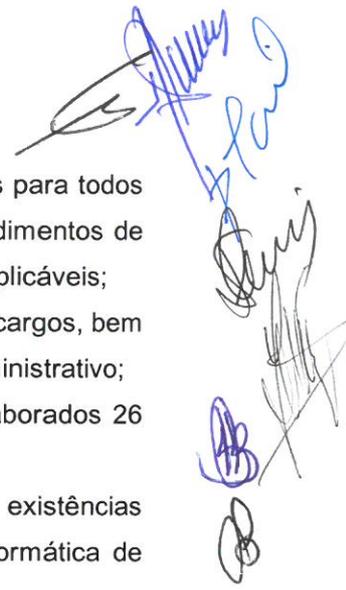
2. Tesouraria

A Tesouraria procedeu à cobrança e arrecadação de receitas e ao pagamento de despesas, devidamente autorizadas, e após verificação das normas legais em vigor.

A Tesouraria, registou todos os movimentos oriundos de cada um dos serviços emissores de documentos de receita e despesa.

SERVIÇO DE APROVISIONAMENTO

A secção de Aprovisionamento, no ano em apreço realizou, as ações e demais procedimentos que seguidamente se referem:



- Após instrução dos respetivos processos, procedeu-se às aquisições necessárias para todos os serviços municipais, procedendo-se à abertura de concursos relativos a procedimentos de aquisição e contratação de bens e serviços, respeitando todos os preceitos legais aplicáveis;
- Procedeu-se à elaboração de anúncios, programas de concurso e cadernos de encargos, bem como se asseguraram a tramitação dos processos, sob o ponto de vista legal e administrativo;
- No âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, que aprova o CCP, foram elaborados 26 processos de Ajuste Direto do Regime Geral e 2 processos de Concurso público;
- No decorrer do ano, foi sendo efetuada, diariamente, a atualização das fichas de existências através do registo dos documentos e movimentação de stocks na aplicação informática de armazéns;
- Efetuou-se a gestão de stocks e encomendas de materiais;
- Procedeu-se à distribuição, pelos diversos serviços, dos bens objeto de requisição;
- Movimentos e registos diários traduzidos em número/volume de documentos tratados e processados:

Documentos Emitidos na Aplicação de Armazém

Requisições Internas - 9136

Pedidos de Aquisição - 1699

Notas de Encomenda - 1599

Processos de Consulta – 28

Pedidos de Fornecimento - 55

- Para atualização dos ficheiros de consumos anuais e a fim de evitar eventuais roturas de stock, no decorrer do ano foram solicitadas distintas estatísticas de consumos de artigos necessários ao normal funcionamento das diversas unidades orgânicas do Município, para comparativamente e de harmonia com os ficheiros que integram a aplicação armazém/aprovisionamento proceder à abertura dos respetivos processos de aquisição;
- Efetuou-se o atendimento personalizado a fornecedores com contratos a decorrer, bem como a receção àqueles que pretendiam apresentar os seus produtos ou que simplesmente pretendiam inscrever-se como tal, efetuando-se desde logo a atualização dos ficheiros relativos ao mercado fornecedor, para apresentação de propostas em futuras consultas;
- Efetuaram-se consultas periódicas ao mercado, para selecionar as entidades com melhores e mais favoráveis condições para a autarquia;
- Em conjunto com a Contabilidade, foi efetuado um controlo das notas de encomenda por movimentar/requisições externas emitidas e a aguardar faturação, contactando quer o fornecedor quer o serviço requisitante, para apurar as respetivas causas, procedendo-se quando foi caso disso às respetivas inutilizações e estornos;
- Foram também executados variados procedimentos necessários à integração e interligação das aplicações de aprovisionamento e contabilidade (POCAL), no que respeita à atualização da codificação de artigos, terceiros (fornecedores), tipos de despesa, classificação orçamental, requisições internas, pedidos de aquisição, propostas de cabimento, notas de encomenda, requisições externas a fornecedores ou prestadores de serviços, entre outras;

- Ao longo do ano, procedeu-se à manutenção e arquivo dos processos e demais documentos que decorreram pelo aprovisionamento.

NOTARIADO

Foram contabilizados pelos Serviços de Notariado e Sector de Apoio à Contratação Pública:

CONTRATOS

- Empreitada - 5
- Fornecimento – 5
- Prestação de Serviços – 9
- Contrato de Locação - 0

DPD – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO

A Divisão de Planeamento e Desenvolvimento da Câmara Municipal de Redondo, contempla os seguintes serviços: Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Sistema de Informação Geográfica de Redondo (SIGRED), Gabinete de Intervenção Ambiental (GIA) e o Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

GADE

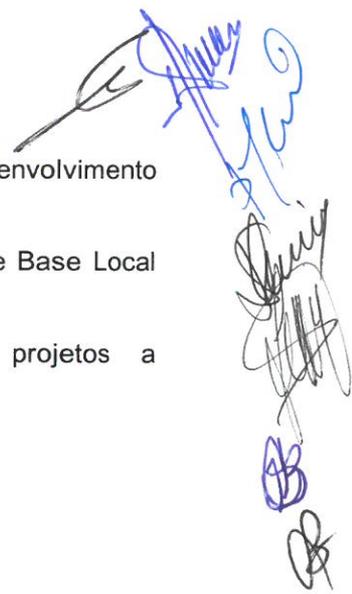
O Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE) tem como principais objetivos apoiar a instalação de novas empresas bem como acompanhar e incentivar as empresas já existentes, apoiar as IPSS's, desenvolver atividades de empreendedorismo e realizar e acompanhar candidaturas aos fundos comunitários.

Tendo 2014 sido o primeiro ano do novo período de programação financeira (2014-2020), ainda decorreu a execução das operações aprovadas no período de programação anterior.

Assim, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atendimento aos agentes económicos (empresas e instituições particulares de solidariedade social) e munícipes com iniciativas empreendedoras, bem como fornecimento da informação disponível relativa aos apoios em vigor:

- Portugal 2020 e Alentejo2020;
 - PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural;
 - Porta 65 – Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem;
 - Linhas de Crédito PME Investe;
 - Medidas de apoio do IEFP;
 - Microcrédito.
- Coordenação da participação dos produtores de vinho do concelho no megaevento das Ruas Floridas 2015;



- Participação ativa na discussão e definição da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) promovida pela CIMAC;
- Participação ativa na discussão e definição do Desenvolvimento Estratégico de Base Local promovido pela MONTE-ACE;
- Candidaturas a diversos programas nacionais e comunitários de projetos a desenvolver/desenvolvidos pelo Município:
 - Programa de Estágios na Administração Local;
 - Condução Distribuidora Faia-Boavista;
 - Gabinete de Inserção Profissional – medida IEFP.

- Acompanhamento da execução financeira e encerramento das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários:
 - Zona Verde e de Lazer do Rossio de Cima, em Montoito;
 - Requalificação Urbana da Vila de Redondo: Unidade C -1ª fase;
 - Requalificação da Circulação Pedonal das Falcoeiras;
 - Modernização do Salão Polivalente de Montoito;
 - Zona Verde de Lazer e Recreio do Freixo;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - A Descoberta de Redondo;
 - Rede Cultural “Terras de Sol”;
 - Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase;
 - Construção da Via Circular Poente – 3.ª fase;
 - Requalificação Urbana da Zona do Calvário;
 - Requalificação da Estrada Municipal 534;
 - GIP – Gabinete de Inserção Profissional 2011;
 - Requalificação Urbana de Redondo;
 - Centro Escolar de Redondo;
 - Centro Escolar de Montoito;
 - Fórum de Eventos Promocionais – Coliseu de Redondo;
 - Arrelvamento e Beneficiação do Campo do Calvário;
 - Festival Terras de Sol;
 - Teias;
 - Parque Ambiental de Redondo;
 - Modernização, Qualificação e Simplificação do Atendimento aos Cidadãos.

- Acompanhamento da execução financeira e encerramento das candidaturas aprovadas nos diversos programas nacionais e comunitários de projetos desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos do concelho:
 - Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Santa Susana (Santa Casa da Misericórdia de Redondo);
 - Filarmónica Redondense – Novos Vãos (Sociedade Filarmónica Municipal Redondense).

- Colaboração e participação com o Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde de Redondo, entidade promotora, na elaboração da candidatura ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLAS) de Redondo – participação em diversos grupos e sessões de trabalho.

SIGRED

O Sistema de Informação Geográfica do Município de Redondo (SIGRED) tem como função capturar, armazenar, verificar, integrar, manipular, analisar e visualizar dados georreferenciados de todo o concelho. Esta ferramenta tem permitido uma melhoria na qualidade da decisão, respostas mais céleres e transparentes e um melhor conhecimento do território.

Assim, foram desenvolvidos os seguintes procedimentos:

- Atualização da Cartografia Existente consoante os pedidos de enquadramento realizados e pela informação que os requerentes fornecem;

- Cadastro Rústico e Urbano do Concelho de Redondo;

- Atualização das bases de dados de informação geográfica do Concelho de Redondo

- Realização de Análises – Espaciais.

- a. Cálculo do comprimento das condutas de abastecimento e coletores de saneamento nas freguesias do concelho de redondo;
- b. Cálculo do comprimento de condutas e coletores reabilitados no concelho de redondo em 2014;
- c. Cálculo do número de ramais de abastecimento e saneamento por aglomerados urbanos;
- d. Cálculo do número de alojamentos beneficiados com recolha de resíduos sólidos indiferenciados e diferenciados no concelho de redondo;
- e. Emissão de relatórios provenientes das análises realizadas e preenchimento dos metadados da informação geográfica criada.

- Criação de modelos para cálculo das questões realizadas pela ERSAR;

- Atualização/ revisão da legislação pertinente para o ordenamento do território;

- Cálculo e delimitação da Reserva Agrícola Nacional;

- Georreferenciação dos Prédios Urbanos do Concelho de Redondo com base na informação das cadernetas prediais fornecidas pelas finanças.

- Conversão de Cartografia para o Sistema de Coordenadas ETRS89 Portugal TM -06;

- Georreferenciação dos Municípios Isolados **2015**, dados fornecidos pela GNR e Gabinete de Ação Social, emissão de plantas de localização dos mesmos e preenchimento dos metadados.

- Atualização e registo de novas intervenções na rede de abastecimento e saneamento, com a colaboração dos Técnicos Operários responsáveis pela rede de abastecimento e saneamento.



- Realização de vários mapas temáticos e análise espaciais em SIG para apoio aos vários gabinetes internos;

Número de Plantas requeridas pelos Municípios;

Foram fornecidas em formato analógico:

- 44 Enquadramentos em Ortofotomapa;
- 41 Enquadramentos em Carta Militar;
- 1 Enquadramentos em Levantamento Topográfico;
- 54 Enquadramentos em PDM (Condicionantes);
- 12 Enquadramentos em PDM (Ordenamentos);
- 16 Enquadramentos em PU;
- 12 Enquadramento em Planta Cadastral;
- 7 Outros Enquadramentos

Somando um total de 187 plantas fornecidas.

Foram fornecidas em formato digital:

- Foi disponibilizado à empresa WS Atkins Portugal – Consultores e Projetistas Internacionais, Unipessoal, Lda, portador do Contribuinte n.º 501912290, representada por Júlio Carlos Pires Moita (Gerente), os rasters das Cartas de Condicionantes – 1B e Ordenamento 7.3, para auxílio na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental do Circuito Hidráulico de reguengos e respetivos blocos de rega;

- Foi disponibilizado à Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Redondo), Contribuinte n.º 500745749, o extrato do levantamento aerofotogramétrico 1:1000 de Redondo, para auxílio na elaboração de projeto de arquitetura, utilização da cartografia como base georreferenciada;

- Foi disponibilizado à empresa WS Atkins Portugal – Consultores e Projetistas Internacionais, Unipessoal, Lda, portador do Contribuinte n.º 501912290, representada por Júlio Carlos Pires Moita (Gerente), os rasters das Cartas de Condicionantes – 1B e Ordenamento 7.3, para auxílio na elaboração do Estudo de Impacto Ambiental do Circuito Hidráulico de reguengos e respetivos blocos de rega;

SMPC

O serviço municipal de proteção civil (SMPC) é responsável pela prossecução das atividades de proteção civil no âmbito municipal.

O SMPC adequa-se ao exercício da função de proteção e socorro, em função das características da população e dos riscos existentes no município.

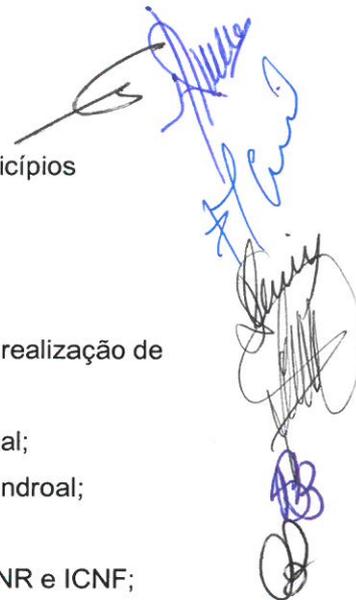
Sendo um dos objetivos dos SMPC a promoção de uma cultura de colaboração entre todos os agentes e entidades, devendo esta iniciar-se na fase de planeamento, foi com a colaboração de

todas estas entidades, e outras não representadas na CMPC mas com intervenção prevista no que à proteção civil diz respeito, que se desenvolveu em 2015 as tarefas que lhe estão legalmente atribuídas:

- Aprovação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, pela Comissão Nacional de Proteção Civil a 16 de julho de 2015. O PMEPC de Redondo foi publicado a 18 de agosto de 2015 na Resolução n.º39/2015 do Diário da República.
- Elaboração de Comunicados Operacionais e Folhas Informativas, sempre que se verifiquem situações de alerta emitidos pelas entidades competentes (IPMA, DGS, ANPC, etc.) que são divulgados no site e através de uma mail list, com o objetivo de melhorar uma vigilância eficaz do risco, garantir um rápido alerta aos agentes de proteção civil, e um correto e eficaz aviso às populações.
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições locais
- Publicitação em locais públicos da informação referente ao risco de incêndio florestal diário, durante todo o período crítico;
- Participação no exercício "A Terra Treme", no dia 6 de novembro, com o objetivo de preparação e autoproteção para o risco sísmico, com a duração de um minuto, no qual os trabalhadores do Município participaram em grupo.
- Elaboração dos Planos de Emergência Internos dos Centros Escolares de Redondo e Montoito, ainda em fase de conclusão;
- Articulação da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Redondo com o Gabinete Municipal de Proteção Civil e o Gabinete Técnico florestal intermunicipal, de forma a cumprir os objetivos de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
- Acompanhamento do Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal, nas ações de sensibilização, no Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa;
- Realização de exercício CPX PROCIV 7.2. Exercício Distrital onde se simulou uma situação meteorológica adversa que afetou intensamente o Distrito de Évora. Estiveram presentes todos os membros da Comissão Municipal da Proteção Civil e teve como objetivos:
 - Treinar e testar os procedimentos previstos nos Planos de Emergência de Proteção Civil;
 - Testar os procedimentos de comunicações entre o patamar distrital e municipal;
 - Exercitar a articulação operacional entre o CDOS, o CCOD, os APC e os SMPC envolvidos;
 - Exercitar os procedimentos e ações das CMPC e CCOD perante uma situação de exceção;
 - Consolidar a doutrina e os conceitos nos âmbitos do SIOPS.

Atividades realizadas pelo Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal:

- Realização de relatórios referentes aos trabalhos realizados pela Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz (Planos de Ação, relatórios semestrais e relatórios anual);
- Atualização de toda a atividade da Equipa de Sapadores Florestais de Estremoz, na plataforma SGIF;



- Elaboração/atualização dos Planos Operacionais Municipais para os quatro Municípios pertencentes ao GTFI;
- Apoio e participação em exercício CPX em Estremoz;
- Tratamento de dados cartográficos em articulação com o ICNF;
- Colaboração com o Gabinete de Proteção civil do Município de Alandroal para a realização de ações de sensibilização;
- Elaboração de pareceres sobre Parcelas de Gestão de Combustíveis no Alandroal;
- Apoio na elaboração de um plano para realização de um Parque Florestal no Alandroal;
- Participação em reuniões e formações no CDOS Évora;
- Participações em reuniões de planeamento de DFCl, promovidas pelo CDOS, GNR e ICNF;
- Realização de pareceres e enquadramentos, relativamente a pedidos de construção em zonas florestais, no Município de Vila Viçosa;
- Enquadramentos de Planos de Gestão Florestal, na cartografia dos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
 - Ações de coordenação com a EDP, REN, ICNF e Soporcel, na realização de Faixas de Gestão Combustível;
- Elaboração de um Plano de Gestão Florestal para o Município do Alandroal;
- Revisão da cartografia das Faixas de Gestão de Combustível dos quatro Municípios;
- Elaboração de candidaturas ao programa "Floresta Comum", para aquisição de plantas com vista à reflorestação de diversas áreas nos concelhos de Alandroal e Redondo;
- Apoio técnico à realização de um passeio micológico no concelho de Redondo;
- Apoio técnico na proposta de recuperação da Ribeira de Monte Virgem, no concelho de Redondo.

GIA

No âmbito das competências atribuídas ao gabinete, foram realizadas as seguintes atividades em 2015:

- Acompanhamento do livro de registo sanitário com o objetivo de facilitar o controlo da qualidade da água, pelos funcionários da piscina, e confirmar a honestidade dos responsáveis perante uma inspeção sanitária, os resultados das análises devem ser sempre registados em livro ou arquivados em dossier específico. Todas as ocorrências e aspetos técnicos importantes (número de banhistas entrados diariamente, quantidade de água renovada, temperatura, lavagens de filtros, verificações técnicas, etc.).
- Monitorização da qualidade das águas das piscinas, através das análises físico-químicas, microbiológicas e biológicas;
- Articulação com a Autoridade de Saúde Pública a investigação das causas, adoção de medidas corretivas com o objetivo de resolução os incumprimentos registados;

- Elaboração e publicitação dos editais trimestrais da qualidade da água e avisos de corte de água, disponíveis na página de Internet da câmara;
- Envio trimestral para todos os agentes económicos, que os solicitem, os relatórios da qualidade da água necessário no âmbito da implementação do HACCP;
- Colaboração com a entidade gestora da qualidade da água em alta, Águas do Centro Alentejo;
- Dar cumprimento às obrigações para com a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos:

- Elaboração do Plano de Controlo de Qualidade da Água 2016, o qual é aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Monitorização da qualidade da água para consumo humano, por forma a cumprir o Plano de Controlo de Qualidade da Água 2015, efetuar a comunicação de incumprimentos aos valores paramétricos e solicitação da dispensa do controlo analítico de parâmetros conservativos;
- Introdução dos dados de qualidade da água (IDQA) 2014.
- Acompanhamento do sistema de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores, fase de comunicação de dados, auditoria e validação de dados referente ao ano de 2014.

- Colaboração na gestão dos resíduos sólidos urbanos e não urbanos:

- Recolha seletiva de 50,4t de vidro;
- Recolha seletiva de 32,3t de papel/cartão;
- Recolha seletiva de 23,5t de plástico/metálico;
- Recolha seletiva de 0,3t de óleos alimentares usados;
- Recolha seletiva de 0.1t de pilhas e Acumuladores;
- Mistura de resíduos urbanos e equiparados - recolha de 3166t –devidamente encaminhadas para o tratamento Mecânico e Biológico (TMB) da Gesamb;
- Monstros não ferrosos - recolha de 322t - devidamente encaminhadas para o Aterro da Gesamb;
- Resíduos verdes - recolha de 49,2t – devidamente encaminhadas para o tratamento Mecânico e Biológico (TMB) da Gesamb;
- Embalagens de vidro – recolha de 0,3t – devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Papel e cartão - recolha de 1t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Embalagens de Plástico e metal – recolha de 10,7t - devidamente encaminhadas para o Centro de Triagem da Gesamb;
- Lamas de fossas sépticas – recolha de 3945 m³ – devidamente encaminhadas para a ETAR de Redondo e que correspondeu a 432 serviços de limpeza de fossas sépticas;
- Pneus - recolha de 7,22t – devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;

- Plásticos Agrícolas – recolha de 1,44t - devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
 - Óleos usados - recolha de 0,428t - devidamente encaminhadas para a empresa Carmona SLTC, SA;
 - Lâmpadas fluorescentes e outros resíduos contendo mercúrio – recolha de 0,1t - devidamente encaminhadas para a estação de triagem da Gesamb;
-
- Colaboração com a GESAMB, entidade responsável pela gestão dos resíduos Sólidos Urbanos diferenciados;
 - Preenchimento e submissão do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR), referente ao ano de 2014.
 - Informação aos munícipes sobre os resíduos sólidos não urbanos e aos agentes económicos, nomeadamente sobre resíduos industriais, carros em fim de vida, com vista à preservação e melhoria da qualidade de vida e património ambiental;
 - Acompanhamento e controlo da qualidade ambiental através de fiscalização preventiva e vistorias.
 - Elaboração do Plano Municipal de Segurança Rodoviária, aguarda aprovação.
 - Colaboração com a CIMAC/TIS no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central
 - Orientação de estágio.
 - Participação na 5ª Edição da Semana da Primavera Biológica, de 16 a 22 de Março. Realização de ações de sensibilização no 1º e 2º ciclo do Agrupamento de Escolas de Redondo.

SERVIÇO TÉCNICO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

É o serviço que abrange os serviços que atendem à satisfação de necessidades imediatas dos munícipes. Necessidades como a educação, a saúde, a segurança e a ação social, a habitação, o ordenamento do território, o saneamento básico, abastecimento de água, resíduos sólidos entre outras.

Gabinete Técnico

Elaboração de Estudos e Projetos

Centro de Apoio às Micro Empresas

Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção C – 2ª Fase

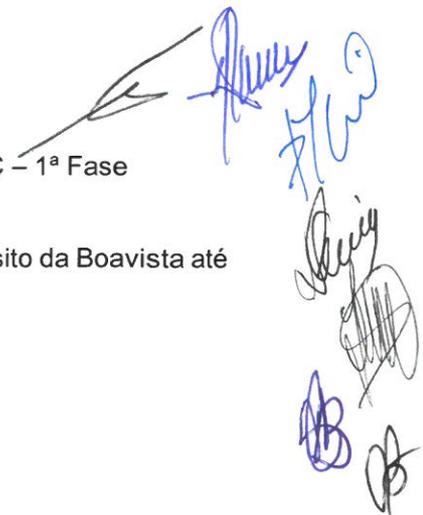
Substituição da Condução de Abastecimento de 200mm desde o Depósito da BoaVista até à ACR na Rotunda

Fiscalização e apoio às Seguintes Obras

Loteamento da Zona Industrial de Redondo – 2ª Fase

Modernização do Salão Polivalente de Montoito - Pavimento Desportivo

Reabilitação Urbana da Vila de Redondo – Unidade de Intervenção C – 1ª Fase
Intervenção no Ribeiro da Quinta da Faia – Redondo
Substituição da Condução de Abastecimento de 200mm desde o Depósito da Boavista até à ACR na Rotunda
Requalificação da Circulação Pedonal em Falcoeiras
Parque Infantil de Montoito



SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA

O serviço de Administração Urbanística desenvolve um número significativo de tarefas com o objetivo de dar resposta às exigências do concelho, nomeadamente no que concerne ao planeamento, organização, coordenação e controlo de toda a atividade urbanística e habitacional.

De ressaltar que no ano em análise existiu um período de 10 meses em que não foram cobradas quaisquer taxas urbanísticas, o que, em termos administrativos e técnicos representou um significativo acréscimo de processos, pareceres, vistorias e atendimentos presenciais.

Serviço Administrativo

Neste âmbito foram desenvolvidos os seguintes processos administrativos:

- Processos recebidos:
 - Obras – 36;
 - Utilização – 60;
 - Licenciamento Industrial – 2;
 - Diversos – 151.
- Vistorias – 60;
- Licenças:
 - Obras – 21;
 - Utilização: 58.
- Emissão de Certidões – 133;
- Entrada de requerimentos – 581;
- Notificações – 506.

Gestão e Urbanismo

No sector da Gestão e Urbanismo têm grande peso os trabalhos desenvolvidos pelos Técnicos afetos. Neste sentido foram realizadas as seguintes atividades:

- Obras:
 - Análise de projetos;
 - Acompanhamento de obras;
 - Fiscalização;
 - Saneamento.

- Vistorias:
 - Queixas;
 - Edifícios degradados.
- Comissões:
 - Vistorias de receção de obras de urbanização;
 - Vistorias a estabelecimentos de hospedagem;
 - Vistorias para concessão de licença de utilização/habitação.



DSC – DIVISÃO SOCIOCULTURAL

A Divisão Sociocultural constitui uma unidade orgânica de carácter fundamentalmente operativo. Tendo como objetivo fundamental a gestão de equipamentos municipais, assim como o planeamento, a coordenação e a execução de projetos que contribuem, ativamente, para o desenvolvimento do Concelho de Redondo nos domínios da Educação, Desporto, Cultura e Turismo,

Nesta medida, as tarefas abrangidas adotam uma clara lógica de transversalidade, o que implica uma dualidade na definição da sua linha de atuação: por um lado, exige-se o desenvolvimento de ações específicas, segmentadas em função de cada sector e dirigidas a vários tipos de público; por outro exige-se que tais ações se articulem entre si e, simultaneamente, entre os vários sectores, criando complementaridades através de uma estratégia de intervenção integrada e global.

A dinâmica desenvolvida refletiu, necessariamente, esta mesma dualidade, sendo de realçar que, tanto as tarefas de gestão, como a atividade de organização de projetos, partilharam do mesmo objetivo: elevar e melhorar a oferta sociocultural.

EDUCAÇÃO

A área da educação é uma das áreas prioritárias de intervenção do Município de Redondo, pelo que representa no futuro dos jovens do concelho e naturalmente no próprio desenvolvimento local, esta perspetiva e atuação insere-se transversalmente a todos os níveis do ensino com especial enfoque nas áreas do Pré-Escolar e do 1º Ciclo, onde surgiram as oportunidades de estabelecer parcerias e protocolos quer com o Agrupamento de Escolas, quer com o próprio ME, as melhorias registadas no que respeita às condições físicas, didáticas e pedagógicas, são essenciais no combate ao absentismo e ao abandono escolar. Face às condicionantes de ordem económica que o país atravessa, as principais apostas em 2015 orientaram-se para a dinamização dos Programas de Apoio à Família - transportes, refeições, prolongamento de horário, através da integração em Atividades de Enriquecimento Curricular - e para o reforço da

Ação Social Escolar no pré-Escolar e no 1º Ciclo. A ação do Município na área da Educação e no que respeita ao apoio às famílias tem superado largamente as competências que a própria Lei lhe confere.

Ação Social Escolar

O Município de Redondo desenvolve uma política de apoio de ação social escolar traduzida anualmente na definição dos escalões/rendimento *per capita* dos agregados familiares, integrados no primeiro e segundo escalões determinantes para efeito na atribuição do abono de família, com base no Decreto-lei nº. 55/2009 de 2 de março e Despacho nº. 1898/2009 de 17 de agosto, dos alunos do Ensino Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Perante o cenário económico e social que se vive atualmente, a ação social escolar assume uma maior relevância apoiando famílias que apresentam baixos rendimentos.

No ano letivo de 2014/2015 foram distribuídos os seguintes subsídios por escalões:

Escalão	1ºano	2ºano	3º ano	4ºano	Pré-escolar	Total
1º Escalão	25	20	19	17	39	120
2º Escalão	12	16	8	19	46	101
Total	37	36	27	36	85	221

O Município proporciona gratuitamente a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo, independentemente dos escalões, os manuais escolares como aposta na democratização do ensino e uma estratégia fundamental para o desenvolvimento económico. Além da oferta dos manuais escolares, as crianças abrangidas pelo primeiro e segundo escalão recebem um subsídio de 15 e 10 euros, respetivamente, para a aquisição de material escolar.

Apetrechamento geral e material didático

Relativamente ao material didático, e no ano letivo em análise, a autarquia atribuiu ao Agrupamento de Escolas o material solicitado para o normal funcionamento dos Jardins de Infância do Concelho de Redondo.

Visando assegurar condições adequadas ao desenvolvimento da atividade letiva, a autarquia procedeu ainda à atribuição do seguinte material, para apetrechamento dos estabelecimentos de ensino:

- Aquisição de Manuais Escolares para os alunos do 1.º Ciclo do concelho;
- Aquisição de material de desgaste para os Jardins de Infância do concelho;

- Aquisição de material para a elaboração dos fatos e adereços de Carnaval, bem como de outras iniciativas escolares;
- Manutenção periódica dos meios de combate a incêndios.

Atividades de enriquecimento curricular

Regulamentadas pelo Despacho n.º 9265-B/2013 de 15 de julho, as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) desenvolvidas no 1º ciclo são, por definição, atividades pedagogicamente ricas e complementares às aprendizagens curriculares ligadas à aquisição de competências básicas e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educativo das crianças.

Enquadram-se no conceito de escola a tempo inteiro e constituem uma resposta partilhada e diversificada de apoio a escolas, aos alunos e famílias tendo em conta as realidades locais, adaptando os tempos de permanência dos alunos na escola às necessidades das famílias.

No ano letivo de 2014/2015 a Câmara Municipal de Redondo com base no protocolo de colaboração com o Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo promoveu as atividades nas áreas de educação musical, físico e desportivas (ginástica e natação) e expressão plástica. Estas atividades tiveram uma frequência de 227 crianças.

Atividades de animação e apoio à família

As Atividades de Animação e de Apoio à Família são constituídas pelo fornecimento de almoço e serviço de prolongamento de horário, procurando contribuir para o desenvolvimento integral de todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos de idade, que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar, procurando dar resposta aos agregados familiares que, por razões de ordem profissional ou outra, não possam acompanhar os seus educandos.

As Atividades são implementadas em regime de horário completo, que decorrem em 3 períodos distintos no período da manhã com o acolhimento que antecede as atividades da componente letiva (07:30h-09:00h), no período de almoço (12:00h às 14:00h), a partir do encerramento das atividades da componente letiva (16:00h-18:00h). Estas atividades são asseguradas pelas animadoras dos Centros Lúdicos de Redondo e Montoito e consistem em proporcionar às crianças atividades de animação diárias complementares das atividades educativas.

No ano letivo de 2014/2015 iniciaram-se as aulas de educação musical no Ensino Pré-Escolar.

Ocupação de Tempos Livres nos Períodos de Interrupção letiva

O projeto "Férias em Movimento" é um programa de animação, que visa promover a ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens no período de férias escolares, através da prática de atividades lúdico-pedagógicas e desportivas. Esta iniciativa destinada aos jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, decorreu durante as interrupções letivas da Páscoa, Verão e Natal de 2015, abrangendo cerca de 170 crianças. Às crianças que participam nesta iniciativa a autarquia garante o fornecimento do almoço na Cantina Escolar (Redondo e Montoito), as crianças do 1º escalão não pagam refeição e as do 2º escalão pagam 50% do valor da refeição.

Refeições

A Câmara Municipal de Redondo assegura, no âmbito do seu quadro de competências, a alimentação escolar às crianças que frequentam os estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar do concelho. No ano letivo de 2014/2015 foram fornecidas um total de 42996 refeições aos alunos o Pré-Escolar e 1º ciclo. Os alunos carenciados do 1º escalão, abrangidos pela ação social escolar (ASE), usufruem gratuitamente das refeições, os do 2º escalão tem uma redução de custo de 50% do valor estabelecido.

Atividades Lúdico Pedagógicas

A Câmara Municipal de Redondo tem apoiado e colaborado nas atividades do projeto educativo e pedagógico do Agrupamento de Escolas de Redondo, tanto a nível do Pré-escolar e 1º ciclo, como também no 2º, 3º ciclo e secundário.

A realçar:

- Carnaval das Escolas;
- Comemoração do Dia Mundial da Criança;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Festa de Natal das Escolas;
- Apoio à Comissão de Finalistas da Escola EB2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade;
- Apoio na realização da Semana Hernâni Cidade;

- Apoio nas visitas de estudo com a cedência do autocarro da autarquia;
- Apoio na cedência de transporte duas vezes por semana a crianças com necessidades especiais de educação;
- Apoio aos transportes e aos estágios dos cursos Profissionais e Vocacionais.

Apoio Psicológico no 1º Ciclo do Ensino Básico

A área de Psicologia e Psicopedagogia no 1º ciclo do EB, é desenvolvida em estreita colaboração com os Órgãos de Gestão dos Agrupamentos de Escolas, professores, encarregados de educação, pais, outros agentes formativos e profissionais, e serviços da comunidade, de forma a intervir nas problemáticas das crianças, que apresentem dificuldades de aprendizagem, problemas cognitivos, comportamentais, e/ou emocionais (afetivo-relacionais). Este serviço é assegurado pela psicóloga da Autarquia e tem como objetivo geral, otimizar o processo de aprendizagem e facilitar o desenvolvimento global das crianças do 1º ciclo do EB do Agrupamento de escolas do concelho de Redondo.

Transportes Escolares

Aos alunos matriculados no ensino obrigatório, residentes em locais não servidos por transportes públicos, e cujo estabelecimento de ensino da área de residência se encontre a mais de 3 quilómetros, o transporte é assegurado pelas viaturas da Autarquia.

No ano letivo de 2014/2015, as viaturas da Autarquia transportaram regularmente por dia:

Grau de Ensino	Nº de alunos transportados
Pré-Escolar	23
1ºciclo	47
2º Ciclo	5
3º Ciclo	9
Secundário	8

Os alunos do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico que utilizam o transporte público (Rodoviária do Alentejo) são abrangidos pelo subsídio de transporte escolar, num montante igual a 100% do custo dos transportes. Os alunos do Secundário são abrangidos pelo 1º escalão de ação social

escolar, o título de transporte é compartilhado na totalidade, os restantes pagam 50% do custo do transporte.

Os alunos do Ensino Secundário, que estudam fora do concelho, só têm direito ao subsídio de transporte se o curso pretendido não existir na Escola Básica 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

Conselho Municipal de Educação

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais, analisando e acompanhando o funcionamento do sistema e propondo ações adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Ao longo do ano de 2015, a Câmara Municipal forneceu todo o apoio logístico e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, tendo-se realizado um total de 2 reuniões.

Conselho Geral

Criados em 2008, os Conselhos Gerais têm como competências principais a definição das linhas orientadoras da atividade da escola ou agrupamento, a aprovação do projeto educativo, do regulamento interno e dos planos de atividades, bem como o acompanhamento da ação dos restantes órgãos da escola e a promoção do relacionamento com a comunidade. O Conselho Geral é composto por sete representantes dos docentes, dois do pessoal não docente, quatro dos pais e encarregados de educação, dois dos alunos, três da autarquia e três da comunidade (cooptados pelos restantes).

Sistema Integrado de Gestão e Aprendizagem/Portal Edubox

O SIGA/Edubox é uma ferramenta web que tem como objetivos a promoção de uma melhor educação, a melhoria das condições de ensino, a agilização dos processos e o aumento da eficiência dos serviços educativos. O SIGA contempla uma plataforma de gestão escolar que coadjuva os diversos intervenientes educativos – decisores políticos, professores, diretores das escolas, alunos, funcionários, encarregados de educação ou outros, na gestão dos vários processos que envolvem a educação, nomeadamente a gestão curricular, os transportes, a ação social, as refeições, o espaço e parque escolar e respetiva inventariação, as bibliotecas escolares e a gestão da sala de aula. Esta plataforma disponibiliza a todos os professores, alunos e encarregados de educação, uma plataforma de ensino assistido que permite a partilha de

documentos e a centralização de conteúdos de aprendizagem – manuais escolares, conteúdos digitais multimédia, modelos geradores de questões, kits educativos e jogos, chancelados pela Universidade de Aveiro, pelo rigor científico e pedagógico, e que permitem a aquisição de competências consideradas essenciais e estruturantes para o desenvolvimento de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

DESPORTO

Estamos convictos de que as autarquias devem construir modelos abertos de desenvolvimento que, de forma personalizada, se dirijam aos diferentes grupos etários da população. Baseada nestes pressupostos a Câmara Municipal de Redondo levou a cabo, mais um ano, um conjunto de atividades que visam o acesso à prática da atividade física ao maior número possível de cidadãos.

À Câmara Municipal interessa a formação de uma população fisicamente ativa, facto que pressupõe a prática de atividades que contribuam para o desenvolvimento das capacidades e habilidades motoras básicas de forma a processar-se uma integração de comportamentos atitudes e hábitos que acompanham o ser humano por toda a sua vida.

Programa de Promoção da Prática Desportiva

Para atingir um estilo de vida saudável, o papel da autarquia reveste-se de reconhecida importância, designadamente na criação de condições. Nestes termos, intervindo em todas as faixas etárias, organizaram-se atividades direcionadas para todos:

- Aulas de Natação e Hidroginástica;
- Caminhadas;
- Projeto Viver com Saúde, nas localidades de Foros da Fonte Seca, Aldeia da Serra, Santa Susana, Montoito, Aldeias de Montoito, Freixo e Redondo (incluindo também o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Redondo).

Em 2015 estiveram inscritos no “Projeto Viver com Saúde” 117 seniores das diversas localidades do Concelho.

Atividades ao Ar Livre

Todas as atividades tiveram como objetivo promover, de forma controlada e em segurança, a prática da atividade física nos espaços naturais para uma prática desportiva de carácter voluntário. Atividades:

- “Páscoa em Movimento”, “Verão em Movimento”, e “Natal em Movimento-2015” – destas atividades, de ocupação de tempos livres, constaram de jogos lúdicos, passeios, viagens,

acampamento e ações de sensibilização. Participaram em cada iniciativa, cerca de 170 jovens do Concelho.

Desenvolvimento da Educação Física das Escolas

Foram desenvolvidas as seguintes atividades desportivas com as escolas:

- Aula de Expressão Físico Motora e de Natação para todos os alunos das EB1, J. I. e Centro Infantil N.ª Sr.ª da Saúde;
- Protocolo de Cooperação com a EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade – a escola utiliza os recintos desportivos da autarquia para lecionar matérias de índole desportiva;
- Cedência de transportes para o Desporto Escolar da EB 2,3 e Secundária Dr. Hernâni Cidade.

Associativismo Desportivo

Mercê da dinâmica associativa e dos apoios camarários esta vertente têm conhecido o crescimento e a consolidação, quer ao nível da qualidade quer da quantidade, o nº de atletas e participações têm aumentado, perspetivando dinâmicas duradoras.

A manutenção e ampliação das infraestruturas é outra das apostas do Município, bem como a sua promoção junto de outras entidades com responsabilidades na área desportiva, a par da diversificação desportiva acolhendo novos públicos.

Este investimento assume-se como uma aposta estruturante ao nível da população e das novas gerações, com especial enfoque na formação de jovens, importa também ressaltar o trabalho em prol, das diversas direções e equipas técnicas que constituem as associações ligadas à prática desportiva.

No ano de 2015, a Câmara Municipal de Redondo atribuiu às associações desportivas concelhias, um total de 77.633,28€ (de referir que não estão contabilizados os valores com o fornecimento de gasóleo).

Para além do apoio financeiro atribuído, disponibilizaram-se uma série de serviços para apoio às coletividades nas diversas áreas, nomeadamente na cedência de materiais e meios humanos de apoio às provas desportivas e culturais, bem como no âmbito da conceção de cartazes. A par do referido, disponibilizou-se também apoio ao nível de:

- Coordenação das atividades desportivas exercidas semanalmente, pelas diversas Associações Locais, no Pavilhão Gimnodesportivo e no Polidesportivo;
- Apoio nos transportes para atividades desportivas – disponibilização de transporte para os clubes, em todos os jogos de todos os escalões e transporte para os treinos das camadas jovens do Redondense Futebol Clube, do Núcleo de Andebol de Redondo e do Montoito Sport Clube.

Organização de eventos Desportivos

Neste domínio destacam-se:

- Torneios Concelhios de Malha, Foros da Fonte Seca e Freixo;
- Participação na Festa da Malha 2015, em Borba;
- Torneio Inter-Associações, Futebol de 7 Feminino-Sub-20 em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol/Associação de Futebol de Évora.
- Organização em parceria com Associação de Atletismo de Évora da “Corrida da Liberdade – Redondo 2015” em 26 de Abril de 2015. Participaram no evento 240 atletas de diversos escalões, masculinos e femininos.

Instalações Desportivas Municipais

A autarquia coloca à disposição de todos um conjunto de instalações municipais, que podem ser utilizadas formal ou informalmente.

- Piscina Coberta;
- Pavilhão Gimnodesportivo;
- Mini Circuito Rodoviário;
- Polidesportivo;
- Piscina Descoberta;
- Pavilhão Polivalente de Montoito (em articulação com a Junta de Freguesia de Montoito);
- Parque Ambiental de Redondo.

Cultura

Tal como em tantos outros concelhos, a atividade cultural da autarquia de Redondo é desenvolvida há décadas com intervenções em vários domínios socioculturais e educativos. A vivência cultural é um dos fatores primordiais de coesão social entre os cidadãos.

Na sociedade globalizada em que vivemos, acreditamos que a Cultura desempenha um papel fulcral no desenvolvimento dos concelhos e dos territórios, funcionando como fator de afirmação e diferenciação. Neste sentido, a política cultural da autarquia de Redondo assenta na promoção e implementação de ações de natureza cultural que valorizem o património local, que possibilitem o contacto com uma programação cultural diversificada e de qualidade e que potenciem a criação artística, tendo como principal objetivo a promoção da cidadania, o desenvolvimento de massa crítica e a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

Neste processo, é fundamental que os diferentes agentes culturais do concelho estejam envolvidos, partilhando responsabilidades mas contribuindo para o efetivo desenvolvimento local. Deste modo, os objetivos mais gerais da política cultural passam evidentemente pela afirmação da identidade cultural do concelho mas, também, pelo seu desenvolvimento social (qualificação da população) e económico (qualificação da vida material da população). Estamos

naturalmente no plano da formação de públicos como complemento formativo à socialização, à educação formal e enquanto potenciadora da criatividade social, económica e cultural.

Programação Cultural Regular

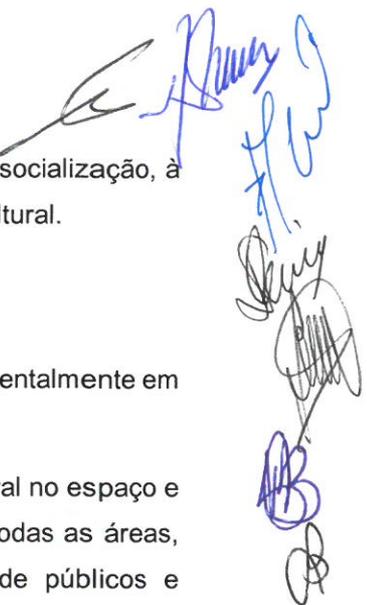
A programação cultural desenvolvida pelo Município de Redondo assenta fundamentalmente em quatro pilares que, de resto, dialogam entre si.

- Regularidade: é fundamental concretizar a estabilização da oferta cultural no espaço e no tempo promovendo o contato com projetos culturais e artísticos em todas as áreas, de uma forma regular, contribuindo deste modo para a formação de públicos e participação ativa na dinâmica cultural local.
- Ecletismo: considerando a quase inexistência de espaços de programação concorrentes e a vocação abrangente da autarquia na estratégia cultural, a programação cultural regular privilegia um modelo assente na possibilidade de diversificar a oferta cultural, em oposição a modelos de especialização como resultado da definição excessivamente segmentada de públicos-alvo.
- Promoção da cultura regional: sem prejuízo para a oferta transdisciplinar e de qualidade nacional/internacional, a programação cultural considera essencial a promoção dos agentes locais e regionais, não só como forma de estimular a sua qualificação como, também, de reconhecer o trabalho desenvolvido e valorizar o património cultural local.
- Formação de públicos: o papel do serviço educativo é crucial. Pode ser situado em dois planos. Em primeiro lugar, ao nível do trabalho desenvolvido junto de crianças através de projetos da Biblioteca Municipal de Redondo/Centro Lúdico, da rede de Museus de Redondo e do diálogo com o Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo. Em segundo lugar, ao nível da familiarização do público local com objetos de consumo cultural (através da oferta regular e diversificada de eventos com qualidade reconhecida) e, também, ao nível do trabalho desenvolvido pelos projetos municipais.

Outros Eventos Culturais

Tendo em conta a importância generalizada da democratização e descentralização da cultura na fruição dos tempos livres das populações, a programação cultural é ainda marcada pelas comemorações de acontecimentos culturais, sociais e políticos que atestam a importância dos eventos culturais enquanto instrumentos de coesão social e territorial. No decorrer de 2015, o Município de Redondo realizou os seguintes eventos/iniciativas:

- Comemoração do Dia de Ano Novo – Arruada;
- Comemoração do Dia de Reis;
- Homenagem ao Cante Alentejano;

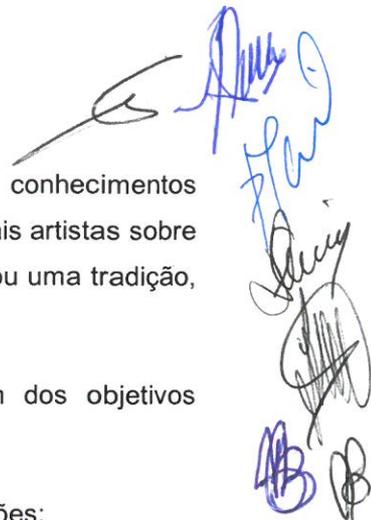


- Organização do Corso Carnavalesco;
- Participação na BTL com a promoção das Ruas Floridas.
- Iniciativa multicultural Saberes e Sabores de Outras Gentes – com a participação das comunidades de imigrantes residentes no concelho;
- Comemoração do Dia da Mulher;
- Concurso de fotografia “Um olhar sobre o concelho”
- Festival Internacional de Dança Contemporânea – parceiros.
- Organização, em colaboração com todas as Associações do Concelho, do 41º aniversário do 25 de Abril – onde pontificaram atividades ligadas à cultura e ao desporto durante um mês;
- Comemorações do Dia Internacional do Monumentos e Sítios;
- Organização da XXVIII Feira do Livro;
- Organização, em colaboração com a Unidade Pastoral de Redondo e o Conselho Pastoral da Paróquia de Redondo, da Semana da Fé;
- Comemorações do Dia Internacional dos Museus;
- Dia Mundial da Criança;
- 1º Concurso de Flauta de Bisel de Redondo;
- Organização das Ruas Floridas;
- Organização da 10ª Feira do Livro de Montoito;
- Feira de S. Francisco;
- Entrega do Prémio Literário Hernâni Cidade;
- Comemoração do mês do Idoso;
- Comemoração do Dia de S. Martinho;
- Organização da 4ª Feira do Livro de Natal;
- O Natal é aqui;

Exposições

Numa teia de relações transdisciplinares são apresentadas exposições que procuram estabelecer alguns canais de comunicação com os visitantes.





As exposições procuram dar visibilidade às diferentes correntes artísticas e conhecimentos científicos produzido, colocando em evidência a produção/criação de um ou mais artistas sobre factos relacionados com um acontecimento ou personagem, um ideal político ou uma tradição, entre outros temas que podem ser abordados.

As exposições apresentadas no decorrer de 2015 pretendem, para além dos objetivos educacionais, a promoção da cidadania e o desenvolvimento cultural.

Os diferentes equipamentos culturais acolheram em 2015 as seguintes exposições:

- Exposição "A matança do porco"
- Exposição "100 anos da Revista Orpheu"
- Exposição "Trajes Carnavalescos"
- Exposição "O Carnaval e as suas Tradições"
- Exposição "Mulheres ..."
- Exposição "Poetas Populares do Alentejo"
- Exposição "As Máscaras do Poeta: Desenhando Fernando Pessoa"
- Exposição "Capitães de Abril"
- Exposição "O 25 de Abril na poesia e na música"
- Exposição "Civilizações da Antiguidade"
- Exposição "Africanidades"
- Exposição "Santos Populares, Marchas e Manjericos"
- Exposição "As histórias que os avós nos contam"
- Exposição "Nossa Senhora de ao Pé da Cruz"
- Exposição "A Vida Cultural Redondense nos anos 40"
- Exposição "As Ruas Floridas _ artistas romenos"
- Exposição "Escritores do Neorrealismo"
- Exposição "Brinquedos Artesanais"
- Exposição "A família da criança é sempre uma...antes e depois"
- Exposição "De velhinho se torna menino"

- Exposição “Um olhar sobre o concelho”
- Exposição “Arte e ofícios”
- Exposição “ O Conto Tradicional – Memória, Identidade, Partilha”
- Exposição “Memórias da Olaria de Redondo”
- Exposição “Presépios”
- Exposição “ Brinquedos”

Cedência de equipamentos culturais

As cedências dos equipamentos culturais do município destinam-se, em grande parte, à realização de iniciativas – eventos culturais, conferências, encontros, etc...- cuja organização geral pertence essencialmente a entidades exteriores à autarquia, sendo, no entanto da responsabilidade desta, através dos serviços competentes, o funcionamento dos meios técnicos-materiais, a organização geral e a segurança. Importa referir que em 2015 todas as cedências foram deferidas, não se verificando qualquer tipo de pagamento.

O Município de Redondo estabeleceu acordos de colaboração e cedência de equipamentos com as seguintes entidades:

- Santa Casa da Misericórdia de Redondo
- Segurança Social – Centro Distrital de Évora
- Cerciostremoz
- Agrupamento Vertical de Escolas de Redondo
- Unidade Pastoral de Redondo
- Associação dos Trabalhadores do Município de Redondo
- Universidade de Évora
- Federação Distrital PS – Évora
- Escola de Dança 5ª Attitude
- Associação de Pais – AVRedondo
- UDIPSS – União Distrital das Instituições de Particulares de Solidariedade Social Évora
- Fundação Eugénio de Almeida
- Min. Saúde – Alentejo Central - Unidade de cuidados na comunidade de Redondo

- Centro de Documentação do Pão
- Sociedade Filarmónica Municipal Redondense



Apoio ao Movimento Associativo

A autarquia tem investido fortemente na preservação do legado cultural e, também, na oferta de bens culturais. Os apoios ao associativismo e aos agentes locais refletem essa preocupação. Mas, também a refletem o envolvimento nas festividades que reforçam os laços de coesão social das comunidades, a realização de certames e eventos ligados à cultura local.

No decorrer de 2015 procedeu-se quer ao atendimento, apoio técnico e logístico das associações/coletividades que se dirigiram, por escrito ou pessoalmente à edilidade, quer à atribuição de participações financeiras para auxiliar as mesmas na realização das suas atividades regulares e/ou pontuais. No que se refere a este último ponto, procedeu-se à atribuição de participações financeiras, num total de 98.395,55€.

De salientar também a cedência de transportes (verba não incluída nos valores acima referidos), a título gratuito, sempre que solicitados bem como as melhorias nas instalações.

Apoio à Terceira Idade

O Projeto Dinâmica Sénior existe desde abril de 2008, é constituído por todos os idosos, reformados e pensionistas que integram ou venham a integrar o Projeto Dinâmica Sénior. As atividades têm a duração aproximada de 2 horas e têm como objetivos: cultivar amizades e afetos entre os Idosos, contribuir para a valorização pessoal e social do Idoso, desenvolver novas formas de lazer e entretenimento, reforçar a autonomia do Idoso no sentido de retardar e evitar a sua dependência, proporcionar momentos de convívio e lazer, promover a integração social do Idoso, despertar a curiosidade e vontade do Idoso, estimular a atividade mental através da observação direta e trabalhar hábitos de higiene e limpeza.

Os locais onde regularmente se desenrolam as atividades e nº de idosos a frequentar.

- Redondo – Centro de Reformados de Redondo- 40
- Freixo - Casa do Povo do Freixo-25
- Santa Susana - Centro de Convívio de Santa Susana-25
- Foros – Antigo Jardim de Infância dos Foros da Fonte Seca-7
- Vinhas - Antiga escola primária da Vinhas-12

-Serra d'Ossa - Casa do Povo da Serra d'Ossa-15

-Obra de São José Operário - Lar de Montoito-15

Realização de atividade diárias:

Expressão Plástica (alguns exemplos) - agulheiro em feltro, moldura em madeira, garrafas em vidro pintadas, bonequinhos em lã, porta-chaves em feltro, guarda-joias reciclado, trabalhos com cartolina EVA, porta-tesouras, mobile em cartolina e flores em tecido

Expressão dramática - peças de teatro realizadas pelos idosos.

Atividades lúdicas -Passeios, intercâmbios, caminhadas e jogos lúdicos.

Atividades temáticas - comemoração do Natal, comemoração do Dia de Reis, comemoração do Dia das Comadres, Carnaval, Baile da Pinha, comemoração do Dia Mundial do Coração e Ruas Floridas.

Atividades em conjunto - Serviço educativo dos museus - trabalhos em barro; Centro Lúdico de Redondo - "Era uma vez" - peças de teatro; Espetáculo multidisciplinar-Centro Lúdico, Música viva, Viver com saúde; Feira do livro-biblioteca Municipal de Redondo; Serões à lareira-biblioteca municipal de redondo-polo de Montoito; Feira do Idoso-Gabinete de ação social; Esclarecimento da G.N.R. aos idosos sobre violência na 3ª idade, notas falsas e burla- Gabinete de ação social; Esclarecimento da UCC (Unidade de cuidados continuados) -Centro de saúde de Redondo aos idosos sobre "Gripe", a Diabetes, quedas, violência, benefícios sociais e direitos do idoso; Comemoração do dia da dança-alunos do 3ºano do 1ºciclo; Comemoração do dia da Poesia-alunos do 4ºano do 1ºciclo; A hora do conto-alunos do Jardim de Infância; Feira de outono-alunos do 1ºciclo; Documentários-Redondo e a Quaresma; Exposições e Cinemateca Sénior.

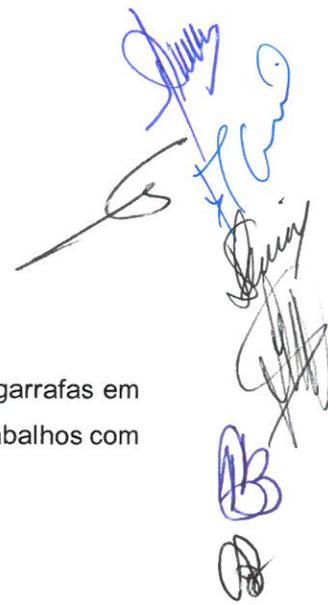
EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Os equipamentos culturais constituem espaços distintos de promoção e difusão de ações culturais fundamentais para o desenvolvimento equilibrado e harmonioso de uma sociedade e de um território. Hoje em dia a sociedade não dispensa a prática cultural, ou melhor, reconhece-a como uma condição elementar da vivência social do cidadão.

O concelho de Redondo dispõe de um conjunto de equipamentos culturais – Bibliotecas, Centros Lúdicos, Museus, Coliseu, Arquivo e Centro Cultural - que desempenham um papel fundamental no acesso à prática cultural.

Centro Cultural de Redondo

O Centro Cultural de Redondo combina uma arquitetura inovadora e arrojada com a traça tradicional, procurando o enquadramento paisagístico harmonioso de um complexo de



consideráveis dimensões. Este equipamento permite a realização de eventos culturais e artísticos como cinema, teatro, dança, exposições e concertos de música em diferentes espaços especialmente concebidos para o efeito: destaca a funcionalidade, conforto e estética agradável. Além disso, o auditório está equipado com duas salas de tradução simultânea, adequadas para a realização de congressos e seminários internacionais

Mais do que um mero equipamento cultural, o Centro Cultural de Redondo tem em vista contribuir para o desenvolvimento social da comunidade e, num plano mais alargado, para o desenvolvimento do Alentejo, associando-se à luta empreendida por esta região contra a desertificação do interior.

No decorrer de 2015 os blocos de programação foram preenchidos por um conjunto de eventos culturais que evidenciam a intensa e regular atividade do Centro Cultural, dos quais destacamos;

- 42 Sessões de cinema
- 12 Sessões de matiné infantil
- 8 Sessões de cinemateca sénior
- 2 Sessões de cinema – Ciclo Saberes e Sabores de outras Gentes
- 8 Espetáculos de teatro
- 3 Espetáculos de dança
- 9 Espetáculos de música
- 3 Conferencias/Seminários/Ações de formação
- 3 Espetáculos multidisciplinares
- 8 Oficinas de serviço educativo

Nos eventos mencionados e passíveis de registo de entrada, verificou-se uma assistência de 6 412 espetadores.

Núcleos Museológicos de Redondo

A Vila de Redondo, não obstante o vastíssimo património histórico e cultural concelhio não lhe coube em herança qualquer equipamento museológico que cumprisse territorialmente a sua missão.

Nesta perspetiva a Câmara Municipal de Redondo nas responsabilidades e nos interesses que lhe são inerentes encetou esforços na criação e fundação de uma rede de equipamentos que

foram, concebidos na perspetiva territorial e vocacionados para reunir, conservar, identificar e divulgar o património museológico e documental do concelho e da região.

Foi assumido que a criação destes equipamentos se deveriam constituir enquanto instrumentos ao serviço do desenvolvimento sociocultural do Concelho de Redondo e da própria Região Alentejo, sempre numa perspetiva de "museologia de comunidade", enquadrando todo o processo de desenvolvimento no envolvimento e na colaboração ativa dos residentes e instituições locais, regionais e internacionais.

A gestão do Museus é da responsabilidade da Câmara Municipal de Redondo e mantém nas suas premissas e missão a preservação, o estudo, a exposição e a interpretação de objetos materiais e imateriais representativos da identidade, da cultura, da história e do desenvolvimento de Redondo, independentemente da época histórica, dos vários tipos e fabricos, com especial incidência nos elementos associados à sua identidade e atividades de maior relevo.

Os Museus de Redondo assumem o papel que lhe cabe na formação de valores culturais, em articulação ativa com os demais agentes e instituições, promovendo não só uma função educacional de divulgação e contextualização da cultura e história da região mas, também, proporcionando experiências capazes de motivar a participação turística e o envolvimento ativo da comunidade.

O Município de Redondo tem vindo ao longo dos anos a desenvolver uma prática com vista à promoção do acesso à cultura e do enriquecimento do património cultural. Tendo isto como um dos seus pressupostos, fundou três museus – o Museu Regional do Vinho, o Museu do Barro e o EcoMuseu- que têm como missão/vocação promover e divulgar o património, como testemunho da sociedade e da cultura do concelho, valorizando as singularidades que constituem a sua identidade.

Neste sentido, ao longo do ano de 2015, os Museus continuaram a desenvolver um conjunto de atividades que visam promover o espólio de cada museu, bem como a educação do seu público para as questões patrimoniais características do concelho como forma de preservar e valorizar a identidade cultural.

Assim sendo, realizou-se as seguintes atividades:

Projeto Educativo, com diversas atividades relacionadas com o barro/vinho/património ambiental, junto das turmas de jardim-de-infância e 1.º ciclo do Centro Escolar de Redondo e Montoito, bem como com as turmas do Centro Infantil Nossa Senhora da Saúde;

- Comemoração da Noite de Reis;
- Comemoração do Dia Internacional dos Museus (18 Maio);
- Workshop "Cozinha em barro";

- "Ateliê de Primavera" em barro;
- Comemoração do dia de São Martinho;
- Exposição "Arte e Ofícios" no Centro Lúdico de Montoito;
- "Ateliê de moldagem" em barro;
- Participação nas Ruas Floridas;
- Atividades lúdico-pedagógicas nos museus;
- Colaboração em atividades com o Projeto Dinâmica Sénior;
- Colaboração em atividades com o Centro Lúdico de Redondo e Montoito;
- Colaboração em atividades com as férias em movimento;
- Exposição "Flores há muitas" no Museu Regional do Vinho; e
- Visitas guiadas regulares aos museus.



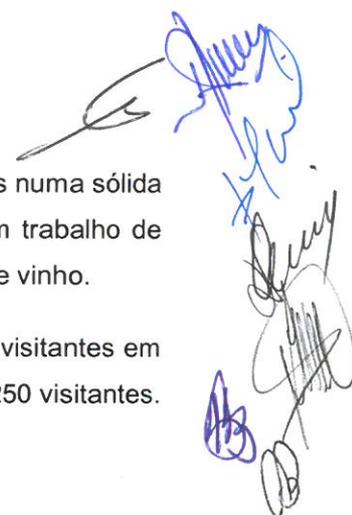
Museu Regional do Vinho de Redondo

Aberto ao público desde setembro de 2001, o Museu Regional do Vinho tem como principal vocação o da promoção e divulgação da tradição vitivinícola do Alentejo, como testemunho de uma sociedade e de uma cultura.

Simbolizando uma forte aposta da autarquia na promoção da identidade cultural do concelho, este espaço, que funciona em simultâneo com o posto de turismo, visa projetar a imagem do Alentejo vinhateiro despertando o interesse turístico por esta cultura que se assume como herança e testemunho transmitido ao longo de várias gerações.

Com um conceito e um percurso museológico ajustado à sua localização geográfica, o Museu Regional do Vinho apresenta um espólio permanente composto por mais de 200 peças, disposto de forma a reproduzir as várias etapas da atividade vinhateira, da qual fazem parte instrumentos agrícolas, objetos, imagens e textos associados à arte de fabrico do vinho, privilegiando o material cerâmico, característico deste centro produtor de cerâmica em que se está incluído.

Até um bom copo de vinho chegar à mesa, existe um longo percurso de tarefas vitivinícolas com várias fases bem definidas. São estes diferentes momentos que o museu apresenta. Da escolha e preparação da terra com clima favorável, à trasfega, passando pela seleção de castas apropriadas (plantação e enxertia), pela vindima, a pisa ou a fermentação, este museu oferece ao visitante uma viagem pela história intemporal deste néctar, cuja produção remonta aos primórdios da época romana.



No espaço do Museu Regional do Vinho podem ser visitadas exposições, assentes numa sólida componente formativa, que se traduz num Serviço Educativo permanente e num trabalho de proximidade levado a efeito junto da população, colaborando com os produtores de vinho.

Com base nestas premissas, este museu no ano de 2015 teve um acréscimo de visitantes em relação ao ano anterior, em parte por causa do evento Ruas Floridas, tendo tido 5250 visitantes.

Museu do Barro

O Museu do Barro foi inaugurado em Fevereiro de 2009, localizado no antigo Convento de Santo António, edificado no séc. XVII, assume-se como um equipamento de extrema importância na preservação e revitalização da olaria tradicional de Redondo. Nessa condição, integra uma exposição permanente, na qual se apresenta todo o processo de produção manual, desde a extração da matéria-prima até ao produto final sem esquecer o papel dos almocreves na sua divulgação e comercialização.

O museu pretende mostrar a importância da olaria, na economia local e na vida quotidiana das populações, revelando a utilização e domínio das técnicas de produção e as redes de distribuição. As peças expostas retratam épocas distintas e em cada uma delas está simbolicamente representado o artista que lhes deu vida como que, por magia, invocando os poderes da terra, da água, do ar e do fogo.

Este espaço propõe salvaguardar, divulgar e promover o estudo sobre a olaria de Redondo, esperando contribuir para aprofundar conhecimentos e preservar esta insubstituível herança cultural. Baseada nesta premissa, ao longo de vários anos, o Serviço Educativo dos Museus tem vindo a desenvolver atividades, desde da 1.º infância até ao público sénior, cujo principal objetivo é proporcionar a possibilidade de contato com esta matéria-prima (o barro) para assim conseguirmos revitalizar esta atividade cultural tradicional.

Ao longo do ano de 2015 este museu foi visitado por 2241 visitantes.

Ecomuseu

O Ecomuseu pretende sensibilizar a população para os valores naturais e culturais do concelho, contribuindo para a sua conservação e promoção. Reavivando memórias e valorizando elementos locais, espera-se contribuir para que a população de Redondo reforce o sentimento de pertença e de identidade. O Ecomuseu tem como missão investigar, conservar, interpretar e difundir testemunhos da paisagem natural e da ocupação humana do território.

O Centro de Acolhimento do Ecomuseu foi recurso para as seguintes ações:

- Apoio e colaboração nas saídas de campo dos Caminheiros da Casa do Povo do Freixo – “Por esses campos fora...”
- Dia da Mundial da Árvore

- Percurso das Antas e do Freixo – Concurso/ workshop fotografia
- Passeio Micológico

Enoteca

Este equipamento revela, a cada ano que passa, a multifuncionalidade de um espaço que para além da sua principal função - aproximar a cultura do vinho dos consumidores e interessados, apresenta ainda um conjunto de eventos e iniciativas que favorecem a integração das diversas potencialidades do concelho de Redondo.

A tradicional noite de fados (3) e outros espetáculos de natureza musical (2), a apresentação de publicações (2), espetáculo de dança (1) e workshops (2), não esquecendo a comemoração da noite de Reis, foram algumas das atividades apresentadas em 2015 na Enoteca.

Coliseu de Redondo

Dotado de condições para diversos tipos de espetáculos, o Coliseu de Redondo alia o conforto e funcionalidade a uma arquitetura vanguardista, características que o tornam num equipamento referenciado regionalmente.

O facto de este equipamento ter uma cobertura em madeira - uma das poucas existentes em todo o país - confere-lhe uma polivalência que vem alargar a capacidade da autarquia em acolher eventos diversos no concelho. Para além de espetáculos tauromáquicos, este equipamento está vocacionado para acolher espetáculos de variedades, dramatúrgicos e outro tipo de eventos. O Coliseu de Redondo dispõe ainda de equipamento de luz e som e também de um palco amovível com as dimensões 12x10.

Em 2015 o Coliseu acolheu os seguintes eventos:

- 2 Corridas de Toiros – Responsabilidade ATR (Associação Tauromáquica Redondense)
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher
- Comemorações do 25 de Abril – apresentação, nos dias 24 e 25, de diversos espetáculos musicais e etnográficos
- Festa de encerramento de Ano Letivo

Biblioteca Municipal de Redondo e Biblioteca Itinerante

Atividades realizadas durante o ano de 2015.

Programas de incentivo à leitura

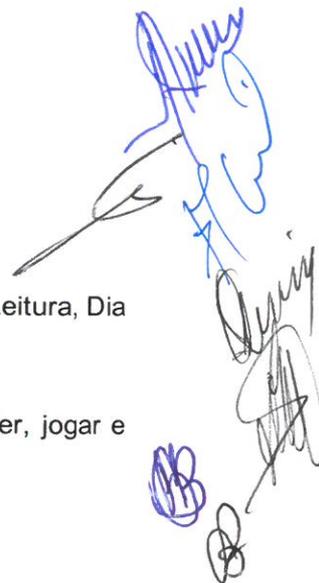
- Organização de exposições;
- Serviço de empréstimo de livros, revistas, jornais, e DVD's;
- Comemorações de dias temáticos alusivos ao Dia Mundial da Poesia, Semana da Leitura, Dia Mundial do Livro, Dia da Musica;
- Animação da Biblioteca na Piscina Municipal Descoberta: "Mergulhar na leitura" -ler, jogar e brincar.
- Sábados animados: Atelier de origami; Atelier de Histórias; Atelier de tricô e leituras
- Serões de Contos à Lareira;
- Projeto "Ler em qualquer Lugar", colocação de obras literárias para empréstimo domiciliário no Café Concerto do Centro Cultural de Redondo;
- Comunicações e palestras
- Apresentação de obras literárias
- Autor do Mês;
- Feiras do livro de Maio e feira do livro de Natal
- Colaboração na organização do concurso Literário Dr. Hernâni;
- Colaboração ena organização do concurso literário de Poesia Popular

A biblioteca itinerante assegurou animação da leitura e demais ateliers de expressões em todas povoações do Concelho (com exceção de Redondo), possibilitando a consulta e requisições de livros, jogos, CD's e DVD's; Apoio ao gabinete de Ação Social no Concelho.

Centro Lúdico de Redondo

A funcionar desde 2004, nas instalações da Biblioteca Municipal, o Centro Lúdico de Redondo, situado na Rua D. Arnilda Eliezer Kamenezky é um espaço lúdico destinado a crianças até aos 16 anos de idade. No entanto as crianças com idade inferior aos 6 anos devem fazer-se acompanhar de um adulto ou alguém responsável maior de 16 anos. É um espaço que a criança utiliza quando quer brincar.

No Centro Lúdico, o livro, o brinquedo, o jogo, a expressão plástica e a expressão dramática complementam-se de forma a proporcionar aos utentes um ambiente de liberdade e convívio. Proporcionando também o desenvolvimento harmonioso, para que as crianças possam crescer como pessoas ativas e participativas na sociedade a que pertencem. É através de vários ateliers (pintura, colagem, modelagem...), que o ato criativo acontece.



Os objetivos são:

- Promover o livro e a leitura;
- Promover o encontro intergeracional;
- Facultar o acesso a brinquedos, jogos, livros;
- Sensibilizar para a importância do brincar, ler e comunicar;
- Proporcionar experiências que levem ao desenvolvimento da imaginação, criatividade, expressão e socialização;
- Ocupar os tempos livres das crianças e jovens com atividades lúdicas e recreativas num ambiente estável;
- Cativar pais, educadores e comunidade me geral a participar nas atividades promovidas pelo Centro Lúdico;
- Proporcionar atividades que levem a criança a estimular a fantasia e a imaginação;

O Centro Lúdico disponibiliza um leque abrangente de atividades no âmbito das expressões lúdicas e culturais. Tais como:

- Ateliês de expressão plástica, corporal e musical;
- Sessões de contos;
- Realização de jogos onde os utentes utilizam os diversos recursos do Centro Lúdico;
- Comemoração de dias temáticos (S. Martinho, Halloween, Natal, Carnaval, 25 abril, Dia da Crianças...);
- Exibição de filmes;
- AEC'S
- Projeto "Era uma vez ... "com o Serviço Educativo dos Museus para o Jardim infância do Centro Escolar de Redondo;
- Participação na festa de Natal com o agrupamento de escolas de Redondo
- Participação na elaboração dos fatos para o Carnaval das Escolas;
- Ornamentação da Rua D. Arnilda Eliezer Kamenezki, nas Ruas Floridas 2015;
- Projeto "Era uma vez...", apresentação de diversas peças de teatro;

Biblioteca Municipal - Pólo de Montoito

Atividades realizadas durante o ano de 2015.

- Programas de incentivo à leitura
- Organização de exposições:
 - Exposição “A matança do porco no Alentejo”
 - Exposição “Trajes carnavalescos”;
 - Exposição “Mulheres...”
 - Exposição “Capitães de Abril”
 - Exposição “Brinquedos Artesanais”
 - Exposição “De velhinho se torna menino” (exposição de trabalhos realizados pelos idosos da dinâmica sénior)
 - Exposição “Arte e Ofícios, cerâmica de Luís Carlos.
- Serviço de empréstimo de livros, revistas, jornais, e DVD's;
- Autor do mês;
- Livro do mês:
- Poema do mês:
- Comemorações de dias temáticos alusivos ao Dia de Reis; Dia Internacional da Mulher, Dia Mundial da Poesia, Dia Mundial do Livro, Dia do livro Infantil, 25 de Abril, Dia da Musica, Dia do Idoso;
- Participação na estafeta de contos das palavras andarilhas da biblioteca municipal de Beja: recebemos a contadora de histórias Brú Junça de Évora e levamos o testemunho até à biblioteca escolar da escola secundária de Moura.
- Sábados com História durante o mês de Abril.
- Caminhada noturna de livros com serão de contos ao luar.
- Sábados de Jogos: Jogos de mesa e tabuleiro
- Organização da feira do livro em Setembro
- Leituras juvenis dos livros “Uma aventura...” de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada;
- “Os poetas da nossa terra” (tarde de poesia com poetas da terra);



Centro Lúdico de Montoito

- Ateliers de Expressão Plástica, corporal e musical;
- Atelier de escrita criativa
- Sessão de contos para a promoção do livro e motivação para a leitura;
- Realização de jogos diversos existentes do Centro Lúdico;
- Exibição de filmes infanto-juvenis em DVD;
- Jogos dinâmicos de grupos
- Jogos Lúdicos
- Receção da estafeta de contos das palavras andarilhas da Biblioteca de Beja, com sessão de contos com a contadora Brú Junça de Évora.
- Comemoração de dias temáticos:
 - Dia de Reis, com um atelier de construção de coroas de reis e Cantares pelas ruas da vila de Montoito.
 - Dia de compadres e comadres (pesquisa orientada sobre esta tradição).
 - Dia do Livro Infantil com Sábados com histórias;
 - 25 de Abril: através da apresentação às turmas de Jardim-de-infância e 1ºciclo, da história "O país das pessoas tristes", seguido de escrita criativa e construção de um mural;
 - "Chá de Histórias com miminhos para a mãe",
 - Comemoração do Dia Internacional da Família, com uma hora dedicada ao conto "A colcha feita de bocadinhos de família";
 - Dia da Criança: com a apresentação de várias atividades lúdicas (pinturas faciais, balões divertidos, jogos tradicionais), em parceria com a Sociedade União Montoitense.
 - "Avó, conta-me uma história!" - Comemoração do dia dos avós.
- Halloween
- São Martinho, com apresentação da lenda e seguido de jogos no largo do coreto.
- Comemoração do Dia do Pijama com noite de contos ("de pijaminha vestido... há luz da lanterna... ao som das histórias. Adormecemos a olhar as estrelas...")



Arquivo Municipal

O Arquivo Municipal de Redondo surge da necessidade de um serviço que organizasse e disponibilizasse a informação de forma eficaz e eficiente à Entidade Produtora do mesmo (arquivo intermédio) e da necessidade de preservar e divulgar o património documental do concelho (arquivo histórico). Tendo como base o PARAM, abre em 2006 o Arquivo Municipal de Redondo num edifício preparado para acondicionar a documentação e simultaneamente a história deste concelho. O Arquivo Municipal tem por missão a organização, tratamento e consequente difusão da documentação sob sua custódia. Pretende-se contribuir para a salvaguarda de um património, que pertence a todos nós.

O Arquivo Municipal de Redondo tendo como missão a organização e posterior divulgação da informação documental que lhe está inerente, tem a iniciativa e a responsabilidade de dar a conhecer o seu património documental através de diferentes atividades. As exposições são uma vertente dessas atividades bem como as visitas guiadas programadas para um público-alvo específico.

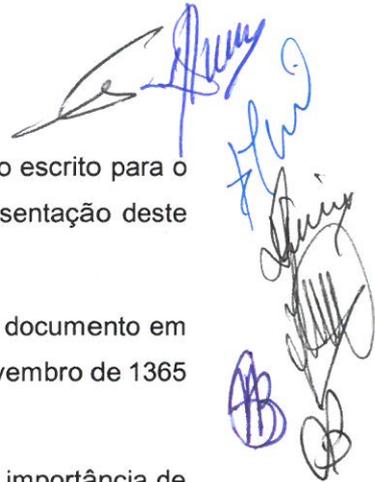
Presentemente, o Arquivo Municipal de Redondo é detentor de nove fundos: Câmara Municipal de Redondo, Administração do Concelho de Redondo, Celeiro Comum, Junta de Freguesia de Redondo, Junta de Freguesia de Montoito, Irmandade das Almas de Redondo, Irmandade do Santíssimo Sacramento de Redondo, Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Redondo, Ordem Terceira de São Francisco de Redondo (Em atualização). Esta informação encontra-se disponível e para consulta no site do Município.

O Arquivo Municipal de Redondo presta serviços de ação educativa através de visitas guiadas, de “intercâmbio” de conhecimentos através da “Dinâmica Sénior” (projeto do Município de Redondo que integra e interage com os idosos) e do público em geral através de exposições, que dão a conhecer os documentos à guarda deste arquivo.

O Arquivo Municipal aderiu à Rota dos Arquivos do Alentejo, uma iniciativa coordenada pelo Arquivo Distrital de Évora destinada a dar a conhecer o património arquivístico da região.

Espera-se através desta iniciativa dar a conhecer os documentos sob a custódia do Arquivo Municipal a um público mais vasto, uma vez que o **Catálogo** e os **Índices** (instrumentos de descrição documental) estão acessíveis on-line através do site <http://rotaarquivosalentejo.wix.com/rotaarquivosalentejo> e, através da página do Facebook <https://www.facebook.com/rotadosarquivosdoalentejo>. Onde os visitantes também ficam informados das exposições em curso e poderão marcar uma visita guiada ao arquivo.

A exposição intitulada “A vida cultural redondense nos anos 40” foi composta por vinte quadros com cartazes alusivos a espetáculos (circos, filmes e festas) decorridos no concelho durante a década de 40. A exposição realizou-se durante o evento “Ruas Floridas”, os quadros foram decorados com flores de papel alusivos a esta festa tradicional.



“O Arquivo Municipal de Redondo: a identidade de um povo” foi o título do artigo escrito para o Boletim do Arquivo Distrital de Évora n.º3. No referido artigo é feita uma apresentação deste Arquivo Municipal e das suas funcionalidades.

A ter em nota que o Dr. Duarte Catalão doou a Redondo e aos Redondenses, documento em pergaminho que completou no dia da sua entrega a idade de 650 anos (07 de novembro de 1365 / 07 de novembro de 2015).

Ao referido documento à guarda do Arquivo Municipal de Redondo, cabe-lhe a importância de ser o registo escrito mais antigo do espólio deste arquivo, anterior ao próprio foral concelhio. Trata-se de um documento notarial em excelente estado de conservação. A par da doação do manuscrito o Dr. Duarte Catalão, entregou ainda um minucioso estudo e transcrição do mesmo de sua autoria.

Desta forma, a preservação e valorização do património documental permite a investigadores e historiadores a divulgação da nossa história local através da publicação de artigos e livros como foi também o caso do livro do Dr. José Calado “Ruas com história”, baseado em documentos do Arquivo Municipal.

A história desta vila e das suas gentes está perpetuada na documentação sob custódia do Município de Redondo, no Arquivo Municipal. Porque a história deste concelho concentra em si muitas estórias, vivências e saberes.

Gabinete de Informação

O Gabinete de Informação do Município de Redondo (GINFO) assume-se hoje como uma estrutura essencial ao trabalho municipal, desempenhando um papel fundamental na promoção e divulgação daquela que é a atividade institucional contribuindo para a sua evolução, tendo sempre como missão fundamental a resposta ao cidadão.

A sua importância enquanto descentralizador de conteúdos estende-se simultaneamente à agilização da comunicação interna entre os diversos serviços, contribuindo indiretamente para a sua potenciação e maximização, e ainda para a promoção e afirmação generalizada da identidade municipal.

A adoção do novo modelo de sítio municipal veio compulsar uma nova realidade na qual se tornou necessária a disponibilização de mais e melhor informação aos seus utilizadores tendo sempre o rigor, o dinamismo e a transparência como elementos incontornáveis no seu modelo de atuação.

Como resultado das novas formas de comunicação que atualmente se impõem, tornou-se obrigatória a presença do Município de Redondo nas redes sociais. A adesão ao Facebook, que cumpriu recentemente um ano, configura uma mudança na comunicação entre a instituição e o

município estreitando posições e abrindo novas possibilidades. A crescente presença do Município de Redondo na rede reflete um trabalho sólido com tendência a evoluir.

A Agenda Cultural de Redondo, intimamente relacionada com a programação cultural, configura igualmente um importante foco de trabalho do GINFO. Numa primeira fase exige uma avaliação e triagem constante das inúmeras propostas, bem como a sua compilação, culminando depois na produção gráfica, revisão, pré-impressão e distribuição.

Ainda no âmbito do trabalho gráfico, o GINFO é responsável por todo o grafismo do município (cartazes, flyers, folhetos etc....) estabelecendo também a ponte entre a instituição e as inúmeras associações, coletividades e grupos locais prestando-lhes apoio na elaboração e impressão de cartazes e flyers de forma a facilitar e fomentar a sua atividade.

Suportes de comunicação	Canal utilizado
Agenda Cultural	Publicação, e-mail, distribuição domiciliária, afixação em locais públicos dentro e fora do concelho
Cartazes A3 e A4	Distribuição em diversos locais do concelho
Flyers	Distribuição nas escolas e locais públicos do concelho
Folheto de exposição	Distribuição concentrada no Centro Cultural de Redondo (visitantes)
Folhas de Sala	Distribuição concentrada no Centro Cultural de Redondo (espectadores)
Newsletter	Envio por e-mail para particulares, imprensa e entidades culturais.
Notas de imprensa	Publicação no site da Câmara Municipal de Redondo. Envio por e-mail para a comunicação social
Site da Câmara Municipal de Redondo	Internet
Facebook, Youtube, Issuu, Vimeo	internet

Turismo

O Pelouro do Turismo, renova e persiste nas suas intenções de alavancar a sua ação nas potencialidades das suas gentes dos seus equipamentos e beleza natural do território, conjugando a centralidade estratégica a par de uma oferta diferenciadora ao nível local, promovendo o turismo de "produto". Sendo uma terra de forte identidade alentejana, o enfoque na marca "REDONDO", assume-me da maior importância, onde os seus agentes económicos, culturais, desportivos e institucionais têm uma palavra incontornável no empreendimento e na prossecução deste objetivo.

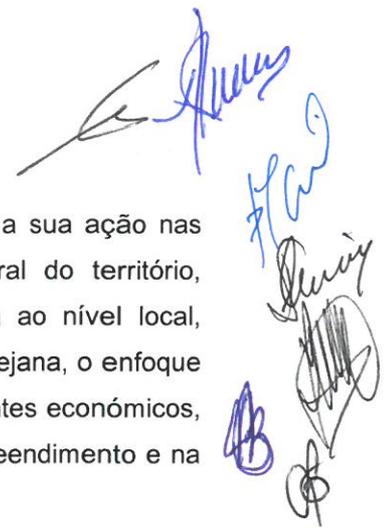
O Município de Redondo no reconhecimento que dedica ao turismo enquanto atividade crucial para desenvolvimento da economia, do território e das suas gentes, reflete a suas ações na aproximação e na articulação com toda a sociedade civil local.

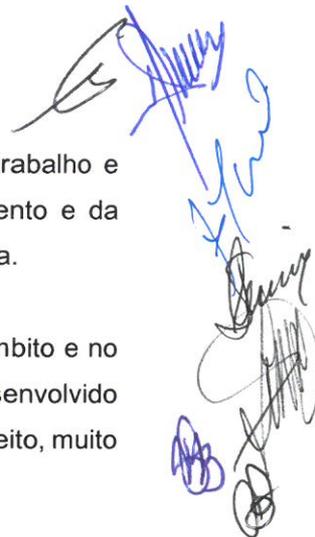
Só desta forma se conseguirá minorar os efeitos nefastos da interioridade e da baixa densidade populacional do território, que é fortemente penalizada pela concorrência e competitividade do sector, nomeadamente do litoral e zonas de alta densidade populacional, que absorvem em toda a linha as atenções das políticas centrais e conseqüentemente dos investimentos de relevo.

No entendimento sobre esta matéria reforçamos o desígnio incontornável na união de esforços direcionados para estratégias coletivas e diferenciadoras para o território Alentejo, entre decisores autárquicos em plena articulação com os seus agentes privados e com o natural e decisivo apoio de entidades como a ERTA, CCDR; CIMAC e ADRAL e outras, em ações que integrem e conduzam os vários setores e território na prossecução de objetivos abrangentes e em escala que visem uma estratégia de combate à interioridade e à baixa densidade populacional.

Conscientes da dificuldade que esta visão enfrenta, dos interesses político partidários subjacentes a que algumas entidades se encontram amarradas, continuamos a acreditar ser possível a sua implementação, que conduzirá naturalmente ao reforço territorial à preservação cultural e histórica, naquela que deve ser a sua missão e estratégia potenciando naturalmente o Turismo que é economia, no concelho e no Alentejo.

A missão que se entende para o concelho visa criar as condições para o reforço da coesão social, na criação de um destino turístico competitivo e diferenciador que alavanque as condições para o desenvolvimento de um sistema de atividades de turismo e lazer que valorizem os recursos e as identidades locais de forma a corresponderem às oportunidades do futuro, no prosseguimento de objetivos de desenvolvimento económico, qualidade de vida das populações e sustentabilidade no longo prazo.





No decurso do ano de 2015 reforçamos as participações, iniciativas, reuniões de trabalho e colaborações com inúmeras entidades públicas e privadas, em prol do conhecimento e da promoção do concelho e dos seus agentes económicos e culturais na vertente turística.

Na perspetiva que traçamos, apresentamos algumas das ações desenvolvidas no âmbito e no período. Importa no entanto referir que esta informação não esgota o trabalho que é desenvolvido pelo Município nesta vertente e que estamos conscientes que embora com trabalho já feito, muito mais há a fazer.

- Participação na BTL- 2015 – Pavilhão do Alentejo-Lisboa
- Reuniões de trabalho (Alentejo 4 ALL);
- Reuniões de trabalho (Alentejo Bom Gosto);
- Reuniões de trabalho (Atividade Turística da ERTA);
- Reuniões de trabalho (Turismo Equestre);
- Reuniões de trabalho (Turismo Cinegético);
- Reuniões de trabalho do Turismo Náutico;
- Reuniões de trabalho -“PR4-Roteiro Eremitas” -CMR/ERT/Conv.S.Paulo/SAL;.
- Fehispor- Feira Badajoz (participação do Concelho);
- Transtagana – Roteiros (reuniões de trabalho-CIMAC);
- Alentejo a Pé – Roteiros (reuniões de trabalho-CCDR);
- Reunião de trabalho – Plano Estratégico Touring Cultural Paisagístico;
- Dinamização Turística (Casa do Alentejo);
- Dinamização Enoturística (Vinireguengos);
- Dinamização Turístico-Economica do Mercado Municipal;
- Dinamização Turístico-Economica do período do Natal;
- Reuniões de Trabalho com Adegas/Produtores;
- Reuniões de Trabalho com Restauração;
- Reuniões de Trabalho com os Alojamentos;
- Reuniões de Trabalho com as Olarias;
- Reuniões de Trabalho c/Empresas de Animação Turística e Operadores;
- Percursos “Um Passeio Redondo” – Conclusão;
- Evento Ruas Floridas-2015;
- Ruas Floridas 2015- Candidaturas a Concursos e Prémios de relevo;
- Projecto Geo Location –Google (equipamentos e agentes económicos)
- Estudo e alavancagem do Website Camarário e Redes Sociais

GAS

O Gabinete de Ação Social de Redondo (GAS) desenvolve a sua atividade tendo como objetivo principal contribuir para a minimização das carências sociais dos munícipes, promovendo a

capacitação e promoção das competências e privilegiando, sempre que possível, uma intervenção “com” o utente em detrimento de “para” o utente.

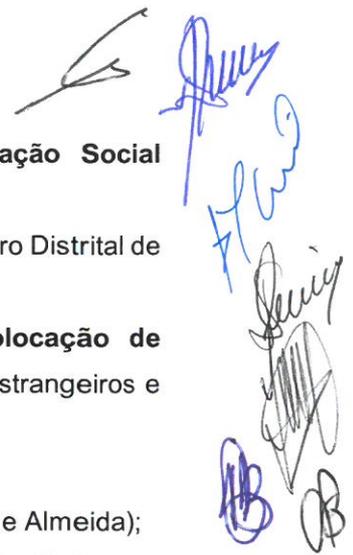
Por outro lado, assume especial relevância a articulação e dialogo com os parceiros sociais (sejam em parcerias formalmente constituídas ou não), evitando-se dispersão de meios e a duplicação de intervenções, por um lado, e garantindo medidas de apoio mais concretas e respostas mais qualificadas, por outro. Cremos que só assim será possível fazer mais e melhor. Tendo em conta o anteriormente exposto, as atividades do GAS inserem-se em três grandes categorias:

- Ação Social Direta, em sede de Gabinete ou atendimento nas localidades;
- Ação Social Institucional, em sede de parceria institucional (formal ou não);
- Ação Social Comunitária, em sede de concretização de projetos socioculturais, ações de divulgação/sensibilização e outros;

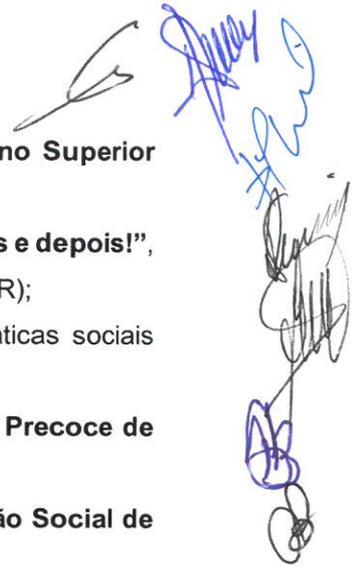
Deste modo, em 2015 a ação do GAS desenvolveu-se como descriminamos abaixo:

- Análise de candidaturas do **Cartão Municipal do Idoso/Cartão Municipal do Reformado e Pensionista**, num total de 653 (43 novos utentes, 561 renovações e 58 não atribuídos);
- Atendimentos aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso/Cartão Municipal do Reformado e Pensionista nas localidades e em sede de Gabinete;
- Continuação dos trabalhos relativos à criação da **Rede de Apoio Integrada**, junto do comércio local do concelho, no âmbito do Cartão Municipal do Reformado e Pensionista;
- Dinamização e implementação do **Projeto “SOS Afetos”** (56 agregados familiares);
- Dinamização e implementação do **Projeto “Voluntariado de Afetos”**, em apoio a atividades como “ES+ (Alfabetização Sénior)”, “Mês Aventura” (Centro Infantil N^a Sr^a da Saúde), “Dia Internacional para Erradicação da Pobreza” (EAPN), Projeto “Mimóção” (Município de Redondo), “Ruas Floridas 2015” (Município de Redondo), “O Natal é aqui” (Município de Redondo) e vigilância/encaminhamento de utentes nas Corridas de Toiros;
- Organização das inscrições para o **Almoço de Reformados e Pensionistas**;
- Distribuição de **cabazes**:
 - Famílias carenciadas com menores a cargo: através da Câmara Municipal de Redondo;
 - Idosos com fracos recursos: através da Associação Coração Delta.
- Acompanhamento/encaminhamento/elaboração de **Relatórios Sociais** referentes a situações sociais detetadas;
- Elaboração de relatórios sociais referentes a candidaturas ao **Programa Municipal de Apoio a Melhorias Habitacionais do Concelho de Redondo**;
- Elaboração de relatórios sociais referentes a candidaturas ao **Normativo de Atribuição da Tarifa Social** (Tabela de Tarifas artº 12);
- Reunião com o Agrupamento de Escolas de Redondo, a fim de dar conhecimento do novo **Serviço Multidisciplinar** (Psicologia, Serviço Social e Terapia da Fala) do Gabinete de Ação Social de Redondo;

- **Apoio multidisciplinar** (Psicologia, Serviço Social e Terapia da Fala) a aluna do 1.º Ciclo do ensino básico: 1254 consultas de psicologia; consultas de terapia da fala e 330 atendimentos a encarregados de educação;
- **Atendimentos sociais aos encarregados de educação** e consequentes encaminhamentos sociais (Cáritas Diocesana de Évora, Gabinete de Apoio à Família e Tribunal Judicial de Redondo) e médicos (através do médico de família e/ou psicóloga – Centro de Saúde de Redondo e Consultas de Desenvolvimento Infantil – HESE);
- **Intervenção psicológica e supervisão a professores, auxiliares de ação educativa e funcionárias das cantinas**, de forma a colmatar as necessidades de âmbito psicopedagógico sentidas no contexto escolar;
- **Reuniões de avaliação com os professores titulares das crianças**, na sequência do acompanhamento multidisciplinar;
- Participação em **reuniões intercalares e de final de período e ano letivos** com a Equipa Docente do 1.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Redondo;
- Realização de **relatórios multidisciplinares** relativos ao acompanhamento realizado nos finais dos períodos e ano letivos e consequente encaminhamento dos mesmos para as entidades parceiras;
- **Reunião com a Equipa de Intervenção Precoce de Redondo**, a fim de serem passados os casos para acompanhamento psicossocial no presente ano letivo;
- Reunião com a **Equipa de Ensino Especial de Redondo**, com vista à passagem de informação relativa aos casos acompanhados por ambos os serviços;
- **Reunião de parceiros conjuntamente com a Equipa Multidisciplinar de Assistência aos Tribunais (EMAT)** para discussão/análise de casos (6 reuniões);
- **Atendimentos sociais** realizados a diversos munícipes de acordo com problemáticas como a sua integração profissional, a cedência de possíveis apoios (alimentação, despesas mensais) e a procura de habitação social. Posteriormente, terão sido despoletados os encaminhamentos sociais para as entidades competentes para o efeito e os respetivos relatórios das ocorrências;
- **Participação em reunião do Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco**, conjuntamente com todos os parceiros sociais, realizado pela Equipa Técnica da Unidade de Cuidados na Comunidade;
- Participação em **reunião de discussão de casos** com as Equipas Técnicas do Gabinete de Apoio à Família e Equipa de Intervenção Precoce da Santa Casa da Misericórdia de Redondo;
- Participação na formação em **“Mediação Familiar e Intervenção Social”**, promovida pela EAPN de Évora (Rede Europeia Anti Pobreza);
- Participação no Fórum **“Formas inovadoras para a inclusão social”**, organizado pela Câmara Municipal de Évora;
- Participação na ação de formação da **PORDATA**;
- Participação em Workshop **“Igualdade de Género”**;



- Presença na **Cerimonia de assinaturas de Acordos de Cooperação Social** (Segurança Social);
- Participação no Encontro **“Estratégias de Envelhecimento Ativo”** (Centro Distrital de Segurança Social de Évora);
- Participação em reunião sobre o **Mecanismo Europeu de Recolocação de Refugiados**, realizada na Delegação Regional de Évora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- Participação no **“1º Encontro Distrital de CPCJ’s do Alentejo”**;
- Participação na **Escola de Verão de Voluntariado** (Fundação Eugénio de Almeida);
- Participação na formação **“Crianças Felizes – Tecer Redes de Relações Construtivas”**;
- Participação na ação de formação **“Maus Tratos a Crianças e Jovens”**, da responsabilidade da Unidade de Cuidados na Comunidade (2 sessões);
- Atividade desenvolvida em articulação com os Professores de Expressões do Agrupamento de Escolas de Redondo, integrada no **Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social** (sessões desenvolvidas em todas as turmas de 1: Ciclo em Redondo e Montoito);
- Participação em **grupo de trabalho para definição de formas de articulação de parcerias** no âmbito dos apoios sociais;
- Reunião de parceiros sociais com vista ao possível **apoio prestado a uma família carenciada** do concelho;
- Reuniões com parceiros para **definição de procedimentos de articulação/encaminhamento de casos psicossociais** (Cáritas Diocesana; Agrupamento Vertical de Redondo);
- Reunião da **Plataforma PMATE** para a introdução dos processos relativos à Ação Social Escolar (2 reuniões);
- Participação nas reuniões de **Conselho Geral de Educação** (5 reuniões anuais);
- Participação na **X Semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis**, promovida pela Associação Chão dos Meninos, com a temática **“Os Direitos da Criança”**;
- **Caminhada** pelos Direitos da Criança;
- Distribuição de **folheto informativo** (relativo à Ação Social Escolar) entregue a todos os Encarregados de Educação do pré-escolar e 1.º Ciclo, no dia da apresentação do ano letivo;
- **Receção e organização dos processos relativos à Ação Social Escolar**, no que respeita ao ano letivo 2015/2016 e consequente articulação com a Secretaria do Agrupamento de Escolas de Redondo (refeições escolares) e a Papelaria Aquarela (material escolar);
- Instrução de processos de **alterações de escalão** de Ação Social Escolar;
- Participação no processo de definição das linhas gerais da Candidatura ao **Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social 3G**;



- Processo de candidaturas à **Atribuição de Bolsa de Estudo ao Ensino Superior Público**;
- Apresentação da Exposição “**A família da criança é sempre uma ... antes e depois!**”, na Biblioteca Escolar Dr. Hernâni Cidade e no Dia da Criança (junto ao CCR);
- Participação em **ações de formação/capacitação** sobre diversas temáticas sociais desenvolvidas pela EAPN;
- Representação do Município em **Reuniões da Equipa de Intervenção Precoce de Redondo**;
- Representação do Município em **Reuniões de Núcleo Local de Inserção Social de Redondo**;
- Representação do Município em **Reuniões da Plataforma Territorial Supraconcelhia do Alentejo Central**;
- Realização de **Reuniões do Núcleo Executivo e Conselho Local de Ação Social da Rede Social**;

FATOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes a considerar neste ponto.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Como o resultado apresenta valores negativos, embora resultem das explicações anteriormente apresentadas, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, propõe-se a sua aprovação e que seja levado à conta 59 – Resultados Transitados.